

PCdoB defende programa mínimo para a oposição



Álvaro Gomes, do Sindicato dos Bancários/BA, fala ao grevistas

Greve de policiais na Bahia

Depois de 13 dias de greve, os policiais militares e civis da Bahia decidiram voltar no dia 17 ao trabalho. Os policiais disseram que voltam ao trabalho em respeito à população, cansada da violência que tomou conta das ruas. "Não dá mais para manter a paralisação diante da carnificina que

está ocorrendo na Bahia", explicou o presidente do Sindicato dos Policiais Civis, Crispiniano Daltro. Caso o governo não ofereça outros reajustes, novas greves podem parar as polícias no fim do ano ou no carnaval.

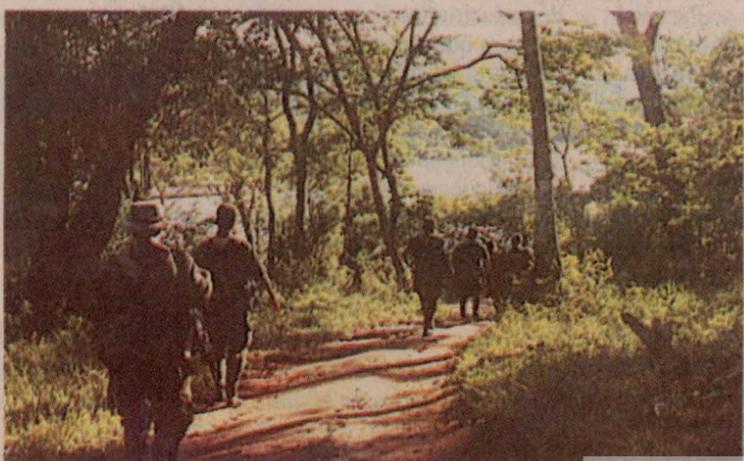
A greve ocorreu num contexto marcado pelo forte movimento

de massas contra as políticas neoliberais de FHC e de contestação aberta ao carlismo, responsável pelas privatizações que atingem até hospitais públicos, arrocho salarial e corrupção. Tal política faz com que o Estado detenha os piores indicadores sociais do país.

Leia na página 4

As Farc denunciam guerra de comunicação na Colômbia

O jornalista Miguel Urbano Rodrigues entrevistou o comandante Raul Reyes, do secretariado do Estado Maior Central das Farc-EP. O dirigente guerrilheiro denuncia que a Colômbia vive uma guerra. O Estado colombiano não quer reconhecer essa evidência, mas isso não impede que o desenvolvimento da guerra conduza a um agravamento da crise nacional. As desigualdades sociais tendem a aprofundar-se no contexto da confrontação em vez de se atenuarem. A repressão aumenta enquanto o movimento guerrilheiro e as forças revolucionárias em geral lutam por mudanças que democratizem e humanizem a sociedade colombiana. Acontece o óbvio: o sistema capitalista sente que os seus interesses estão ameaçados. Que fez o governo? Concebeu uma estratégia que utiliza os meios de comunicação como se pudesse ganhar a guerra através deles, ou seja, da mentira. É por isso que a comuni-



Guerrilheiros na selva colombiana

cação social repete exaustivamente que estão sendo desfechados golpes demolidores na guerrilha. Mas não é verdade. Somos apresentados como os narco-guerrilheiros, os bandidos que assassinam o adversário que se entregou, que decapitam prisioneiros e jogam futebol com as cabeças dos soldados. Essas são precisamente

as barbaridades cometidas por eles contra as populações desarmadas. Os nossos guerrilheiros jamais maltrataram prisioneiros. Os políticos do sistema sabem disso, mas a sua estratégia é mostrar a guerrilha como gente sem princípios que abdicou dos ideais revolucionários."

Página 8

Os comunistas vão apresentar um programa mínimo para todos os partidos opositoristas, visando a um posicionamento mais consequente de combate à orientação neoliberal do governo de Fernando Henrique Cardoso. O país vive a imprevisibilidade da crise financeira, reforçada com a crise cambial. A situação ainda é agravada pela crise da Argentina e pela crise energética. O governo FHC não consegue saída para o

círculo vicioso infernal em que envolveu o país.

Para o PCdoB, a discussão de pontos programáticos concretos é o melhor caminho para garantir a unidade opositorista capaz de derrotar o projeto neoliberal e o governo de FHC. O Partido também está definindo as metas que pretende alcançar nas eleições do próximo ano.

Leia artigo de Renato Rabelo na página 3

10º Congresso em debate

A partir desta edição começa a circular a Tribuna de Debates do 10º Congresso do PCdoB. Todos os militantes podem enviar artigos abordando as teses veiculadas na edição anterior da Classe e também em caderno especial, publicado pela Editora Anita Garibaldi. O primeiro número da Tribuna de Debates já apresenta o triplo de contribuições do que a edição inaugural da Tribuna do 9º Congresso.

Páginas 9 a 15

ENCARTE ESPECIAL

TRIBUNA de DEBATES

EDITORIAL

Divulgar, debater e aprofundar as teses do 10º Congresso do PCdoB

A atualidade da questão nacional

As teses do 10º Congresso do PCdoB são o resultado de um processo de discussão e elaboração que envolveu milhares de militantes em todo o país. Este caderno especial apresenta as teses do 10º Congresso do PCdoB, com artigos de militantes de todo o país que discutem e aprofundam as teses do Congresso. O conteúdo é atualizado e reflete a realidade nacional e internacional. Este caderno é um instrumento importante para a discussão e aprofundamento das teses do Congresso. O conteúdo é atualizado e reflete a realidade nacional e internacional. Este caderno é um instrumento importante para a discussão e aprofundamento das teses do Congresso.

Os desafios dos comunistas nos EUA

O Partido Comunista dos Estados Unidos realizou o seu 27º Congresso com cerca de 400 delegados e mais de 100 convidados. Não faltaram intervenções de alto nível político e ideológico, belíssimos números musicais e um ato internacionalista no qual tomaram a palavra os representantes de 20 partidos comunistas e revolucionário de todos os continentes.



O Congresso teve como marca principal a luta contra a ultra-direita, representada pela nova administração de George Bush. Em seu informe político, o presidente do Partido evocou a cultura e a herança de luta política progressista do povo norte-americano, de que as atuais gerações de lutadores das causas

progressistas devem apropriar-se.

O informe político dedicou amplo espaço à discussão das tarefas do Partido. No plano político, lutar contra a direita, realizando para isso alianças, lutar contra a camisa de força do bipartidismo e pelo voto proporcional, fomentar a luta operária e sindical, assim como a luta feminina, a luta anti-racista, pelos direitos dos imigrantes e de todas as minorias. No plano da construção partidária, a ênfase é dada ao esforço para abrir o Partido às grandes massas, atuar à luz do dia, recrutar novos militantes no curso da luta política de massas.

O PCdoB participou da convenção dos comunistas.

Página 19

PCdoB

Mens@gens

André B, Canadá: Quero congratular-me com os companheiros do PCdoB pela vitória conquistada em São Paulo e em outros Estados. Devemos continuar a luta contra a opressão política e racial e social, contra o imperialismo e hegemonia americana no nosso continente. A classe operária no Brasil precisa conscientizar-se que é ela que faz o país se mover, mas também pode fazer o país parar. Quero parabenizar a vocês todos pelas pequenas vitórias no país e, por pequenas que sejam, elas são importantes. Minha alegria maior é ver o nosso grande irmão Múmia Abul Jamal, livre.

Os capitalistas querem executá-lo, mas... nós continuamos a resistir. O mundo inteiro sabe que ele é um prisioneiro político.

Thiago M: Preenchi minha ficha de filiação ao PCdoB através da Internet e gostaria de ter uma confirmação se estou realmente filiado pois quero começar a trabalhar pelo Partido em minha cidade.

Marcelino R: Gostaria de saber porque não tenho recebido mais *A Classe Operária*.

Veruska P: Gostaria que vocês me enviassem o Hino da Internacional. Achamos que a chegada do comunistas à Internet é excelente para que os internautas possam ter acesso a um sítio de qualidade, que informe e forme a população usuária deste serviço.

Frank M: A página do Partido teve uma grande evolução em relação ao anterior, mais completa e moderna.

Antonio F: Pretendo me filiar em seu Partido, pois não concordo com o que ocorre em nosso país. Este governo é um vândalo, somente destrói o que temos, está presenteando a cada dia os americanos. Acho que seu Partido oferece a igualdade, o desenvolvimento pessoal de cada cidadão, quero fazer parte disto se quiserem me aceitar.

Valéria G: Vou defender minha dissertação de mestrado intitulada *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular - 1945-1950*. Aproveito para agradecer a ajuda durante as pesquisas e colocá-la à disposição caso tenham interesse nelas.

Fabiano L: O FMI propõe desvalorização da moeda para combater o endividamento dos países subdesenvolvidos para aumentar a exportação e diminuir a importação, mas com isso os trabalhadores são esquecidos e seus salários não podem aumentar porque senão o déficit não ficará estável.

Joaquim A: Parabéns camaradas pelo sítio, vermelho como nosso sangue.

João F: Muito boa a iniciativa do Partido de fazer reuniões com todos os presidentes da oposição, no Congresso Nacional. Isto mostra que, à parte a divisão que surge no conjunto da oposição, ainda é possível buscar uma unidade, e esta é uma característica especial do PCdoB. Parabéns.

Patricia C: Sou filiada ao Partido e no momento estou morando em Paris. O que me deixa bem quando me informo da situação do Brasil e saber dos constantes movimentos que o Partido vem realizando.

Cristiano C: Gostaria de conhecer melhor o marxismo-leninismo que é discutido no Brasil!

Wilmar M: Admiro o trabalho do Partido Comunista do Brasil e gostaria de tra-

zê-lo para o meu município de Camboriú/SC, onde, juntamente com jovens e estudantes, daria início a um amplo trabalho de divulgação de seus ideais.

Mariana: Preciso urgentemente fazer um trabalho sobre o PCdoB. Gostaria de saber quem fundou, esses tipos e coisas, agradeceria muito pela colaboração!

Guilherme G: Como faço para participar do Partido, das suas posições, das suas atitudes, seus movimentos etc?

Bruno B: Gostaria de saber o que é necessário levar (documentos etc.) para fazer a filiação ao PCdoB.

Nereide S: Vejam, na resposta de uma mestrandia em Educação, aluna minha, como o *Leia e Repasse* dá seus frutos: *Cara Nereide, Bom dia! Repassarei a mensagem através de folhetos xerocopiados ao maior número de pessoas do nosso convívio. Beijinhos, Angelina.*

Alex M: Gostaria de receber mensagens semanalmente referente à conjuntura nacional.

Carol A: O sítio de vocês está fantástico... só queria saber como faço pra me filiar ao Partido. Posso me filiar pela Internet mesmo?

Márcio C: Para facilitar o acesso a nossa página, poderiam atualizar os contatos com os parlamentares do Partido, como o e-mail dos vereadores e endereços para contato.

Anderson F: Estou fazendo um trabalho sobre Marx, e não consigo encontrar um texto que fale sobre as teorias marxistas quanto à história da exploração do homem. Se puderem me ajudar, ficarei muito agradecido.

Marcelo C: Desde a sua fundação, em 1992, que a Cia Ensaio Aberto realiza um trabalho voltado para o social, levando para o teatro um público que normalmente não tem acesso a espetáculos, não por falta de vontade, mas pela forma com que é feito teatro no Brasil. A Cia Ensaio Aberto estreia em agosto próximo, no Teatro João Caetano, o espetáculo "Missa dos Quilombos", de Milton Nascimento, D. Pedro Casaldáliga e Pedro Tierra. Caso haja interesse desta instituição, entre em contato conosco, para viabilizarmos esta importante parceria.

Alexandre A: Gostaria de saber se o PCdoB tem um plano de governo e qual seria.

Thiago: Faço 18 anos no dia 4 de janeiro do ano que vem e gostaria de saber se eu poderia concorrer a algum cargo eletivo no ano de 2002 se eu me filiar ao Partido.

Ednei A: Entrarei em contato com os camaradas da minha base, aos quais repasso todas as mensagens do Partido, para que tomem a iniciativa de se cadastrarem e conseqüentemente passem a receber diretamente as mensagens.

José S: Quero agradecer ao Partido por ter muito orgulho de poder ser hoje um de seus filiados. Sei que a luta é muito difícil, mas sabendo da história do PCdoB e de suas propostas socialistas podemos tirar forças suficientes para irmos em busca de um ideal mais humano. Agradeço a vocês também por despertarem em mim essa vontade imensa de lutar por uma ideologia socialista.

Respostas às perguntas mais freqüentes

Neoliberalismo – o que é?

O neoliberalismo é um projeto da burguesia e do imperialismo para escapar da crise econômica, social e política e prolongar por certo tempo histórico seu domínio sobre o mundo. Vem sendo aplicado desde os anos 70 e, com maior intensidade, desde o início dos anos 80. É um projeto pretensamente global, implementado na esmagadora maioria dos países do mundo. O neoliberalismo mantém a lógica capitalista de maximizar os lucros dos grandes monopólios do capital financeiro. Para isso realiza a espoliação dos povos, das nações dependentes e das massas trabalhadoras.

A política neoliberal busca a desregulamentação e liberalização das regras de comércio e alocação de investimentos internacionais, a quebra de barreiras, a abertura das bolsas e de todos os setores da economia às multinacionais. Isto esbarra em contradições, como indicam as regras protecionistas, especialmente no setor agrícola, nos EUA, no Japão e na Europa.

É parte do projeto neoliberal a reestruturação do Estado, com privatizações em massa, redução de tributos sobre o capital e desmanche do chamado Estado de bem-estar social. A ofensiva do neoliberalismo nesse campo constitui séria ameaça à própria existência do Estado nacional nos países dependentes. O neoliberalismo implica, em patamar mais elevado, a subordinação do Estado aos interesses dos grandes monopólios, particularmente da oligarquia financeira. Nos países desenvolvidos, o capitalismo monopolista de Estado manifesta-se com força através da transferência de parte crescente da renda nacional para pagamento das enormes dívidas públicas, cujos credores são os grandes monopólios do capital financeiro.

O neoliberalismo dirige uma ofensiva avassaladora contra os direitos dos trabalhadores, objetivando uma nova repartição do produto entre o lucro e o salário, favorecendo ainda mais ao capital. Sua orientação implica a revogação de legislações trabalhistas e previdenciárias, a elevação do desemprego, bem como o desmanche da rede de segurança social. A busca da maximização dos lucros das multinacionais dá-se através de um plano deliberado de arrocho dos salários, associado à degradação (precarização) das condições de trabalho, à eliminação de direitos e à destruição dos serviços públicos.

Em benefício das grandes potências e em detrimento do desenvolvimento dos países dependentes, o neoliberalismo promove uma nova divisão internacional do trabalho, deixando como saldo uma parcial destruição do setor produtivo e em alguns casos a desindustrialização. A política neoliberal faz com que a produção de bens e serviços de maior densidade tecnológica se concentre nos pólos avançados do capitalismo, ao passo que às regiões mais atrasadas atribui-se a produção de bens que requerem baixa inversão tecnológica.

O projeto neoliberal é uma estratégia de abertura e conquista de mercados pelo gran-

de capital dos países centrais, que utiliza a supremacia política destes para forçar o resto do mundo a desmantelar instrumentos fundamentais de soberania e proteção nacional. Trata-se, em particular, de um movimento de recomposição e relançamento da hegemonia do imperialismo norte-americano, via instrumentalização unilateral das posições de força (econômica, política e militar) que este ocupa no sistema internacional.

O neoliberalismo não chega a configurar uma nova era para a humanidade. Segundo João Amazonas, no terreno econômico os neoliberais "indicam dois fatores que determinariam essa nova etapa: a crescente integração propiciada pela internacionalização da economia e a revolução tecno-científica. É falsa tal opinião". Para o presidente do PCdoB, "não há mudança substancial na estrutura do imperialismo que configure etapa distinta da atual. Sua base continua sendo o monopólio, a oligarquia financeira, a exportação de capitais, a divisão do mundo entre supermonopólios internacionais, a subjugação dos povos e nações. A verdade é que a chamada nova etapa do capitalismo nada mais é do que o velho imperialismo, tão bem fundamentado por Lenin, elevado a um grau de concentração insuspeitado".

A crise do sistema capitalista, a deterioração econômica, política e social dos países socialistas e as graves conseqüências da aplicação da política neoliberal colocam com força o socialismo como alternativa para os povos. A luta contra o neoliberalismo será inconseqüente se se mantiver circunscrita a reivindicações parciais e localizadas e ignorar a perspectiva socialista.

A luta contra o neoliberalismo adquire um caráter antiimperialista e conseqüentemente é essencialmente anticapitalista. Esse embate dá maior dimensão à luta nacional e democrática. A investida neoliberal inviabiliza qualquer possibilidade de projeto nacional e sua tendência concentradora de riqueza acentua a desigualdade social. Desse modo favorece a formação de uma ampla frente política e social contra a liberalização em curso, constituindo-se, atualmente, numa batalha de sentido estratégico, porque permite abrir caminho no rumo de uma formação econômica e social condizente com a liberdade, a independência nacional e o progresso social. Nas condições do Brasil atual a proposição de um governo de reconstrução nacional, constituído por amplas forças democráticas e populares, produto de um movimento de oposição ao neoliberalismo, se insere nessa perspectiva antiimperialista.

As tarefas políticas postas diante do Partido estão relacionadas com esse embate, tendo em vista a perspectiva do socialismo. A atividade política partidária deve assumir cada vez mais a luta contra o governo e as forças que conduzem a reestruturação neoliberal do país.

(Elaborado a partir informe político ao 8º Congresso do PCdoB, 1992, dos documentos aprovados no 9º Congresso do PCdoB, 1997, e das teses para o 10º Congresso do PCdoB, 2001)

Comunistas na Internet

O PCdoB em Cascavel-PR, apesar de estar organizado há pouco tempo, já está na Internet. Por enquanto o sítio ainda tem poucas opções, mas é muito bonito visualmente. Visitem e opinem: www.pcdobcascavel.com

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Edvar Bonotto e Luciano Pereira de Menezes (arquivo). Editoração Eletrônica: Marco. Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 011-3106-0412. PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: classeop@vento.com.br

Através de seu endereço eletrônico (classeop@ruralsp.com.br; <http://www.pcdob.org.br>) e de cartas à redação (rua Adoniran Barbosa, 53, São Paulo, SP, CEP 01318-020), A Classe recebe diariamente uma série de mensagens, das quais apresentamos alguns resumos. Todas as mensagens são respondidas aos seus autores. No caso das mensagens enviadas com o endereço eletrônico, os autores passam a receber materiais e opiniões do Partido, via correio eletrônico.

NACIONAL

Esgotado, o governo de FHC só oferece sofrimento ao povo

RENATO RABELO*

O governo de Fernando Henrique Cardoso está lançando o Brasil num processo recessivo. O país vive a imprevisibilidade da crise financeira, reforçada com a crise cambial. A situação econômica é instável e preocupante. As previsões de desenvolvimento econômico são revistas para menor, e dificilmente o crescimento passará dos 2,5%. A realidade econômica de 2001 é conformada pelos juros mais altos, queda no nível de crescimento, volatilidade cambial e aumento da inflação e do desemprego.

Mesmo setores do governo reconhecem que os chamados "fundamentos" do modelo econômico adotado estão abalados. O país já sofria com os impactos da desaceleração econômica mundial, e a diminuição das exportações e do fluxo de capitais externos. O resultado é um déficit de mais de US\$ 20 bilhões para ser coberto todo o ano na balança de pagamentos. Por segurança, os investidores vão para os títulos cambiais, mas há um limite: se a parcela de papéis cambiais subir acima de 30% do total da dívida interna – atualmente ronda os 27% – os investidores ficarão intranquilos. A dívida privada supera os US\$ 120 bilhões e mais de US\$ 150 bilhões de investimentos estão nas mãos de estrangeiros, totalizando US\$ 270 bilhões. Sempre que há crise, esses investidores compram dólares para proteger seus capitais. A situação é ainda agravada pela crise da Argentina e pela crise energética.

O governo FHC não consegue saída para o círculo vicioso infernal em que envolveu o país: a crise da balança de pagamentos (e está difícil o financiamento do déficit) leva à alta de juros, que leva à redução no crescimento econômico, que leva à queda de arrecadação e à diminuição do fluxo de capital externo. O déficit da balança de pagamentos chega a 5% do Produto Interno Bruto e a dívida interna passa dos 50%. Para dar garantia ao credor, o governo busca alcançar US\$ 31 bilhões de superávit primário, cortando despe-



Renato: PCdoB apresenta pontos para programa mínimo

sas, aumentando impostos (o país registrou novo recorde de carga tributária em 2000, estimada pela Receita em 32,15% do PIB; o Estado arrecadou o equivalente a quase um terço dos bens e serviços finais produzidos pela economia brasileira) e liquidação de ativos (Petrobrás e Banco do Brasil sofrem uma privatização branca, com a constante venda de ações, e novas estatais entram na fila das privatizações). O ônus dessa política é descarregado sobre o povo, com a precarização da estrutura social, desemprego elevado e redução dos salários. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2001, da ONU, a renda per capita no Brasil caiu de US\$ 7.071,70 para US\$ 7.037,00 e apenas 72% da população recebem atendimento médico adequado. Já um estudo da Fundação Getúlio Vargas classifica como indigentes 50 milhões de brasileiros: 29,3% da população têm renda inferior a R\$ 80 mensais. A "política econômica de FHC sacrifica a tudo e a todos, em nome de uma ilusão de estabilidade monetária que, cedo ou tarde, vai resultar em colapso", segundo editorial da *Folha de S. Paulo*.

A situação política tem reciprocidade com essa realidade econômica. Sofre seus reflexos e, simultaneamente, contamina o mercado financeiro (as contínuas referências ao "nervosismo do mercado" estão relacionadas com a ampla vantagem da oposição nas diversas pesquisas de opinião de vo-

tos para 2002). A disputa política acirra-se na situação e na oposição. A perda de poder e de influência de FHC afeta as bases governistas, que buscam alternativas e disputam espaços – unem-se, contudo, para manter e dar continuidade ao modelo econômico adotado, como demonstra a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias sem uma modificação sequer! Os situacionistas disputam melhores trunfos, mas preservam o modelo.

O PSDB joga papel central na base situacionista, mas perde influência. O PMDB busca vantagens como fiel da balança e é disputado tanto pelo governo quanto pela oposição – no caso do governador de Minas, Itamar Franco –, mas o partido está dividido. O PFL tenta se compor com o PSDB, mas tem dificuldades, especialmente devido às posições adotadas por Antônio Carlos Magalhães, da Bahia. O PPB apresenta o nome de Delfim Netto para disputar espaço e criticar a política econômica. E o PTB, por enquanto, apóia Ciro Gomes, do PPS.

Na oposição a disputa também ganha vulto entre os vários partidos e candidatos. Ciro Gomes fala em unir a oposição. Garotinho ataca os adversários. O PT de Lula busca apresentar-se como competente e confiável, mas seu programa "possibilista" foi classificado como "ingênuo" e "ineficaz" por analistas de plantão. Todos trabalham já visando a união no segundo turno – há quem conside-

re inclusive a possibilidade de dois oponentes disputando o segundo turno...

Programa mínimo

O PCdoB reafirma seu compromisso de buscar a unidade oposicionista. Podemos avançar nesse processo, apresentando pontos concretos que façam parte de um programa mínimo oposicionista, levando a um posicionamento mais consequente de combate à orientação neoliberal. Nesses pontos, por exemplo, deve ser afirmado que a Alca não interessa ao Brasil – ela leva à subordinação da América Latina à economia e interesses dos Estados Unidos – e deve ser adotado o compromisso de não privatizar as hidrelétricas, levando em conta a questão nacional, de soberania do país. Além disso, deve-se contemplar também questões sociais, como a redução da jornada de trabalho, a reforma agrária, o aumento do salário mínimo e a geração de empregos. No que diz respeito à defesa da democracia, deve ser reafirmada a manutenção do sistema eleitoral proporcional e a possibilidade de coligação. Torna-se imprescindível definir o compromisso de convocação pelo novo governo de uma Assembleia Constituinte, para a reordenação da vida política, econômica e social do país. A discussão de pontos programáticos concretos é o melhor caminho no momento porque permite o debate mais amplo no âmbito das organizações populares e da sociedade civil, além de estimular a construção de um novo pacto político e social que possa respaldar a alternativa ao atual modelo dominante.

A eleição presidencial dará o tom do processo de 2002, mas as eleições são casadas, envolvendo governadores, senadores e deputados federais e estaduais. Os Estados jogarão papel importante em todo o processo. Prevê-se a existência de cerca de 73 milhões de votos válidos. A meta do PCdoB é ultrapassar os 2% desse total, o que equivale a cerca de 1,5 milhão de votos – nas eleições de 1998

obtivemos 890 mil votos (1,3% dos votos válidos).

Os comitês estaduais devem estudar com cuidado a situação eleitoral, para estabelecer um equilíbrio justo entre o número de candidatos a lançar e o número que tem realmente condições de eleger. Nas eleições municipais de 2000, nós aumentamos significativamente nossas bancadas de vereadores e a situação atual é favorável à oposição. É bastante plausível a meta de elegermos, em 2002, até governadores e senadores, a depender das coligações que venham a ser estabelecidas; aumentarmos de 10 para 17 nossa bancada na Câmara Federal e chegarmos a 27 deputados estaduais.

O PCdoB tem posição de ascensão, de expansão. Cresceu e aumentou de importância o papel dos comunistas na vida política do país. Nosso esforço de propagar a unidade oposicionista é correto e está em sintonia com as necessidades do país e as aspirações da população. Arrolar pontos de referência para um programa mínimo, mostrando que a oposição quer um outro caminho para o país, de ruptura com o modelo neoliberal imposto por FHC, será uma atividade de grande importância para ganhar a confiança do eleitorado e manter contatos entre todos os setores democráticos e oposicionistas.

No rumo de nosso projeto está, também, o empenho permanente na mobilização popular – mobilizações municipais, regionais e nacionais, panfletagens, agitações de rua, ocupação de praças – para dar mais volume à atuação oposicionista. Nossas lideranças nas entidades populares e de massas precisam se colocar em movimento denunciando o apagão e a política neoliberal nefasta de Fernando Henrique Cardoso e seus aliados. Nosso trabalho deve ser persistente e crescente, pois as eleições de 2002 têm importância estratégica e tática.

* vice-presidente do PCdoB, informe apresentado na 26ª reunião da Comissão Política do Comitê Central, 6 de julho de 2001

Bancada do PCdoB justifica voto no acordo do FGTS

A bancada federal do PCdoB buscou conseguir um acordo justo para o pagamento do expurgo do FGTS. Denunciou a diferença de tratamento dado pelo governo Fernando Henrique às dívidas dos trabalhadores daquele dado às dívidas do mercado financeiro.

Denunciou como o governo reconheceu, até julho de 2000, por livre e espontânea vontade, mais de 45 bilhões de reais em títulos do Tesouro (os chamados "esqueletos"). No caso da dívida dos trabalhadores: foi necessário que até o Supremo se pronunciasse e ainda assim o governo só se dispôs a assumir por meio de um acordo ruim para os trabalhadores.

Quando o acordo feito com a Força Sindical e a CGT chegou ao Congresso como projeto de lei, a bancada apresentou um substituti-

vo para escalonar o pagamento em 36 meses e cujo ônus deveria ser assumido pelo Tesouro.

Mas essa proposta foi derrotada pela maioria governista. A pressão da oposição não foi de toda em vão. Conseguiu-se, por exemplo, diminuir os deságios e o tempo de recebimento para a esmagadora maioria dos trabalhadores.

Principalmente, determinou que cabe ao Tesouro a parcela do pagamento que ultrapassar as receitas das novas contribuições. Esta alteração, fruto de uma emenda apresentada pelo deputado Sérgio Miranda (PCdoB/MG), pode ensejar a interpretação de que não cabe ao FGTS arcar com nenhum tostão da dívida; além daquilo que ele receber de receita das contribuições, caberá ao próprio Tesouro pagar. Esta interpretação impedirá que a

dívida venha a arruinar o Fundo dos trabalhadores. Porém, no fundamental, nada mudou na proposta original.

Uma parcela considerável de deputados seguia a orientação da CNI e da Fiesp para derrotar a lei, pois era contra a cobrança das novas contribuições. Se a oposição votasse contra, a possibilidade do governo e da Força Sindical não conseguir a maioria absoluta necessária para aprovar a lei complementar era grande. Então, perguntam os líderes sindicais, porque não se derrotou o acordo?

O problema estava na situação que se criaria com a inexistência de uma lei que respaldasse um acordo, mesmo que ruim.

A sentença do Superior Tribunal de Justiça, STJ, embora tenha reconhecido a dívida do FGTS pa-

ra com seus cotistas, excluiu inteiramente a responsabilidade da União e do Banco Central sobre o seu pagamento. Apenas a Caixa Econômica Federal, como gestora do Fundo à época do expurgo, foi considerada responsável pela quitação. Em caso de vitória final dos trabalhadores, apenas a Caixa arcaria com a dívida. E como o patrimônio líquido da Caixa é muitíssimo inferior ao valor do débito total, a execução da sentença levaria a instituição à falência, sobrando, para cada trabalhador-credor individual, uma ínfima parte do que era devido. A União não teria nenhuma obrigação de assumir o passivo remanescente da instituição.

Quando o governo recorreu ao Supremo, a decisão daquela Corte foi de que a dívida existia e devia ser paga, mas quem a paga-

ria já estava decidido pelo STJ: seria a Caixa. E o pior: dessa decisão não caberia mais recurso.

Diante desse fato, o melhor seria aprovar a lei e tentar mais tarde, na Justiça, uma interpretação sobre a responsabilidade do Tesouro Nacional que resguarda, pelo menos, o equilíbrio patrimonial do FGTS.

Votar favoravelmente à lei foi a opção dos deputados do PCdoB e de toda a oposição. Não havia outra alternativa.

Agora, com a lei aprovada, os trabalhadores receberão, embora com perdas, seus saldos e poderão buscar na Justiça a defesa do patrimônio que o Fundo não responsabilizando o governo pelo pagamento da parte da dívida que ultrapassar o montante arrecadado pelas novas contribuições criadas.

Arquivo

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

MOVIMENTO

Greve nos quartéis da Bahia

EVERALDO AUGUSTO*

Soldados, cabos e sargentos se rebelam na Bahia, ocupam os quartéis, expulsam oficiais, buscam apoio da população, do movimento sindical e partidos políticos. Não querem mais o soldo de R\$ 180,00 e exigem o fim do rigoroso regimento interno, no qual a tropa só tem deveres. Os aquartelados estendem faixas na entrada das unidades com os dizeres "Nova PM para o povo. Novo salário para a PM". Em 15 dias de greve eles dominam 19 Batalhões e 38 Companhias Independentes. A Polícia Civil deflagra greve conjunta e toma conta das delegacias. Vinte mil soldados e 4 mil agentes, delegados e peritos, paralisam a segurança pública do Estado.

Salários congelados

A greve das Polícias Militar e Civil ocorre num contexto marcado por dois fatos determinantes na Bahia. O primeiro, é o forte movimento de massas contra as políticas neoliberais de FHC e de contestação aberta ao carlismo, responsável pelas privatizações que atingem até hospitais públicos, arrocho salarial e corrupção. Tal política faz com que o Estado detenha os piores indicadores sociais do país.

Este movimento de massas ganhou consistência desde o ano passado com as greves de professores e de trabalhadores da saúde pública, e iniciou o ano de 2001 com uma vigorosa greve de 52 dias dos servidores do judiciário estadual. No curso destas greves o movimento estudantil e sindical ganha as ruas realizando inúmeras passeatas, e atos políticos, exigindo a instalação da CPI da Corrupção, que se desdobraram na realização de manifestações massivas de 1º de Maio e continuou com passeatas, que contaram com até 30 mil pessoas, exigindo a cassação do ex-senador Antônio Carlos, fraudador do

painel do Senado.

O segundo fato é a campanha salarial dos servidores públicos, iniciada em dezembro de 2000 e ainda sem desfecho. Os 200 mil servidores do Estado estão com salários congelados há 7 anos. O governo não cumpre a lei 6677/94, aprovada na Assembléia Legislativa, que impõe ao Executivo estadual o envio de mensagem reajustando os salários a cada mês de janeiro. Os diversos sindicatos do setor reivindicam a reposição de 70% para recompor o poder de compra dos salários. Para contornar a pressão reivindicatória, o governo tem estabelecido uma política de gratificações e abonos, que não são incorporadas aos salários e nem são estendidas aos inativos e aposentados. No início da atual gestão, a CUT estadual realizou plenárias de todos os segmentos de funcionalismo público visando unificar um calendário de mobilização que está sendo implementado.

A tropa se levanta

A luta dos servidores contagiou os militares, também vítimas do arrocho. Diversos sindicatos como APLB, Sindpoc (Sindicato dos Policiais Civis) e a Federação dos Trabalhadores Públicos, Fe-trab, buscaram incorporá-los na campanha. A estas iniciativas juntaram-se outras promovidas por lideranças internas da corporação. Em assembléia realizada dia 19 de junho decidiu-se dar prazo até o dia 5 de julho para o governo apresentar resposta à pauta de 26 itens, entre elas o fim das gratificações, piso salarial de R\$ 1.200,00 e revogação do regimento disciplinar da PM.

Às vésperas da deflagração da greve, 5 de julho, o governador César Borges e o comando da PM tentaram conter o movimento com a prisão dos dois principais líderes, sargento Isidoro, preso ilegalmente em Brasília quando denunciava a situação vivida na Bahia, e



Protesto dos policiais: governo recusou o diálogo

tenente Everton Uzeda, detido quando panfleteava dentro dos quartéis. Sem respostas às reivindicações e com as lideranças na prisão, os policiais lotaram mais uma vez o Ginásio de Esportes dos Bancários e decretaram greve. No primeiro dia o governo anunciou a exclusão de 68 soldados e sargentos, na maioria jovens, homens e mulheres.

Um a um os quartéis, batalhões e delegacias passaram para o controle dos grevistas. Uma parte da oficialidade, simpática ao movimento, foi convidada a sair das unidades. Os coronéis autoritários, ligados ao governo, antipáticos à tropa, foram expulsos com vaias e apupos. Para se proteger das prováveis punições futuras os rebeldes usavam máscaras. Os quartéis foram abertos aos parlamentares de oposição e sindicalistas. Uma rede de solidariedade foi organizada para sustentar a greve com doações de alimentos, combustível e outros produtos necessários.

A adesão cresceu por todo interior do Estado. O governo não negociou. No quinto dia da greve chega a Salvador o general Alberto Cardoso, ministro especial da Segurança Institucional. Em reunião com parlamentares e a CUT, o general assegurou que não viu motivos para intervenção do Exército. Segundo ele, o movimento poderia ser contornado com negociação e acenou com a possibilidade dos grevistas libe-

rarem 30% da tropa para policiamento da capital, como condição para iniciar as negociações, o que foi aceito posteriormente pelos policiais, desde que o comando deste contingente fosse dos grevistas.

Após o retorno do general a Brasília, os meios de comunicação ligados ao ex-senador ACM iniciaram campanha de difamação contra o movimento, dando ênfase à falta de segurança na cidade. A partir de então aconteceram os saques em todos os bairros, inclusive no centro da capital. Suspeita-se que os primeiros saques tenham sido organizados pela P2, serviço de informação da PM, devido à sincronia que aconteceram e ao armamento pesado usado pelos "saqueadores". A partir de então aconteceram toda ordem de atrocidades nas ruas. Lojas foram saqueadas e queimadas em pleno dia; os óbitos por assassinatos chegaram a 9,4 por dia, quando, segundo técnicos do Instituto Médico Legal, normalmente a média é de 3,16 diariamente; cerca de 10% da frota de ônibus da capital foi vítima de assaltos; verificaram-se arrombamentos, roubos de carros e toda sorte de crimes. O pânico tomou conta da população. Empresas de transportes passaram a recolher os ônibus urbanos ao meio-dia, depois passaram a recolhê-los às 17 horas. O Banco Central determinou o fechamento das agências bancárias por três dias. As escolas

particulares e universidades foram fechadas, o mesmo ocorreu com postos de gasolina, bares, restaurantes e supermercados. Houve uma crise de governabilidade no Estado. O governo possuía os instrumentos para governar, mas a engrenagem não funcionava. Neste clima, Fernando Henrique, dizendo-se chocado com as cenas em Salvador, decretou a vinda do Exército para a Bahia, após se reunir em Brasília com o governador César Borges.

Greve geral no serviço público

Após a paralisação das polícias militar e civil, todos os demais segmentos de servidores públicos decretaram greve. O mesmo aconteceu com os vigilantes e funcionários municipais de Salvador, inclusive o serviço de limpeza. Ao todo são 14 categorias em greve.

Pressionado pelo quadro de paralisação geral nos serviços públicos e ampliação da greve para outros setores, no dia 16 de julho, 13º dia da greve, o governo abriu negociação com os policiais. Ofereceu 21% de reajuste nos salários e gratificações, escalonados em 3 parcelas, e outras vantagens. No total significaram reajustes de até 53%. O menor salário de um policial, incluindo gratificações, passa a ser R\$ 706,00 enquanto um coronel, maior posto da carreira, passa a ganhar R\$ 2.666,00. A proposta do governo não foi aceita pela tropa, mas as lideranças do movimento decidiram indicar a suspensão da greve pelas suas repercussões na sociedade. O caos na cidade pressionou neste sentido, já que toda a miséria causada pelas políticas em curso, mas contidas pela presença do aparato policial nas ruas, veio à tona quando o sistema de segurança parou.

Independente do desfecho da greve da área de segurança pública, os trabalhadores da educação das escolas e universidades, saúde, fazenda e demais áreas continuarão com a greves, exigindo 70% de reajuste e o fim do arrocho promovido pelo governo carlista de César Borges, que tem se notabilizado a Bahia como o Estado que menos gasta com o funcionalismo em todo país, 44% das receitas correntes.

*presidente da CUT/BA



Assembléia do funcionalismo baiano: sem reajustes há 7 anos

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0_11 3104-4140 Correio eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Cheque nominal | <input type="checkbox"/> Cartão nº |
| <input type="checkbox"/> Dinheiro | Validade |
| <input type="checkbox"/> Vale postal nº | <input type="checkbox"/> Depósito na conta |
| | Ag.0251 |
| | C/C 48676-7, Banco Itaú |

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
CEP Estado:
Data de nascimento: / /
Tel.: ()
Profissão:
Correio eletrônico:
Data da assinatura: / /



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

Lula defende programa comum

O pré-candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, defendeu no último dia 26 de junho a persistência de um amplo processo de conversação em torno de um programa eleitoral, de uma política de alianças entre os partidos de oposição e de um projeto de nação. "O programa vai favorecer as alianças e não o nome do candidato; é a ruptura de fato com os conservadores que dominam o país há décadas". Foi a vez de Lula no seminário "2002: Um novo projeto para o Brasil", promovido pela Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados.

Lula iniciou sua intervenção ponderando que a oposição tem o dever de construir uma nova perspectiva para o país - tarefa que, segundo ele, não é de um único partido político ou central sindical, mas de uma grande conjunção de forças. "Nunca tive-

mos tantas possibilidades como agora; por isso, espero que os partidos de oposição saibam aproveitar este momento, construindo uma unidade em torno de um projeto arrojado de como queremos o Brasil".

O pré-programa econômico do PT, que deverá estar concluído em outubro, tem como linha mestra um país com desenvolvimento e emprego, sem exclusão social. "Estamos pensando todos os instrumentos para mudar o rumo do Brasil". O documento pretende apresentar os meios eficazes para o combate à fome e uma proposta alternativa de segurança pública. A elaboração cabe ao Instituto Cidadania, organização inspirada pelo PT com a participação de dirigentes dos partidos de oposição. De acordo com Lula, não significam, em princípio, plataforma política de nenhum candidato, "mas poderão fazer parte do programa



Lula expõe suas idéias em seminário do PCdoB

de governo da aliança de esquerda ou de qualquer um dos partidos de oposição".

"Dura batalha"

Ao saudar o presidente de honra do PT, o líder do PCdoB, Inácio Arruda (CE), alertou que as oposições têm que ter muita fir-

meza, de agora em diante. "Será uma dura batalha que exige unidade". E essa união, segundo Inácio, já vem sendo exercitada nas votações do Congresso Nacional, como ocorreu com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que tramitava em Plenário naquela tarde. "Daí o esforço que fizemos para ouvir todos os companheiros pré-

candidatos do campo oposicionista neste seminário".

De todos os partidos de oposição ao governo federal, o PCdoB é o único partido que não tem candidato à Presidência da República, lembrou o vice-presidente nacional do PCdoB, Renato Rabelo. "Isto qualifica o nosso empenho em realizar os seminários que pretendem vislumbrar uma alternativa para o Brasil". Para o dirigente comunista, o programa alternativo para o Brasil deve ter três bandeiras: soberania, democracia plena e direitos do povo. Este programa deve contemplar as necessidades de ruptura com o pacto conservador neoliberal, estabelecendo um rumo novo para o País com fundamento numa correlação de forças capaz de sustentá-lo.

O PCdoB já ouviu e debateu as idéias dos virtuais candidatos à Presidência Anthony Garotinho e Ciro Gomes.

Unir e mobilizar as forças populares no Pará

LEILA MÁRCIA*

No Pará, Almir Gabriel realiza um governo que segue o receituário neoliberal. Observa-se o desmonte do setor público, seja através das privatizações, terceirizações ou sucateamento de setores fundamentais, de forma direta ou apoiando as medidas do governo federal (Vale, Celpa, Enasa, Fterpa, HC, Ipasep, Emater, concessão de florestas, reforma administrativa, fim do RJU, terceirização do Ipasep, 7 anos sem reajuste para os servidores estaduais). Uma marca deste governo tem sido o autoritarismo, expresso na postura de não negociação com as categorias, intervenção no Conselho Estadual de Saúde e repressão aos movimentos organizados. Sua política de "desenvolvimento" consiste em dar prioridade para as obras de infraestrutura visando atrair os investimentos privados, notadamente os estrangeiros.

Multiplicam-se os problemas sociais, expressos na crise de vagas nas escolas secundárias, nas manifestações que questionam a política de segurança pública do governo, no aumento das alíquotas do ICMS que levou ao reajuste do combustível e das tarifas públicas. De forma geral, existe uma agudização dos problemas sociais.

Almir Gabriel se utiliza da mídia e dos recursos federais e estaduais para manter a sua hegemonia política na maioria das prefeituras e na Assembléia Legislativa. No entanto, enfrenta dificuldades em apresentar uma candidatura à sua sucessão que consiga unificar as elites no Estado. A sua defesa subserviente do racionamento de energia levou a um certo desgaste junto à opinião pública e à própria base governista na Assembléia Legislativa.

A situação do PMDB é contraditória e imprevisível.

Jader Barbalho, ao mesmo tempo que enfrenta uma série de denúncias de corrupção, aparece bem colocado nas pesquisas de opinião para o governo do Estado, além de deter influência política em cidades importantes.

A oposição enfrenta dificuldades na viabilização da unidade para a disputa eleitoral de 2002. O PSB e o PT têm interesses na indicação de um nome ao senado (Ana Júlia /Ademir) e também ao governo do Estado (Paulo Rocha /Ademir). A posição do PPS vai depender muito do quadro nacional. É necessário insistir na criação de um espaço de diálogo no campo oposicionista que fortaleça a idéia de unidade das forças populares, até por conta da grande dificuldade na disputa ao governo do Estado.

Neste sentido é necessário que o Partido, como força mais conseqüente na luta contra o neoliberalismo e na busca da unidade das forças populares, jogue um papel mais decisivo nesse processo, potencializando a nossa participação nas entidades de massas e os nossos mandatos parlamentares neste esforço. Devemos levar em consideração o papel que a luta de massas joga no processo de unidade e a necessidade do partido ocupar mais espaço político no cenário estadual.

Neste sentido devemos nos orientar pelos seguintes objetivos:

1. Centrar esforços no sentido de intensificar a denúncia do projeto neoliberal de FHC e Almir Gabriel, buscando fortalecer a unidade das forças populares em torno de um projeto alternativo para o governo do estado;

2. Ocupar mais espaço no cenário político estadual potencializando a nossa intervenção nas entidades e através dos mandatos parlamentares.

3. Envidar esforços no sentido da viabilização de um espaço

de diálogo entre os partidos do campo popular (fórum de partidos, seminário para discutir um projeto popular para o Estado...) 4. Reforçar nossa participação no Fórum Estadual de Luta por Terra, Trabalho e Cidadania, tomando a iniciativa de formar estes fóruns em todas as cidades onde estamos organizados, com especial atenção às cidades médias, no sentido de intensificar o esforço de luta e unidade.

5. Revigorar a nossa atuação nas entidades de massas, pautando as formas e os instrumentos para intensificar, em cada área, a denúncia do projeto neoliberal de FHC e Almir Gabriel e a necessidade da união do povo.

6. Dar especial atenção à atividade junto aos trabalhadores, de acordo com as metas propostas no III PEP estadual.

7. Organizar, em nível de Estado, o Movimento de Denúncia das Privatizações e de suas conseqüências, com a criação de comitês de mobilização popular, que faça a propaganda dos projetos de Não aos Cortes (Socorro Gomes), Tarifa Social e de Defesa da Cosanpa (Sandra Batista), coordenados pelos mandatos comunistas e pelas entidades de massas, em especial pela FEMECAM.

8. Fortalecimento das atividades dos mandatos parlamentares como condição essencial para o aumento da nossa inserção política e para a viabilização do projeto eleitoral do PCdoB em 2002. Realização de um ativo parlamentar, envolvendo os parlamentares, assessorias e direções intermediárias do partido no Estado nos dias 04 e 05 de Agosto/ 2001.

9. Denúncia do racionamento de energia, apontando a política neoliberal de FHC e Almir como a maior responsável pelo apagão.

*presidente do PCdoB/PA

O FMI faz a lei

INÁCIO ARRUDA*

O governo e sua base parlamentar lograram impor uma derrota à sociedade brasileira com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2002 aprovada no Congresso Nacional. Esta lei continuará negando ao país os investimentos essenciais ao desenvolvimento, no âmbito de uma política que prevê até a privatização do sistema hidrelétrico e dos serviços de saneamento.

A LDO reafirma a prevalência dos superávits primários (de R\$ 31,7 bilhões - 2,4% do PIB - em 2002) exigidos pelo FMI contra toda necessidade econômica e social. Tudo o que importa é um saldo de caixa que limita, a qualquer custo, os gastos internos. É de tal ordem essa dependência que nem mesmo a grave crise energética, oriunda dessa submissão, obrigou o governo - que veda o investimento estatal ou o vincula a novos e maiores cortes especialmente nas metas sociais do orçamento fiscal - a reorientar sua política econômica.

A oposição, em desacordo com a política da estagnação econômica, da instabilidade financeira, da exclusão e do caos social, tentou evitar a aprovação do substitutivo da Comissão Mista de Orçamento. Buscou reduzir o superávit para 0,5% do PIB (R\$ 5 bilhões), visando aumentar os recursos voltados para o combate à seca e geração e transmissão de energia. Propôs solução para a CPMF, imposto sobre grandes fortunas e IPI; correção da tabela do Imposto de Renda; aplicação da Emenda Constitucional nº 29 para evitar mais redução dos recursos para a saúde; salário mínimo equivalente a 100 dólares; definição do reajuste dos servidores públicos federais, entre outras medidas rejeitadas pelos governistas.

Ocorre que, quando o superávit tornou-se objetivo único, as metas fiscais passaram a orientar a proposta, aprovação e execução de uma farsa autorizativa livremente manipulada pelo Executivo. Seu cálculo está bem longe da realidade: crescimento eco-



Deputado Inácio Arruda

nômico de 4,5%, taxa de câmbio de R\$ 2,15 para o final de 2002, taxa média de juros de 13,2%. Com as dificuldades cambiais e a crise energética, o crescimento previsto é inferior a 3%; a taxa de câmbio ultrapassa hoje os R\$ 2,50, e a taxa de juros (em crescimento) já é de 18,75%.

Se as metas de 2001 e 2002 forem cumpridas, haverá um superávit primário acumulado de quase R\$ 100 bilhões - apenas no orçamento fiscal e da seguridade da União - no período 1999-2002. Porém, a dívida interna total subiu de R\$ 61 bilhões no início dos governos FHC para um volume que supera os R\$ 650 bilhões (mais de 50% do PIB e crescendo quase 11 vezes), mantendo-se em alta neste cenário. Trata-se, portanto, de um perverso esforço fiscal para compensar, mais que os efeitos da taxa de juros e do câmbio sobre a dívida, uma política irresponsável e criminosa. Neste crime, a saúde perde R\$ 2,6 bilhões, apenas em 2001 e 2002.

A LDO aprovada é o braço sinistro da política que aposta em mais desemprego e pobreza, agravando os impactos perversos sobre a população. Despreza as necessidades do desenvolvimento, da melhoria dos serviços públicos, acentua o sacrifício do povo e os atropelos da economia. É uma LDO para alegrar agiotas em prejuízo do presente e do futuro da nossa gente, contra os que produzem e trabalham no Brasil.

*líder da bancada do PCdoB na Câmara dos Deputados

NACIONAL

PCdoB discute fortalecimento de sua ação entre os trabalhadores

SUELY TORRES*

A 1ª Conferência Sindical Nacional do PCdoB foi realizada num clima de grande participação dos 300 delegados, representando 23 Estados da federação. Sob a coordenação de Celina Alves Áreas, dirigente do Sinpro/MG, a mesa foi composta por Renato Rabelo, vice-presidente do PCdoB; por Jô Moraes, vereadora e presidente do Partido em Minas Gerais; João Batista Lemos, secretário sindical do Partido; Pascoal Carneiro, da Executiva da CUT e dirigente da CSC; Everaldo Augusto, presidente da CUT/BA e secretário sindical do PCdoB/BA e pela presidente do PCB/MG, Mônica Cristina.

Jô Moraes lembrou que Minas sempre foi um marco na luta

pela liberdade. O conde de Assumar, um dos primeiros governadores da capitania, certa vez escreveu à corte: "a terra parece que evapora tumultos, a água exala motins, destilam liberdades os ares, vomitam insolência as nuvens, o clima é tumba da paz e berço de rebeliões." Para Jô, a luta política e social é o único caminho para a conquista da liberdade e construção do socialismo.

Mônica Cristina ressaltou os problemas que a política neoliberal de FHC tem causado à nação e ao povo brasileiro: "a política do governo tem jogado o povo na miséria, privatizado nosso patrimônio, deixando o país na mão do capital estrangeiro. É necessária a unidade dos comunistas para barrar essa política e construir uma nova sociedade".



João Batista Lemos ressaltou que este era um momento fundamental na vida do Partido, onde os militantes devem colocar todos os problemas e as dificuldades do Movimento Sindical.

Renato Rabelo fez uma exposição sobre as teses dos 10º

Congresso do PCdoB, destacando: "Os comunistas propõem a formação de um governo de reconstrução nacional, que resgate a soberania do país e a democracia – tanto representativa quanto econômica e social. Isso demanda a formação de uma ampla frente política. Diante da ofensiva contra-revolucionária, a construção ideológica do Partido ganha dimensão. A construção ideológica compreende a convicção revolucionária, a percepção da luta estratégica em que os comunistas estão envolvidos e a participação ativa no movimento social e político em curso, visando transformá-lo em força material. A pressão ideológica a que estamos submetidos é imensa. Ela leva ao espontaneísmo – um veneno para o movimento revo-

lucionário. São fundamentais o reforço ideológico, a consciência, a fundamentação científica da ação, para enfrentar os desafios do momento. Este seminário é parte integrante das atividades de nosso Partido para enfrentar esse desafio".

Além da discussão em grupos da tese guia da Conferência (veja artigo de João Batista Lemos nesta página), foi realizado o debate "O proletariado como agente histórico revolucionário", com exposições do dirigente da CUT e do PCdoB, Sérgio Barroso e do professor Mauro Iasi, com comentários da professora e dirigente do PCdoB Madalena Guasco.

*jornalista, colaboraram Carlos Pompe e Umberto Martins

Comunistas apostam no crescimento da CSC

JOÃO BATISTA LEMOS*

Realizada nos dias 29 e 30 de junho e 1º de julho em Belo Horizonte (MG), a Conferência Sindical Nacional do Partido Comunista do Brasil reuniu 319 delegados de 23 Estados brasileiros, em sua maioria dirigentes sindicais e partidários. Eles foram eleitos em encontros estaduais que mobilizaram cerca de 1500 lideranças comunistas durante os meses de maio e junho. Avaliado como um grande êxito pelos seus organizadores, a reunião debateu temas polêmicos e candentes do movimento operário e sindical, entre eles o papel e a centralidade dos trabalhadores na luta contra o neoliberalismo e pelo socialismo e as relevantes transformações em curso no chamado "mundo do trabalho". As resoluções finais sublinham a necessidade de fortalecer a Corrente Sindical Classista (CSC), conceder prioridade à campanha pela redução da jornada de trabalho, apoiar o movimento em defesa da unicidade sindical e lançar uma campanha em defesa da democracia nas empresas.

O mundo está marcado pela crise do sistema capitalista-imperialista e da sua política neoliberal e pela crise do movimento operário sindical. É preciso apresentar novas perspectivas para a luta dos trabalhadores, fortalecer o PCdoB e contribuir para o debate do nosso 10º Congresso. O Partido precisa fazer frente à ofensiva contra o trabalho e os trabalhadores, disputar e exercer a hegemonia do movimento sindical e operário e viabilizar uma alternativa mais avançada e socialista.

O balanço da nossa atividade é positivo. Somos uma força respeitada no sindicalismo brasileiro. Controlamos importantes sindicatos, mas também tivemos revezes. Chegamos como segunda força no 7º Congresso da Central Única dos Trabalhadores (CUT), conquistamos a direção da segunda maior CUT estadual (Bahia), mas perdemos a direção do maior sindicato de condutores do Brasil, o de São Paulo. O Partido não vive

um processo de estagnação e retrocesso no movimento sindical, mas se não atualizar sua conduta poderá vivê-la. É necessário desatar alguns nós de natureza ideológica, política e organizativa que estão emperrando o nosso crescimento entre os trabalhadores.

Enfrentar o problema de concepção

Nos 15 anos de atividade legal, o PCdoB concentrou energias na frente parlamentar para obter êxitos num terreno indispensável à disputa pela hegemonia. Mas a ênfase no trabalho institucional acabou rebaixando o esforço de construção do Partido no movimento social.

A continuidade desta subestimação do trabalho junto ao proletariado – a priorização unilateral das tarefas político-eleitorais e da participação em governos – pode comprometer o caráter revolucionário do nosso Partido. Estas duas frentes têm que se interagir e se fortalecer mutuamente. Uma das consequências da subestimação do trabalho na frente operária e sindical é a praga do espontaneísmo que, como dizia Lenin, conduz infalivelmente ao reformismo. Faltam consciência revolucionária, planejamento e estratégia na tarefa de inserção do Partido nas bases proletárias e sindicais. Não raro nossos sindicalistas se pautam pela máxima "mais sindicato, menos partido". Não estamos imunes a problemas como burocratização, carreirismo, disputa por cargos e fisiologismo em nossos ambientes sindicais.

Tudo isto está relacionado com problemas de concepção das direções do Partido. É preciso verificar se a militância está sendo orientada pelas idéias proletárias ou pequeno-burguesas. Também é relevante o problema da composição social: é ainda pequena a base social de trabalhadores e trabalhadoras no Partido. Isso decorre de uma concepção não explícita de que o proletariado não tem papel primordial no projeto político atual de enfrentamento ao governo neoliberal

de FHC e ao capitalismo.

O proletariado precisa do Partido para abrir perspectivas do horizonte socialista na sua luta. Espontaneamente, a classe não consegue passar do reformismo. Ao mesmo tempo, sem conquistar na luta política, ideológica e prática o papel de vanguarda desta classe, o Partido não consegue alcançar seu projeto histórico de transformação social, de tomar o poder político e edificar uma nova sociedade. O coveiro do capitalismo é o proletariado. O PCdoB deve articular e planejar o trabalho das diversas frentes com o propósito de ampliar a inserção e organização dos comunistas entre as amplas massas trabalhadoras. É necessário o relacionamento direto com a classe, com maior identidade com suas aspirações legítimas, participando de lutas como a da valorização do salário mínimo, pelo emprego, reforma agrária, e previdência pública, entre outras.

Ofensiva neoliberal e o movimento sindical

Vivemos em um quadro de brutal ofensiva contra os trabalhadores e suas entidades de classe, com novas formas de intensificação de exploração capitalista. A este serviço estão as inovações tecnológicas e as novas técnicas gerenciais e processos de trabalho. No Brasil, a política neoliberal é agravada pelo caráter dependente do modelo de desenvolvimento econômico, desdobrando-se na desnacionalização e submissão da economia aos interesses do capital financeiro internacional e ao FMI.

Os impactos para os trabalhadores são o desemprego estrutural e conjuntural – de maior abrangência e tempo de duração –, o arrocho salarial, a precarização e flexibilização das relações e contratos de trabalho, a depreciação do trabalho e ameaça de um retrocesso secular nas relações sociais, apontando para o fim do direito do trabalho através da desregulamentação dos contratos e flexibilização da legislação trabalhista. A ofensiva reacionária do governo

FHC ocorre através de medidas provisórias, decretos, portarias, "reformas" (como a da Previdência), projetos de lei e a proposta da flexibilização do artigo 7º da Constituição e do fim da unicidade sindical.

Os ideológicos do neoliberalismo promovem uma ampla campanha para desmoralizar os valores sociais baseados no espírito de solidariedade coletiva, difundindo em contrapartida a cultura do individualismo, consumismo, concorrência e desesperança. Procuram desacreditar e dividir as organizações de classe do proletariado, investindo na fragmentação do movimento social e corrupção de suas lideranças. Querem dominar a consciência e o imaginário dos trabalhadores através das novas técnicas gerenciais. Negam o papel revolucionário do proletariado na luta pela transformação da sociedade moderna.

Lideranças que se apresentam como porta-vozes dos trabalhadores defendem abertamente o capitalismo neoliberal. A Força Sindical – maior central da direita – ganha adesões promovendo um sindicalismo de serviços e de negócios, com grande apoio do governo, através dos recursos do FAT, e do empresariado. Pretende incorporar a CAT e a USI. A SDS, Social Democracia Sindical, é o braço sindical do PSDB, contando com apoio do governo e dos patrões. As CGTs (Confederação e Central), com posição política centrada, não jogam papel expressivo no movimento sindical.

A CUT, orientada por uma política de oposição ao neoliberalismo, é ainda a principal referência de luta dos trabalhadores, embora com uma conduta que deixa muito a desejar. Desatenta ao fracasso do "contratualismo" sindical na Europa e às particularidades de um país dependente como o Brasil, a direção da CUT decidiu investir no ilusório "sindicalismo propositivo". Caiu na vereda da "CUT – instituição", voltada às negociações, mais para atender as elites. Esta alteração só se deu com o enrijecimento das práticas

hegemônicas da tendência majoritária, a Articulação Sindical, que insiste em negar o caráter plural da Central. Este processo de burocratização e institucionalização foi reforçado pela utilização sem critérios classistas dos recursos do FAT. O 7º Concut, realizado em agosto de 2000, criticou este processo e aprovou bandeiras mais opositoras e combativas, mas ainda não produziu alterações consistentes nessa linha de ação.

Repercussão nas bases sindicais

A ofensiva ideológica do capital repercute também nas entidades sindicais. Generaliza-se a burocratização das direções sindicais. Cresce a corrupção no meio sindical. Tais fenômenos também atingem, embora em menor grau, o sindicalismo classista.

A reestruturação da indústria de ponta resultou na maior subordinação e alienação do trabalhador. Aumentou o controle do trabalho pelo capital, enfraqueceu e mesmo extinguiu setores de maior consciência de classe dentro das empresas. Mudou o perfil da classe operária.

Regiões de grande concentração de empresas estão sendo esvaziadas, com o deslocamento de empresas para outras regiões, fechamentos, terceirizações. Um exemplo emblemático é o ABC paulista.

No mercado de trabalho ocorre a redução da importância relativa dos setores primários (agropecuária) e secundário (industrial) da economia, tendo como contrapartida o crescimento do setor terciário (serviços e comércio), bem como a ampliação da mão-de-obra assalariada e da participação de jovens e mulheres no mercado de trabalho.

A Terceira Revolução Técnico-Científica está na raiz da crise do modo de produção capitalista. Ao promover um formidável avanço da produtividade do trabalho e reduzir o tempo de trabalho necessário à produção de bens e serviços, esta revolução contribui para o desemprego estrutural e

NACIONAL

massivo, o principal problema social da atualidade. Em outras condições sociais, poderia resultar numa expressiva redução da jornada de trabalho.

Ajustes em nossa linha sindical

Nessas condições, o movimento sindical classista deve priorizar a luta pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Deve impulsionar a luta estratégica por uma nova ordem econômica e social, pela superação do capitalismo e a conquista do socialismo como a única saída progressista para a crise estrutural do sistema.

Outras mudanças são conjunturais – resultam da política anti-nacional e de desindustrialização promovida pelos governos neoliberais, a serviço dos interesses do capital financeiro. É possível revertê-las, rompendo com o neoliberalismo e buscando novos rumos para a política econômica, visando a recomposição do Estado nacional com um projeto de desenvolvimento econômico voltado para o mercado interno e os interesses do povo e da nação.

É preciso reiterar o fato de que as mudanças nas relações entre o capital e trabalho vêm ocorrendo num ambiente político francamente adverso aos comunistas e à classe operária, reduzindo o poder de mobilização, unidade e as condições de luta dos trabalhadores, que têm sido constringidos à defensiva. O movimento operário e sindical brasileiro se encontra em refluxo e ainda numa fase de defensismo estratégico.

Ao mesmo tempo é importante observar que vivemos uma conjun-

tura também marcada pela crise aguda, multilateral e crônica do sistema capitalista em nosso país. Não é nenhuma ilusão prever uma vitória das oposições nas eleições de 2002. Surgem sinais de ascenso do movimento popular oposicionista.

Diante da ofensiva do capital é preciso ajustar nossa linha sindical e colocar o coletivo partidário à altura dos novos desafios. É necessário fortalecer a CSC, desenvolvendo sua independência e fisionomia própria na CUT e na luta de massas. Reforçar e ampliar as posições classistas nos sindicatos, estruturar a CSC nos Estados e nos ramos de atividade. Lutar na CUT por maior democracia interna condição fundamental para sua unidade. Contatar outras forças do movimento sindical com o objetivo de construir a unidade na ação contra o neoliberalismo. A CSC pode e deve liderar um movimento amplo em defesa da unidade sindical.

É preciso superar os atuais limites de atuação do sindicalismo, de forma a que venham a representar também a massa de trabalhadores desempregados e precarizados. Reforçar os sindicatos como organizações independentes e autônomas dos trabalhadores.

Os comunistas devem atuar nas lutas imediatas das massas, até mesmo corporativas, para vinculá-las com a luta em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho. Transformar os sindicatos em escolas de educação socialista, visando desenvolver os valores novos de uma consciência social emancipadora. Implementar cursos e atividades de formação, de comunicação classista e a-

tividades culturais. Reforçar a interação da entidade sindical com o conjunto dos movimentos de massas, especialmente com o movimento comunitário. É nos bairros populares que se pode interagir com os desempregados, trabalhadores do mercado informal, “precário” etc. Relacionar igualmente com a luta da juventude, com a luta anti-racista, pela igualdade de gêneros, pela terra, saúde, meio ambiente e outras específicas do nosso povo. Desenvolver o caráter internacionalista da luta dos explorados através da solidariedade de classe, intercâmbio de experiências e ações comuns. Reforçar o sindicato no local do trabalho, na cadeia produtiva e nos ramos de atividade. A organização das bases é indispensável para combater a estratégia dos capitalistas de cooptação dos trabalhadores para aumentar a produtividade – e também enfrentar as investidas da central de direita nas bases das entidades sindicais que dirigimos.

Os comunistas têm o compromisso de desenvolver os mecanismos inibidores da burocratização das diretorias sindicais. Lutar em defesa da concepção e da conduta classista, reforçar a democracia sindical (zelando pela realização de congressos, assembleias e o funcionamento regular do coletivo da diretoria sindical etc.), incentivar o rodízio na liberação das lideranças sindicais, de modo que essas não se apartem de suas bases sociais.

**secretário sindical e membro da Comissão Política do PCdoB, intervenção na Conferência Sindical*

Diretrizes para o fortalecimento do Partido entre os trabalhadores

Para o Partido se colocar como uma alternativa política revolucionária na luta dos trabalhadores, deve combinar a ação política com o seu caráter de classe. Encaramos este problema sob três aspectos: da luta de idéias, da luta política com a consigna unidade e luta e da própria experiência das massas.

A questão operária não pode ser tratada como mais uma frente, como é a frente sindical, de juventude, de mulheres, negros e movimento social. Deve ser assumida pelo conjunto do coletivo partidário. Qual é o grau de integração dos militantes sindicalistas? Os militantes que estavam nos organismos por categoria foram integrados nos distritais? Os distritais estão voltados também para a questão operária? Como funcionam as frações sindicais? Este balanço deve ser feito nas conferências regionais e municipais, dentro de suas realidades específicas, durante o 10º Congresso do PCdoB. A forma leninista de organização partidária é a organização por local de trabalho, pois é lá que ocorre o embate direto entre a política operária versus a dos capitalistas.

O seminário apontou diretrizes que devem ser analisadas nos comitês estaduais, municipais e distritais. Estas diretrizes devem ser encampadas pelo Comitê Central. É preciso construir o Partido nas empresas e ramos de maior peso na econo-

mia nacional como: montadoras e setor automotivo, bancários, setor petroquímico, siderúrgicas, transportes, comércio, campo, grandes universidades e hospitais, entre outras. O Partido, em suas diversas instâncias, deve definir quais empresas e regiões serão priorizadas no plano de construção. Os comitês estaduais e municipais devem disponibilizar quadros para esta tarefa, estudar a realidade destes setores e garantir suporte material para este trabalho. Nossa atividade nos bairros deve estar voltada para recrutar trabalhadores e trabalhadoras. Também os núcleos da União da Juventude Socialista devem ter esta preocupação. A imprensa partidária tem que refletir a luta e a vida dos trabalhadores destes setores e regiões, denunciar a exploração capitalista, divulgar as experiências positivas da luta operária em escala mundial etc.

Especial atenção deve ser atribuída à formação de quadros operários. Não é possível construir o Partido sem militantes com certo nível de formação política e ideológica. Os cursos devem ser obedecidos nos três níveis: de iniciação, que o vídeo ajuda bastante; o Ciforma (adaptado para trabalhadores e sindicalistas) para as lideranças intermediárias; e um curso anual de maior profundidade para os diri-

gentes do Partido. As organizações de base têm que funcionar regularmente e devem ser as principais escolas de formação comunista.

A comissão sindical, ou o secretário sindical, deve acompanhar, controlar e desenvolver a aplicação de nossa linha sindical e o plano de construção partidária nas principais empresas de sua região. Não pode se confundir com a coordenação da CSC, que trata mais da ação sindical no seu conjunto.

É necessário obter uma maior vinculação da ação sindical com o projeto político partidário, sem prejuízo da autonomia sindical. Os nossos dirigentes sindicais devem vestir mais a camisa do PCdoB. A CSC deve ser estruturada nos Estados e ser um forte instrumento para construir uma base própria entre os trabalhadores com maior identidade com o PCdoB.

O Partido deve assumir, com visual próprio, uma Campanha Nacional pela Redução da Jornada de Trabalho para 40 horas semanais sem redução do salário, até 2002, e a partir de 2002, 35 horas semanais, e em torno do projeto do nosso deputado federal Inácio Arruda, procurando envolver a CUT e outras centrais, os trabalhadores empregados e desempregados.

JBL

Brasil perde Milton Santos

A morte do professor e geógrafo Milton Santos, dia 24 de junho, provocou uma grande lacuna no meio intelectual, acadêmico e político do país. Crítico contumaz do modelo neoliberal e da globalização, o professor Milton alertava os efeitos excludentes, perversos e anti-sociais destes projetos em curso no Brasil e em outros países do mundo. Ele foi um dos intelectuais brasileiros mais reconhecidos internacionalmente. Publicou mais de 40 livros e 300 artigos em português, espanhol, francês, inglês e japonês. Foi consultor da OIT (Organização Internacional do Trabalho), OEA (Organização dos Estados Americanos) e Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). Professor Emérito da USP, Milton Santos ensinou em diversas universidades na Europa, na África, na América do Sul e na América do Norte. Conciliava seu trabalho acadêmico com a participação na Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, da qual fazia parte desde 1991.

Na Câmara Municipal de Salvador, a bancada do PCdoB apresentou Registro de Pesar pela morte do professor. O vereador Daniel Almeida (PCdoB) também subscreveu o projeto de lei que denomina o nome de Milton Santos a uma rua da cidade. Baiano de Bro-

tas de Macaúbas, o professor Milton Santos recebeu inúmeros títulos e homenagens, com destaque para o título do Doutor Honoris Causa das Universidades de Toulouse (França), Universidad de Buenos Aires, Universidad Compuense, de Madrid, dentre outras. Em 1994, Milton Santos conquistou o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, que corresponde ao Nobel de Geografia.

Em Recife/PE, o vereador Paulo Dantas apresentou projeto de lei que propõe o nome de Milton Almeida dos Santos para a próxima escola municipal a ser construída na cidade. A intenção do vereador do PCdoB é, além de prestar uma homenagem à memória deste brilhante e combativo cidadão brasileiro, ajudar a divulgar seu nome, seu exemplo e sua história entre as crianças recifenses.

Em São Paulo, o deputado estadual Nivaldo Santana (PCdoB) protocolou Projeto de Resolução nº 15/2001, instituindo o Prêmio Mérito Legislativo Professor Milton Santos. O Prêmio deverá ser concedido às personalidades que, comprovadamente, tenham se destacado pela produção intelectual no campo das ciências, da literatura ou das artes no Estado. Segundo o deputado comunista, “premiar os destaques da produção intelectual é a melhor forma de homenagear Milton Santos”.

Congresso aprova aumento de bolsas para o PET

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso aprovou emenda do líder do PCdoB na Câmara, deputado Inácio Arruda (CE), que aumenta para 4 mil o número de bolsas para o Programa Especial de Treinamento (PET). O projeto de lei de Inácio Arruda prevê que o PET seja coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Jandira protesta contra compra de navios

A deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) esteve em audiência com a direção da Petrobras para exigir explicações sobre a compra de dois navios pela empresa. A compra prejudicou a indústria nacional e retirou empregos, uma vez que os navios já vêm com tripulação.

Seguro-desemprego para servidor

Seguro-desemprego para servidores públicos demitidos sem justa causa é o que propõe a deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). O PL nº 3.550/00 prevê o pagamento do benefício a todos os servidores cujo desligamento não tenha sido motivado por falta punível com demissão. A deputada pretende garantir ao servidor nessa situação recursos suficientes para seu provimento e de sua família, ainda que temporariamente.

Vereador de Mauá filia-se ao PCdoB

Silvar Silveira é o mais novo integrante da bancada de vereadores do PCdoB. Com a sua filiação em Mauá (grande ABC), o PCdoB passa a ter 19 vereadores em São Paulo. Ex-peemedebista, Silveira

é advogado, agrimensor e professor universitário. Segundo ele, a decisão de ingressar no Partido Comunista se deu “por conhecer a trajetória coerente dos comunistas e pela firmeza de princípios do PCdoB.” Silveira também é diretor da guarda infanto-juvenil de Mauá, uma entidade assistencial que agrega 600 crianças.

Salvador aprova fim das filas nos bancos

Foi aprovado por unanimidade na Câmara de Salvador/BA o projeto de lei do vereador Daniel Almeida (PCdoB) que estipula o atendimento aos usuários de serviços bancários em no máximo 15 minutos. “As conhecidas filas nas agências bancárias representam um grande desrespeito aos usuários do serviço”, observa Daniel. As sanções previstas aos descumpridores da lei vão desde a advertência à cassação definitiva do alvará de funcionamento, em caso de reincidência.

Contra a violência escolar em Recife

O prefeito João Paulo de Recife/PE sancionou a Lei 16.665/2001, que cria um programa de prevenção de acidentes nas escolas públicas, através da instalação de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar (CIPAVES). Trata-se de projeto de autoria do vereador Paulo Dantas (PCdoB). A CIPAVE será composta por representantes dos alunos, pais, professores, direção da escola e funcionários. A lei encontra-se disponível na Internet:

www.recife.pe.gov.br/redecidadao/athot_diariooficial.html. No Recife, o número de mortes por causas externas (violência, acidentes etc) supera o causado por doenças infecciosas e parasitárias, o que aponta para a dimensão do problema na cidade.

INTERNACIONAL

O humanismo das Farc-EP na palavra de Raul Reyes

MIGUEL URBANO RODRIGUES*

O comandante Raul Reyes apresenta o secretariado do Estado Maior Central das Farc-EP nas negociações com o governo colombiano que têm por cenário a Vila Nueva Colombia. A entrevista que segue foi retirada das gravações de muitas horas de conversas que tive com esse guerrilheiro.

Miguel: *As Farc-EP são o poder na Zona Desmilitarizada. Qual o balanço da sua presença numa área que governam na prática há mais de 2 anos?*

Reyes: É uma experiência nova, que nos permite conversar permanentemente com a população civil e ter acesso a autoridades locais. Nossa política está orientada para a resolução de grande parte dos problemas dos moradores. Estabelecemos comissões de Queixas e Reclamações em todas as Frentes das Farc para resolver problemas das comunidades, desde questões ligadas ao casamento, a delimitação de cercas, compra e venda de carros, salários, bens de raiz, não cumprimento de contratos de trabalho, etc. Somos chamados a intervir em grande parte dos problemas que as autoridades municipais não são capazes de resolver. É o povo que espontaneamente nos pede ajuda. Somos convidados sempre para reuniões com os prefeitos, os comerciantes, os camponeses, os professores, os médicos, os responsáveis pelos transportes. Na prática estamos implantando o poder popular, o poder do trabalho, o poder das comunidades, a participação das comunidades.

Miguel: *Comandante, a solidariedade com a Colômbia é muito afetada pela imagem que os seus inimigos difundem das Farc, apresentadas como "a guerrilha do narcotráfico, dos assassinos e bandoleiros"...*

Reyes: Essa é uma das estratégias do inimigo de classe, sobretudo após o fim da URSS e da derrocada do bloco socialista europeu. Para combater as forças da esquerda, o imperialismo norte-americano e os seus aliados passaram a utilizar uma suposta luta contra o narcotráfico como justificativa da guerra. No caso da Colômbia, a história do narcotráfico permitiu fortalecer a capacidade militar do Exército e veio reforçar o apoio dos EUA na luta contra a

guerrilha. Mas na realidade a chamada luta contra as drogas serve para camuflar o objetivo – o combate contra a insurreição colombiana. As organizações revolucionárias, por princípio, opõem-se ao narcotráfico. Entretanto, a dupla moral do capitalismo leva-o a utilizar o narcotráfico como instrumento de combate às guerrilhas. Somos caluniados. Apresentamos já varias propostas como contribuição à luta contra as drogas. Sabemos que a humanidade e, sobretudo, a juventude estão ameaçadas pelo fenômeno do narcotráfico que corrompe consciências, contribui para o aumento da criminalidade e estimula o mercado de armas e a corrupção. Em primeiro lugar propusemos a legalização da venda...

Miguel: *Mas, comandante, essa questão é muito polêmica...*

Reyes: Estudamos o assunto a fundo. Se a venda de narcóticos fosse liberada os preços, que são altíssimos, cairiam enormemente e o desmoronamento do mercado seria inevitável. O dinheiro do narcotráfico movimenta negócios de bilhões de dólares que circulam pelo sistema financeiro mundial. O narcotráfico é um negócio do capitalismo. Esses dólares estão no City Bank, no Banco Mundial, servem para pagar juros da dívida mundial, estão presentes em incontáveis setores do sistema. Os EUA são os maiores consumidores de cocaína e de heroína e os maiores produtores de maconha e dos ingredientes químicos indispensáveis à elaboração da cocaína. São norte-americanos muitos dos grandes traficantes. Mas os EUA recusam-se a assumir a sua responsabilidade e atribuem a culpa a países do Terceiro Mundo que produzem a coca, mas são fracos consumidores. Em audiência pública sugerimos a substituição de plantações e a proteção do ambiente, condenando os herbicidas. Os representantes dos países europeus assumiram a co-responsabilidade no fenômeno do narcotráfico. Apresentamos então uma proposta concreta: substituir as plantações ilícitas e proporcionar aos camponeses assistência técnica e ajuda financeira para que possam cultivar produtos legais.

Miguel: *E qual foi o destino da proposta?*

Reyes: O governo nem sequer respondeu. Ignorou-a.



Comando guerrilheiro: busca de solução política

Miguel: *As Farc são acusadas de, logo que se implantaram fortemente nos Departamentos do Meta e do Caquetá, há mais de trinta anos, terem estabelecido o imposto do "gramaje" sobre a coca, sobre cada grama produzida.*

Reyes: As Farc não cobram nenhum imposto de "gramaje". É mais uma calúnia. As Farc cobram, isso sim, um imposto que atinge todos os cidadãos que possuem fortunas superiores a 1 milhão de dólares, qualquer que seja o seu setor de atividade ou profissão.

Miguel: *E quantas pessoas na Colômbia possuem mais de 1 milhão de dólares?*

Reyes: Segundo as estatísticas, uns 5% da população têm fortunas superiores a 1 milhão de dólares.

Miguel: *A propósito dos seqüestros, chovem acusações sobre as Farc. Se um empresário não pagar o imposto, corre o risco de ser seqüestrado?*

Reyes: Não. As Farc não seqüestram. O que fazem é tomar medidas, quando necessário, para cobrar o imposto. Aqueles que não pagam são por vezes retidos. Logo que liquidam o imposto podem ir tranquilos para casa.

Miguel: *As agências internacionais referem-se aos constantes massacres cometidos pelos paramilitares. Que tem a dizer sobre o assunto?*

Reyes: O paramilitarismo na Colômbia é uma política de Estado, um apêndice do Exército. Os paramilitares atuam quando lhes convém, sob a tutela das Forças Armadas. Em muitos combates capturamos material privativo do Exército, incluindo mochilas e braceletes. Por vezes, destacamentos do Exército, ao tomarem contato com camponeses, desenvolvem uma manobra de intimidação, advertindo que devem acautelar-se porque dentro de dias vão aparecer por ali os paramilitares. Três ou quatro dias depois, os mesmos homens apresentam-se outra vez, mas então como paramilitares. E massacram toda a gente. Isto é do conhecimento dos padres, das autoridades municipais, de toda a população local. Não se trata de um segredo, mas o Exército e o governo negam sempre a realidade. Daí a nossa luta para que o paramilitarismo desapareça como política do Estado

colombiano. O problema assume para nós uma importância capital.

Miguel: *Existe uma cumplicidade tácita entre o Judiciário, o Exército e os paramilitares? A procuradoria arquiva sistematicamente os casos que investiga. Raramente um processo desses chega ao tribunal.*

Reyes: O Estado abrange os três poderes. É ele que permite a essa gente atuar sob a sua proteção. Por que? Porque os paramilitares realizam o trabalho sujo, o que permite a algumas ONGs ligadas à classe governante afirmar que o Exército não viola os direitos humanos ou os desrespeita apenas em casos excepcionais. Essa tarefa cabe aos grupos paramilitares.

Miguel: *O ex-secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, se manifestou contra uma solução militar e afirmou que no conflito colombiano não deverá haver vencedores nem vencidos e que a solução terá de ser política...*

Reyes: Tive a oportunidade de ler alguns capítulos do livro do sr. Kissinger. Considero realista a sua análise. Ele percebe que na Colômbia foi criada uma situação de confrontação política, econômica e social que não beneficia os interesses do grande capital. Por isso mesmo critica a componente militar do Plano Colômbia, isto é, aquela que privilegia o fortalecimento militar e subestima o lado social. Kissinger teme a repetição de uma tragédia como a do Vietnã. Alude repetidamente ao Vietnã para sublinhar que a situação na Colômbia pode tornar-se ainda mais grave do que a que se criou no Sudeste Asiático, porque o nosso país está situado numa área estratégica de enorme importância para os EUA. Daí a sua conclusão sobre a necessidade de se evitar a vietnamização do conflito colombiano.

Miguel: *Como explicar que num momento em que a libertação de prisioneiros deveria contribuir para a passagem ao debate de temas concretos na Mesa de Diálogo, estamos assistindo a uma ofensiva ideológica contra as Farc, com a participação direta do Exército, de membros do governo, de senadores e deputados, uma ofensiva em que afbra aquilo que chamarei o ódio de classe?*

Reyes: Não esqueça que na Colômbia há uma guerra. O Estado colombiano não quer reconhe-

cer essa evidência, mas isso não impede que o desenvolvimento da guerra conduza a um agravamento da crise nacional. As desigualdades sociais tendem a aprofundar-se no contexto da confrontação em vez de se atenuarem. A repressão aumenta enquanto o movimento guerrilheiro e as forças revolucionárias em geral lutam por mudanças que democratizem e humanizem a sociedade colombiana. Acontece o óbvio: o sistema capitalista sente que os seus interesses estão ameaçados. Que fez o governo? Concebeu uma estratégia que utiliza os meios de comunicação como se pudesse ganhar a guerra através deles, ou seja, da mentira. É por isso que a comunicação social repete exaustivamente que estão sendo desfechados golpes demolidores na guerrilha. Mas não é verdade. Somos apresentados como os narco-guerrilheiros, os bandidos que assassinam o adversário que se entregou, que decapitam prisioneiros e jogam futebol com as cabeças dos soldados. Essas são precisamente as barbaridades cometidas por eles contra as populações desarmadas. Os nossos guerrilheiros jamais maltrataram prisioneiros. Os políticos do sistema sabem disso, mas a sua estratégia é mostrar a guerrilha como gente sem princípios que abdicou dos ideais revolucionários.

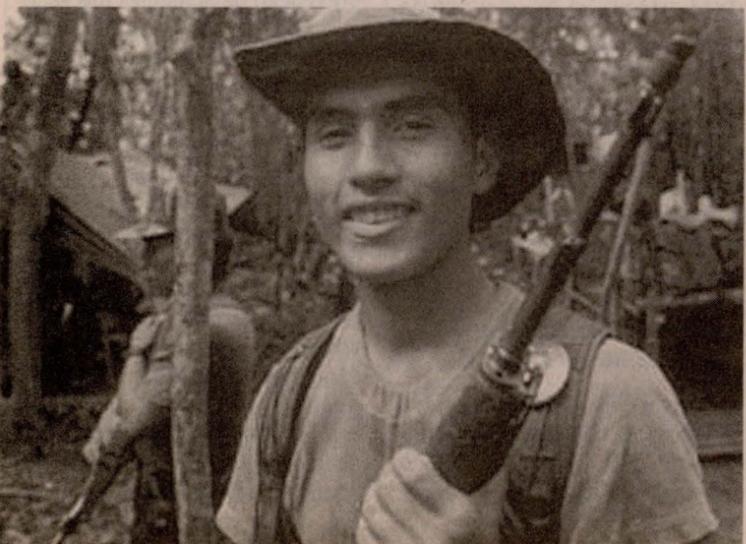
Miguel: *Como as Farc receberam a recusa da União Europeia de adesão ao Plano Colômbia?*

Reyes: Foi uma decisão positiva e expressamos essa opinião aos embaixadores da UE que participaram nas nossas reuniões em Los Pozos. Não é, como sabe, uniforme a posição de todos. Destacamos pelo lado positivo a da França, a da Bélgica e a da Suécia. E também a da Suíça que não pertence à UE. Os demais não assumiram uma posição clara, mas não apoiaram, com duas exceções, o Plano Colômbia. O caso da Holanda é contraditório. Por um lado violou um compromisso coletivo ao permitir que as suas bases aéreas em Aruba e Curaçao sejam utilizadas pelos EUA. Mas por outro está de acordo com a legalização das drogas. A posição da Espanha também foi negativa.

Miguel: *O que vai acontecer, comandante, após o 5 de outubro próximo, quando se esgotar o acordo que prolongou a vigência da Zona Desmilitarizada?*

Reyes: Lutamos pelo poder de acordo com um plano estratégico. Desejamos a paz e para alcançar defendemos o caminho do diálogo. As Farc são favoráveis à saída política, mas se o regime oligárquico nos impuser a saída militar, sabe que nos encontrará pela frente com tenacidade e a firmeza bolivarianas. Temos um exército, o conhecimento do terreno e uma capacidade de combate comprovada.

*jornalista, membro do PC Português

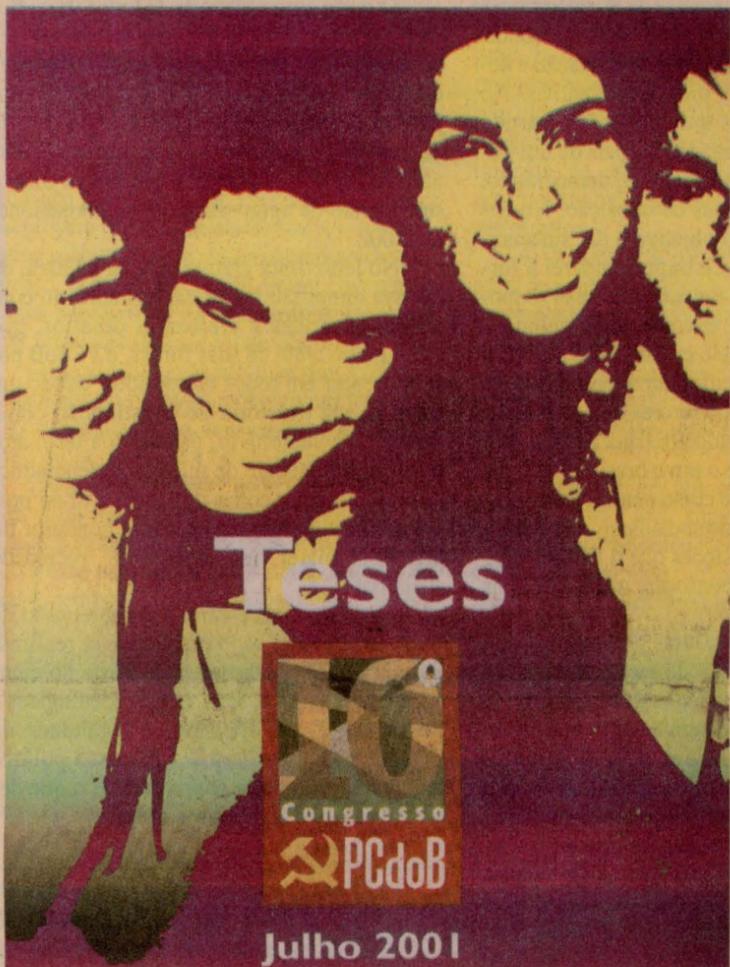


Guerrilheiro na selva colombiana

TRIBUNA de DEBATES

EDITORIAL

Divulgar, debater e aprofundar as teses do 10º Congresso do PCdoB



Iniciamos a publicação da *Tribuna de Debates* do 10º Congresso do PCdoB nesta edição do jornal *A Classe Operária*. Este é um momento especial do exercício da democracia em nosso Partido. Todos os militantes têm o direito de debater e aprofundar os temas levantados pelas teses publicadas no último número da *Classe*, do dia 20 de junho.

Em quase todos os Estados foram lançadas publicamente as teses que convocaram o Congresso, reunindo militantes, amigos, partidos aliados e personalidades da vida política, cultural e científica da sociedade brasileira. Vários debates foram realizados, procurando dissecar os diversos aspectos políticos e teóricos do material publicado. O resultado dessa primeira fase das discussões no processo de realização do Congresso já se fez sentir nesta edição da *Tribuna de Debates*: o número de contribuições deste primeiro número é o triplo do que foi a

edição inaugural da *Tribuna* do 9º Congresso, há quatro anos.

Para orientação dos companheiros que forem nos enviar suas contribuições, anunciamos que as próximas edições da *Tribuna* estarão fechando a cada dia 13 dos próximos meses de agosto, setembro e outubro. Os artigos poderão ser enviados para o endereço eletrônico: princip@vento.com.br ou pelo correio no endereço da Classe (Rua Adoniran Barbosa, 53 – Bela Vista, São Paulo/SP, CEP: 01318-020).

Conclamamos todos os camaradas a debater e contribuir para a elaboração do que deverá se aprovar como resolução final do 10º Congresso nos temas internacional, nacional e de Partido. Assim poderemos aprimorar a linha partidária desde as assembleias de base, passando pelas conferências distritais, municipais, estaduais, até a assembleia de coroamento do Congresso em dezembro, no Rio de Janeiro.

A atualidade da questão nacional

ALDO ARANTES

A idéia do fim do Estado-nação, de que as fronteiras econômicas já não mais existem, é inteiramente falsa; e a questão nacional e a luta antiimperialista nunca estiveram tão presentes. Houve, sim, um debilitamento do Estado dos países dependentes, mas em contrapartida ocorreu o fortalecimento dos estados dos países imperialistas.

A propaganda do fim do Estado-nação parte de falsos pressupostos, entre os quais, o de que a globalização neoliberal levou à superação das economias nacionais e o de que, por isso mesmo, os estados nacionais são incapazes de formular políticas macroeconômicas. Tal visão é uma apologia da submissão à “economia global” e cumpre um papel ideológico de impor o “caminho único” da globalização neoliberal, visando impedir que os países formulem projetos próprios de acordo com o interesse de seus povos e nações.

Na verdade, a chamada “globalização” é o processo de internacionalização do capital, que diante da crise vivida pelo sistema capitalista adotou a política neoliberal – por isso mesmo se pode falar em “globalização neoliberal”. O neoliberalismo, por sua vez, foi uma política adotada pelos dirigentes dos países capitalistas mais desenvolvidos para assegurar a mais completa liberdade do capital na tentativa de superar a crise à custa dos trabalhadores e dos países dependentes.

Os dados demonstram que é falsa a idéia de que a economia internacional prevalece sobre as economias nacionais. Houve um crescimento das relações internacionais, porém esse processo está longe de representar uma predominância da produção internacional sobre as produções nacionais – a produção e a comercialização se dão, basicamente, dentro das fronteiras nacionais. Tanto que – no início da década de 90 – 70% das multinacionais eram baseadas em seus países de origem e 90% se situavam nos países desenvolvidos. A “globalização” se dá, sobretudo, na área financeira.

O atual processo de integração mundial assegurou maior difusão de notícias, entretanto o conteúdo delas parte dos centros hegemônicos, procurando condicionar política e culturalmente os demais países na lógica do mercado e da hegemonia dos países capitalistas avançados.

A idéia de que os estados nacionais são incapazes de formular políticas macroeconômicas não corresponde aos fatos. Na realidade, os Estados Unidos com o controle da moeda internacional (o dólar), com sua política de juros altos e o controle do grosso do fluxo de capitais formula políticas macroeconômicas para si e que condicionam as demais economias. Os países do Mercado Comum Europeu exercem certa influência, tendo por base o euro; e o Japão, com o iene por base, joga um papel regional. Todavia fazem parte de uma engrenagem comandada pelos Estados Unidos.

Já os países dependentes, pelo caráter de

suas economias, nunca tiveram ampla liberdade de formular políticas macroeconômicas, portanto esse não é um problema decorrente da globalização. O que está ocorrendo é que a margem de liberdade para formular políticas em função dos interesses nacionais tem diminuído, particularmente naqueles países que adotaram o caminho neoliberal. O debilitamento dos estados nacionais dos países dependentes se dá para facilitar o processo de globalização da economia. Os estados que não se submetem à política neoliberal formularam políticas macroeconômicas e conseguiram encontrar caminhos para enfrentar a crise internacional mantendo o desenvolvimento de suas economias. Com graus e formas diferentes, países como a Malásia e, principalmente, a China, que tem na economia socialista de mercado a base de seu modelo, seguiram outros caminhos em que o Estado continuou jogando importante papel na atividade econômica.

A globalização neoliberal agrava as contra-

dições de classe e as contradições entre os países dominantes e dominados. Nesse sentido, para o capitalismo, mais do que nunca, o Estado continua sendo essencial para cumprir sua função precípua, através da coerção e da coesão, de assegurar o sistema capitalista – e garantir a reprodução do capital, com a garantia da economia de mercado e da propriedade privada.

Para os países dependentes o Estado é decisivo para formular políticas que atendem aos interesses de seus povos e nações. Por isso mesmo a luta nacional ganha importante influxo nos países vítimas da globalização neoliberal. É o caminho pelo qual se poderá construir um projeto nacional, democrático e popular de desenvolvimento – que possa abrir caminho para romper com a política de submissão aos banqueiros internacionais e ao FMI.

Aldo Arantes é membro do Comitê Central e deputado federal pelo PCdoB/GO.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Comissão Editorial da Tribuna de Debates: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP), José Reinaldo Carvalho e Dilermando Toni.

Editoração Eletrônica: Marco. Administração: Francisco de Andrade Matarazzo. Publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412.

PCdoB na Internet: <http://www.pcdob.org.br> - Correio eletrônico: pcdobcc@uol.com.br



Governo de reconstrução nacional: desafios do PCdoB

CARLOS AUGUSTO DIÓGENES

Estamos em processo de construção do 10º Congresso do PCdoB. A militância já tem em suas mãos as teses que analisam o caráter da crise do capitalismo, suas contradições, as conseqüências da implantação do projeto neoliberal no Brasil nesta década e os desafios da construção de um partido revolucionário, marxista leninista, capaz de se colocar à altura do momento e conduzir o nosso país a um novo rumo.

Na parte referente à conjuntura nacional, considero importante a reflexão, o debate e o aprofundamento da análise elaborada no capítulo "Reestruturação, desmonte nacional, exclusão social", que se refere às profundas mudanças ocorridas na base econômica, na superestrutura estatal e suas conseqüências na nossa sociedade.

Seguindo os ditames do Consenso de Washington, o Brasil passa a adotar uma política econômica que atende aos interesses de outras nações, em especial dos Estados Unidos. O item 66 descreve que "o país passou a leiloar o seu patrimônio público, construído em várias décadas, a vender suas empresas privadas ao capital estrangeiro, a endividar o Estado realizando vultosa emissão de títulos públicos, pagando juros estratosféricos, e a elevar rapidamente seu passivo externo, tornando-se completamente refém da oscilação do fluxo dos capitais de fora". Continua no item 67 falando que "Essa linha de liberalização e abertura provocou nesses poucos anos forte desequilíbrio macroeconômico e profundos desajustes estruturais, desmentindo a prédica oficial de serem sólidos os fundamentos econômicos". Descreve em seguida uma série de dados sobre o desempenho de nossa economia, espelhando a gravidade da situação econômica do país em permanente estado de crise.

Estas mudanças ocorreram paralelamente às modificações no caráter do Estado brasileiro, tratado na tese com subtítulo "Desmonte

do Estado nacional" (itens 75-87). A oligarquia financeira internacional com sua política de expansão mundial, além de contar com a ação direta dos estados imperialistas e de organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial, OMC, etc, trata também de promover, subjugando por diversos meios as elites nos países periféricos, a denominada "reforma do Estado" em busca da completa liberdade de ação nestes países. No Brasil, FHC foi escolhido pela elite local para conduzir nos seus dois mandatos esta cruzada de traição dos interesses nacionais, transformando o Estado brasileiro "em centro transferidor de gigantescas parcelas de riqueza a grandes rentistas internacionais e associados locais" (item 76). Após uma análise detalhada com muitos dados, sobre as diversas etapas deste processo de mudança estruturais no Estado, a tese afirma de forma bem peremptória que "as elites dominantes brasileiras (grande burguesia, seus políticos, parte da intelectualidade, a quase totalidade da mídia)(...) excluam qualquer veleidade de desenvolvimento autônomo, de projeto nacional". (item 97)

Tal conclusão tem implicações na luta do nosso povo, pois caracteriza mudanças profundas na trajetória do Estado brasileiro, moldado pelas elites desde 1930, no intuito de empreender um certo projeto de desenvolvimento nacional. O item 98 conclui de forma bem categórica "o estado nacional vem sendo desmontado e, hoje amoldado às condições geopolíticas e geoconômicas da ordem mundial, hegemônica pelos Estados Unidos. Se continuarem estas tendências à desnacionalização, (...) o Estado nacional brasileiro atingirá um patamar de abandono completo das funções, objetivos e compromissos nacionais, crescendo, assim, a ameaça neocolonial sobre o país".

Diante deste quadro de desmonte da economia e Estado nacionais, com trágicas conseqüências sociais e falta total de perspectiva para dezenas de milhões de marginalizados, a tese mostra a viabilidade da construção de um

novo rumo para o país, voltado para a defesa de sua soberania e do desenvolvimento social e econômico. (itens 101 a 103) Conclui este raciocínio afirmando que "o Brasil objetivamente está entre os elos débeis desse conjunto, reunindo condições potenciais próprias para se desgarrar de sua atual posição subalterna. Para tanto, depende do avanço das condições subjetivas, ou seja, da predominância de uma nova orientação que lhe possa garantir uma linha de defesa da soberania e da democracia". (item 103)

Quais as conseqüências da afirmação acima? Como trabalhar a construção de condições subjetivas favoráveis à implantação e desenvolvimento de um projeto alternativo? No item 109 deixa claro que o ponto de partida deste projeto é a instalação no país de um governo de reconstrução nacional, democrático, constituído pelas forças de oposição. No entanto, para atingir tal objetivo e dar sustentação ao novo governo é imprescindível a formação de um amplo, potente e combativo movimento de massas, envolvendo e unindo a maioria da nação, tendo como centro as forças populares, capaz de enfrentar a reação que será desencadeada pelos setores que se beneficiaram com o atual modelo. Uma batalha desta envergadura, entre o povo brasileiro e a sua elite subserviente, é o curso natural para aproximar a perspectiva do socialismo, dependendo da força e das posições que o PCdoB ocupar neste processo, conforme tratam os itens 114 e 115.

Logicamente, as tarefas políticas imediatas colocadas para o Partido e a oposição apontam neste momento para o embate sem tréguas ao governo de FHC e para a construção desta ampla frente antineoliberal capaz de mudar a atual correlação de forças, constituir o novo governo e dar suporte político e de massas à consecução do novo rumo para o país.

Temos diante de nós tarefas de imenso significado para os destinos da nação. Se é verdade que a credibilidade do governo e do seu projeto estão em baixa, também é verdade

que continua a tendência de dispersão das forças de esquerda, agravada pelo fato do PT, maior partido de oposição, ter enormes dificuldades de se constituir como pólo aglutinador. O PCdoB tem um grande papel a jogar neste momento na consecução destes objetivos, devido à respeitabilidade adquirida com sua coerência política e longa história de lutas, sua persistência na busca da unidade dos setores oposicionistas, sua visão estratégica, e com sua presença institucional e influência no movimento popular em nítido crescimento.

O norte para a atuação de todos os comunistas é saber combinar a luta de massas que se desenvolve em todos os rincões do país com a luta política central de combate ao projeto neoliberal, trabalhando sempre no sentido de unir forças em torno de um programa alternativo, capaz de derrotar o governo e todo o seu aparato de apoio nacional e internacional em 2002.

No leito desta grande batalha política, de imensa dimensão histórica, enfrentando com certeza, enormes e crescentes desafios, que estão muito além de suas forças, o PCdoB poderá crescer em todos os sentidos, dando um salto na sua trajetória de constituição como Partido revolucionário, passando a ter maior influência política e de massa, credenciando-se junto ao povo como indispensável ao progresso da vida nacional e como condutor do processo maior em busca da sociedade socialista.

Para isso é necessária a compreensão do capítulo referente ao Partido, onde se reafirma a necessidade do Partido Comunista no mundo contemporâneo, seus valores ideológicos e extrai lições dos 15 anos de legalidade do PCdoB, traçando diretrizes para sua política de organização nesta conjuntura. É o que desenvolveremos no próximo artigo.

Carlos Augusto Diógenes é presidente do Comitê Estadual/CE e membro do Comitê Central.

Atacar a democracia, para que a democracia viva

ALEX LOMBELLO AMARAL

Não são gratuitos os ataques subliminares da imprensa capitalista à democracia – capitalista – que temos no Brasil. Embora pareça redundante e repetitivo, a oligarquia financeira quer um modelo político ainda mais capitalista, mais liberal, ou seja, quer maior concentração e privatização do poder político e forças oposicionistas mais fracas e ineficientes.

A Constituição de 88, pressionada e vigiada por um movimento popular ascendente, não pôde ser totalmente aos moldes desejados pela oligarquia financeira, a qual respondeu guiando o sistema político para um beco sem saída. Em outras palavras, a democracia capitalista atual foi toda montada para fracassar! Qual pode ser nossa tática a respeito? Defender um modelo que, nitidamente, é indefensável? Ou se não, defender a ditadura? Nem uma coisa nem outra e ao mesmo tempo as duas. Para defender os pontos que nos são benéficos da democracia capitalista, precisamos desmascará-la. Para conter o avanço, constante e rápido, das idéias ditatoriais, devemos defender uma ditadura cujo órgão máximo seja um Parlamento de maioria proletária, que em nosso programa denominamos Assembléia Nacional. Devemos contrapor à ditadura e democracia capitalistas, a ditadura e a democra-

cia do proletariado. Ou seja, contra duas formas de organização de um mesmo Estado capitalista devemos contrapor uma proposta única, que pode inclusive variar de nome, conforme a ocasião e preferência.

A melhor defesa, o ataque, a melhor maneira de fazer recuar o avanço autoritário da direita, a propaganda firme e destemida do Estado proletário, que nada mais pode ser que "o proletariado organizado como classe dominante", o básico, o central, o indispensável do socialismo.

Não só em nível nacional e estadual, mas nos municípios, nas escolas, nos sindicatos e em todos os movimentos, a democracia capitalista, ou seja, liberal, como Lênin a denominava, tem sido um inimigo, que por vezes nos vemos defendendo, como se não tivéssemos opção!

Resolveríamos muito de nossos problemas de formação teórica se definíssemos como tarefa para os militantes procurar um, só um texto de Lênin no qual o liberalismo não seja atacado nem uma vez. Mesmo quando denuncia o esquerdismo, Lênin demonstra quanto um esquerdista é liberal.

Mas como afirmar que a democracia, liberal, existente no Brasil não serve para construir uma sociedade melhor, se nos sindicatos afirmamos que as eleições diretas, liberais, são a própria democracia? Que o sistema político, liberal, em vigor no Brasil não

serve de maneira alguma para um centímetro de avanço, um pouquinho de inteligência percebe, mas com certa atenção podemos constatar que parte da fraqueza do movimento sindical não se deve somente ao desemprego, mas também ao liberalismo dos seus estatutos. Da mesma forma, na UNE, nós comunistas, afirmamos que não seria democrático que a diretoria da mesma entidade fosse eleita diretamente, ou seja, de forma liberal, mas não atacamos as eleições diretas, e liberais, para os DCEs. A mesma imprensa capitalista que se esforça por desmoralizar a democracia coloca-se em defesa das diretas, da democracia liberal, na UNE, e não comenta nada sobre as dezenas de DCEs inativos, corruptos, diretamente eleitos em todo o país, que imobilizam o movimento universitário e desmoralizam a UNE.

Decidimos, ao aprovarmos o novo programa de nosso partido, que chegou o momento de lutar pelo socialismo, então não podemos ter dúvidas, chegou o momento de lutar contra o liberalismo, pois assim como o socialismo científico são as idéias revolucionárias essenciais ao proletariado, o liberalismo são as idéias, hoje reacionárias, vitais para a burguesia e venenosas para o proletariado. Se defendemos ou deixamos de atacar o liberalismo, as democracias liberais, no seio mesmo dos movimentos proletários e populares em

geral, significa que não estamos lutando pelo socialismo, nem estamos cumprindo nossas próprias decisões, estamos sim sendo liberais, na prática e na teoria.

O debate sobre a democracia é um debate sobre o Estado. A frase, "(...) do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante" é do Manifesto Comunista. Lênin a repetiu algumas vezes em O Estado e a Revolução, onde também afirmou que a questão do Estado tornou-se central no desenvolvimento do socialismo científico. Concordando com estes camaradas e aplicando suas conclusões à nossa realidade insistimos: como pode, o proletariado, ser classe dominante organizado de forma liberal, ou seja, capitalista? Como o proletariado aprenderá a se organizar de outra forma a partir de movimentos liberais, cujos grandes momentos são eleições diretas? A quem cabe a tarefa de ensinar o socialismo? É possível ensinar o socialismo e defender, ou mesmo não atacar práticas liberais? Em uma pergunta – é possível lutar pelo socialismo sem atacar a democracia liberal e defender uma democracia nova, proletária, coletiva, mais direta com menos eleições diretas, a começar pelos movimentos onde atuamos?

Alex Lombello Amaral é professor de história e presidente do PCdoB de São João del-Rei/MG.

Dívida de Sangue

AGLAETE NUNES MARTINS

A questão do racismo, no Brasil, de uma vez por todas, precisa ser encarada por todo o conjunto da sociedade.

Não vai se erradicar a pobreza, quando parte da população é deixada à margem da produção, tratada como indivíduos de meia cidadania, disseminando-se a discriminação, gerando-se a pior das violências manifesta no racismo que tira do indivíduo o direito de defesa e a dignidade humana.

Das lutas insurrecionais, travadas nos redutos quilombolas, às rebeliões de libertação dos dias atuais, pouco têm significado substancialmente no quadro de mudanças e, efetivamente, serviu muito mais para transportar a grande maioria negra dos porões das senzalas para os bolsões de favelas das periferias das cidades, que para realizar as qualitativas mudanças na realidade do povo negro do país.

Este ainda é excluído dos foros de decisão e dos postos de poder escolher até mesmo seu próprio destino. Quando muito, são designados a desempenhar papéis coadjuvantes no imenso cenário da Pátria Brasil, ocupando postos subalternos ou chamados a desempenhar serviços braçais e tarefeiros.

O legado historiográfico de nossa cultura, implantada no folclore popular pelas tradições dos orixás, sua dança, seus cânticos e sua arte, serve muito mais para "enricar" o lado "branco" que para reconhecer ao próprio negro algum valor na contribuição que, com suor, lágrimas e sangue, tem tombado sem glórias na resistência para fazer valer a importância da nação, seu engrandecimento, seu progresso e a preservação destes mananciais.

Da mãe África a Porto Seguro, ainda se

encontram as portas fechadas ou batidas no rosto, quer seja no mercado de trabalho ou em todo e qualquer espaço em que pretenda submergir fora daqueles que convencionalmente lhe estão reservados historicamente.

As articulações abolicionistas, da Lei dos Sexagenários, Eusébio de Queiroz, Ventre Livre, Cartas de Alforria, Lei Áurea, Lei Caó, têm resultado vãs na abreviação do alcance da cidadania plena, almejada por todos na luta por direitos iguais.

No que tange à mulher negra, então, pouco sobrou de proveitoso. Continua a carregar sobre os ombros o peso da indiferença e da função de mera reprodutora da força de trabalho em seu próprio lar; ou arrendando sua mão de obra nos lares burgueses para aumentar o conforto e os prazeres das famílias alheias em prejuízo da sua, em troca de alguma renda para as necessidades básicas ou como único ganho da própria prole. Não tem seu valor reconhecido como mulher e constitui o maior contingente de empregados domésticos, cujos poucos direitos conquistados quase nunca são respeitados.

A Constituição de 88 enumerou em alguns de seus dispositivos uma vasta gama de protecionismos, objetivando diminuir as diferenças entre raças, sexos, idades. Podemos, para ilustrar, elencar os dispostos no artigo 3o, em seus incisos de I a IV, e o artigo 4o, inciso VIII, que repudia o terrorismo e o racismo.

O artigo 5o garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Há liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício de culto religioso. Mas sabemos todos que isso não é verdadeiro. O que ocorre ainda é o preconceito racial, a perseguição aos cultos e aos sím-



Sebastião Salgado

bolos dos praticantes da umbanda e do candomblé, praticados pela maioria da comunidade negra.

Nas conformidades do inciso XLII do artigo 5o do texto constitucional é criminalizada a prática de racismo que, contudo, ainda não foi tipificada no Código Penal e continua estigmatizando o negro no seu dia a dia.

O Parágrafo I do artigo 215 determina que "o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras."

Em seu artigo 216, seus incisos e parágrafos também corroboram as intenções de preservação das formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, dos documentos e sítios

detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Todavia não se vê nenhum esforço dos governantes ou dos tribunais no sentido de fazer cumprir quaisquer destas proposições legislativas, com vistas a minorar as condições de desigualdades, garantindo, quando nada, o cumprimento da parte que lhes cabe neste processo - de forma que é grande a dívida deste nosso país para com o nosso povo negro e, ao que se tem, é também de difícil REPARAÇÃO JÁ!

Aglaete Nunes Martins é advogada e militante da Unegro/RJ.

Lições (?) da legalidade

JAIRO JOSÉ JUNIOR

O mais longo período de legalidade que o PCdoB viveu e vive, transcorre, talvez com exceção dos anos 85 a 89, num ambiente de dificuldades para as forças populares.

A principal delas foi à derrota final da experiência socialista soviética, na virada para os anos 90. Ela trouxe conseqüências graves para o movimento socialista mundial, atingindo o mesmo correntes revolucionárias que, como o PCdoB não se identificam com aquele tipo de socialismo, mas foram com ele confundidas aos olhos do povo em geral. Enfrentou-se por conta disso uma situação generalizada de abalo das convicções progressistas e de transformação radical da sociedade, que afetou boa parte dos militantes. Alastraram-se o ceticismo, o desalento e os questionamentos da justeza da teoria de Marx. A crise do Marxismo e as derrotas do socialismo permitiram uma ofensiva sem precedentes contra os partidos de esquerda, revolucionários, e até contra a militância política em geral. A burguesia realizou e ainda realiza, em todo mundo, intensa campanha anticomunista.

É neste quadro que se dá a escalada neoliberal. O neoliberalismo foi a resposta da burguesia mundial face à crise do capital. Visou recuperar a acumulação capitalista, contrapondo-se à tendência de queda das taxas de lucros. Buscou destruir a institucionalidade do Estado e retirar as preocupações sociais da esfera da política. Deriva dos imperativos do capital financeiro, que dita hoje a dinâmica da cadeia da acumulação capitalista. Seus pioneiros, ainda nos anos 90, foram o Chile de Pinochet e a Inglaterra de Margareth Thatcher. Nos anos 90 o imperialismo, em particular o norte-americano, aproveitou a defensiva do movimento socialista para iniciar uma ofensiva neoliberal sem precedentes. No Brasil, seus representantes principais foram Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Um aspecto que influenciou fortemente na

construção do Partido, principalmente entre os operários, foi o conjunto das mudanças no mundo do trabalho advindas da chamada 3ª Revolução Industrial, ou o toyotismo. Na década de 90 elas atingiram fortemente o Brasil, via inovações tecnológicas com base na microeletrônica e informática, novas técnicas de gerenciamento, novas tentativas de cooptação ideológica dos operários e desregulamentação do trabalho. Sob o domínio do capital, o avanço científico foi aplicado para elevar a produtividade, reduzir custos e potencializar lucros. Seu efeito social mais visível foi o desemprego, embora este também tenha sido conseqüência da política neoliberal. Essas transformações produziram também profundas alterações no perfil de classe dos trabalhadores, confusão e perplexidade na sua consciência e organização.

Esses fatores produziram, na minha opinião, nos anos 90 um considerável refluxo das mobilizações populares, em particular do movimento sindical, que na década anterior vivera uma ascensão espetacular. E o espaço institucional-parlamentar ganhou proeminência como estuário das reivindicações e aspirações populares, ainda mais por termos tido dez eleições nos últimos quinze anos. As massas ainda hoje depositam grande esperança no Parlamento e nas funções executivas de governo. Essa "parlamentarização" da política atraiu para as esferas



institucionais não poucas energias dos movimentos sociais que procuraram ocupar esses espaços com suas lideranças.

O processo de construção do Partido sofreu essas injunções objetivas. A política terminou por ser, nesse período, o fator preponderante no processo de construção partidária enquanto os aspectos ideológicos e organizativos se atrasaram. Não tivemos forças e talvez nem vontade suficiente para vincular mais os

objetivos estratégicos da construção do Partido à necessária amplitude tática.

Um Partido revolucionário como o nosso não deve se contentar com a ação nos marcos do "possível". Nessa fase, infelizmente, o nosso Partido de certa forma "conformou-se" com a realidade difícil e não investiu tudo que poderia para superar os limites da ação política institucional-parlamentar. Praticamente uma geração de militantes aderiu ao Partido mais pela política justa de combate aos governos neoliberais e defesa dos interesses do povo do que pela ideologia propriamente dita.

Atualmente a vida cobra-nos essa fatura. O descompasso entre a construção política e o fortalecimento orgânico-ideológico existe, é real e termina inevitavelmente por repercutir também no primeiro. Os planos de estruturação, fruto dos debates do 9º Congresso, contribuíram para evitar num primeiro momento que as coisas se agravassem.

Essas observações não negam, em absoluto, as conquistas alcançadas no período de legalidade. O Partido cresceu, ampliou sua influência e projetou lideranças. Entretanto, muito há de ser feito. O nosso Partido precisa, para seu fortalecimento orgânico, tirar mais conseqüências das condições legais de sua atual existência. Aparecer para o povo, em particular, para o proletariado, como força avançada e revolucionária que é. Pode estar se abrindo um novo ciclo na vida política do país, um ciclo mais favorável para as forças populares, democráticas e de esquerda, e o nosso Partido não pode se atrasar na sua preparação, pois, é instrumento indispensável na condução desse processo, que pode nos levar a vitórias importantes no rumo da construção do socialismo em nossa pátria.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Jairo José Junior, secretário de organização do Comitê Estadual de São Paulo, membro do Comitê Central e da Comissão Nacional de Organização.

Resgatar o vigor e a mística da militância popular e de esquerda

MILTON ALVES

Os desafios da militância na atualidade

Ascensão em escala mundial do neoliberalismo, ofensiva feroz do capital comandada pelas megacorporações transnacionais e pelos estados imperialistas, e, quase ao mesmo tempo o colapso do bloco socialista, hegemonizado pela então União Soviética tiveram um tremendo impacto nos referenciais políticos e ideológicos – e em todas as esferas e dimensões da ação política, particularmente na militância política de esquerda, marxista ou não. Foi uma derrota de caráter estratégico para o conjunto do movimento social transformador. Ao lado da ofensiva ideológica, afirmando a supremacia global e definitiva do capitalismo (alguns mais afoitos afirmaram que a história havia chegado ao fim), um conjunto de novas questões emergiu no seio da esquerda em geral sobre a forma de continuar a luta contra a dominação e a exploração do capital. Uma geração inteira de lutadores, em grau variado, viveu e vive um sério impasse na sua atividade política: a perda de perspectiva transformadora, a acomodação e até mesmo a capitulação. Evidentemente, a resposta para esse conjunto complexo de questões tem a ver com o estágio atual e o grau de desenvolvimento da luta de classes em todos os seus múltiplos aspectos.

A própria “retração” e o enfraquecimento do vigor militante são efeitos da ofensiva ideológica do capital. E também de uma crise de paradigmas, já que ficou – para muitos – seriamente abalada a viabilidade da construção de um outro tipo de sociedade. Daí a apatia, a descrença e a desmobilização de vastos segmentos políticos e sociais, que lutavam pela transformação radical da sociedade ou até pela “reforma” do capitalismo. Vale ressaltar que “muitas certezas” no terreno das idéias sofreram uma devastação, um certo tipo de caminho, praticamente linear, para se chegar ao socialismo foi parar na lata de lixo da história. Um certo “determinismo” de que a “roda da história só anda

para frente” teve a sua falência decretada pela roda-viva da vida. Além desses elementos mais de fundo, também surge um intenso questionamento sobre a forma de atuar, de agir politicamente, em suma de militância. Alguns com sérios objetivos e outros com racionalizações de ocasião. Algumas vozes levantam o coro do fim da militância política “clássica”. Argumentam que não existindo um “projeto totalizante”, uma “utopia coletiva”, não faz sentido uma militância mais orgânica – ou seja, em partidos, sindicatos e em estruturas mais definidas, mas sim, uma vaga militância alternativa, fragmentada, embalada por motivos parciais (reivindicações mais localistas e segmentadas). Este debate segue seu curso, tomando várias formas e alimentando falsas premissas.

Por outro lado, todo um modelo de militante, um padrão, uma forma voluntarista de fazer política, vanguardista no pior sentido do termo e auto-suficiente foi por “água abaixo” – para dizer o mínimo. Nas fileiras dos partidos operários e progressistas – socialistas, comunistas, verdes – o tema da forma de militância ganhou dimensão e entrou na ordem do dia. A questão dos quadros, da relação direção-base, da democracia interna e mesmo alguns conceitos do leninismo passam por um debate com nítido perfil renovador. Esse debate nos interessa. Estamos comprometidos organicamente com um projeto transformador e devemos separar o “joio do trigo”. Jamais vamos renegar as melhores e mais caras tradições do movimento revolucionário: a combatividade, a solidariedade classista, o desprendimento e o sentido internacionalista da nossa luta. Mas também temos que compreender mais profundamente as transformações ocorridas nestes últimos tempos, particularmente nos últimos trinta anos, no Brasil e no mundo, que trouxeram uma série de profundas modificações na organização da vida das pessoas, nas formas de luta social, no perfil das classes, como o advento da comunicação instantânea; as mudanças no mundo do trabalho e a escala crescente de inovações tecnológicas; a emergência de novos problemas sociais e modalidades diversas de costumes, hábitos e valores difundidos nestas três décadas decisivas e emblemáticas

de crepuscular século XX. Toda essa complexidade do mundo moderno exige novos parâmetros e novas posturas adequadas para o militante e, num nível mais amplo, para qualquer movimento político e social que luta pela transformação revolucionária da sociedade.

A necessidade de lutar e o ser militante

O aviltamento e a piora continuada das condições de existência de milhões e milhões de seres humanos causado pelo capitalismo, que esmaga os direitos básicos e fundamentais da maioria da Humanidade, mantém vigente e, mais que isso, reclamam a intervenção consciente e decidida de homens e mulheres que lutam por uma nova sociedade, centrada na valorização do trabalho, com igualdade e liberdade para os seus membros – sonho alimentado por todas as grandes revoluções que sacudiram os séculos XVIII, XIX e XX. As terríveis tragédias sociais do nosso tempo convivem com vastas descobertas científicas e nunca foram tão grandes os progressos tecnológicos, mas imensa parcela está alijada de qualquer usufruto destas prodigiosas conquistas. “Do leite produzido no mundo, 72% alimenta um quarto da humanidade situada no Hemisfério Norte, restando 28% para os demais. O mesmo acontece com a carne, 64% da qual é consumida no Norte rico contra 36% no Sul subdesenvolvido. Cerca de 92% dos automóveis circulam no Hemisfério Norte, sendo apenas 8% da frota mundial de carros para três quartos da humanidade situada ao Sul do mundo. Do papel fabricado no mundo, 81% é consumido pelos habitantes do Norte, contra 19% pelos do sul”. Isso basta para ilustrar o que dizíamos. Nunca a Humanidade se desenvolveu tanto tecnologicamente quanto nas últimas cinco décadas; mas, mesmo assim, o poder sobre esses meios e seus frutos é tão, ou mais, desigualmente distribuído quanto nos piores momentos históricos da Humanidade. A riqueza e a miséria marcam a vida dos homens no final deste milênio”. (1) Diante deste verdadeiro impasse civilizatório tão mais é necessária e imperiosa a ação consciente para alterar esse rumo de ex-

clusão e apatidão social crescente. Ser militante e de esquerda, atualmente, é resistir, primeiramente, ao pensamento único neoliberal e totalitário, que proclama a invencibilidade e a inexorabilidade de suas idéias. É combater a imposição dogmática dos valores do mercado em todas as esferas da vida humana. É enfrentar o aparato ideológico que entorpece e corrompe as mentes, ditando desde o comportamento político à estética, ao gosto musical e até à “última palavra” da moda. Ser militante hoje exige, além da resistência a essa verdadeira cruzada obscurantista, a reafirmação dos valores da solidariedade e da luta por uma nova sociedade. É lutar apontando a perspectiva de transformação – enfim uma resistência ativa, mobilizadora e esclarecedora. É combater o mal pela raiz. E ser capaz, como dizia Ernesto Che Guevara, “de sentir indignação contra qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo. É a qualidade mais bela de um militante”. (2) O imperativo ético da militância nos faz declarar guerra ao individualismo atroz, à boçalidade da indiferença social, ao apaziguamento com os exploradores e, principalmente, com a passividade diante da urgência do combate e da luta para deter e vencer a barbárie capitalista. “Ser de esquerda no mundo de hoje significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão. Significa lutar e concretizar um mundo de educação, de cultura, de autonomia individual e realização social. Significa realizar o sonho desses “anjos tortos” que acalentam os desejos de felicidade perseguidos pelos homens e mulheres ao longo da história”. (3) [continua na próxima edição]

Milton Alves é presidente estadual do PCdoB/PR.

Notas

- (1) Emir Sader, O Anjo Torto – Esquerda (e direita) no Brasil, Editora Brasiliense, 1995, págs. 13 e 14.
- (2) Paco Ignacio, O Che, Biografia, Editora Scritta, 1997.
- (3) Emir Sader, idem, pág. 195.

Vale a pena ser comunista

ANA ROCHA

O processo preparatório do 10º Congresso que envolveu as reuniões do Comitê Central, os debates nas comissões que elaboraram as teses e a Conferência Sindical Nacional indicam sinais novos para este Congresso. Diria que, além do rico conteúdo propriamente dito das teses, instigando o aprofundamento teórico sobre questões meio adormecidas como o papel da classe operária e a composição operária das fileiras partidárias, uma presença mais forte no movimento social, e o terreno da luta institucional, experiência marcante desses 15 anos de legalidade, sente-se a possibilidade de uma qualidade ideológica nova, revelada no interesse do estudo do marxismo e da necessidade de afirmação das convicções revolucionárias e da perspectiva socialista.

É claro que o processo do 10º Congresso se realiza num momento em que a resistência ao neoliberalismo dá sinais de crescimento, onde as experiências positivas de Cuba, Vietnã e sobretudo da China ganham maior visibilidade como contraponto ao pensamento único neoliberal. Num momento de maior movimentação e rearticulação do movimento comunista internacional. Quando os ideais socialistas passam a ser reafirmados, vide exemplo da pesquisa do Ibope publicada na revista Veja e que revela que 55% dos brasileiros

concordam que o país necessita de uma revolução socialista para resolver seus problemas e 50% consideram que o socialismo deveria ser implantado no Brasil. São fatores da realidade objetiva e subjetiva que criam terreno favorável à afirmação dos ideais comunistas. Não foi à toa que a poesia lida por Mauro Iasi ao final de sua intervenção brilhante sobre o papel potencialmente revolucionário da classe operária na Conferência Nacional Sindical emocionou e ganhou efusivos aplausos dos dirigentes partidários e sindicalistas presentes. Parecia que ao reafirmar o papel da classe operária para o futuro socialista, avivava a chama da convicção revolucionária e sobre a necessidade do fortalecimento do Partido da classe operária, o PCdoB. Naquele momento, a frase de Gramsci “vale a pena ser comunista” ganhou forte conteúdo e se concretizou na consciência do conteúdo de classe do Partido.

Faço essas considerações justamente para chamar atenção para uma leitura acurada das teses do 10º Congresso, do seu conteúdo inovador na abordagem da crise do capitalismo, da necessidade de um novo rumo para o Brasil com destaque na defesa de um projeto nacional, com democratização da renda e dos direitos, e, sobretudo, para as questões de partido, para dar consequência a um curso socialista para o Brasil. É animador pescar um entusiasmo novo, fundamentado em convicções embasadas teoricamente, alimentando um i-



Antonio Gramsci, fundador do PCI

deário revolucionário, tão escasso nos tempos neoliberais. Diria que começam a surgir os indicadores para que possamos cravar uma cunha no ideário da filosofia individualista competitiva, bem retratada por Perry Anderson em seu livro contestando o fim da história de Fu-

kuyama: “Ideais audaciosos, altos sacrifícios, impulsos heróicos, tudo se dissipará em meio à rotina trivial e monótona de fazer compras e votar; a arte e a filosofia definham, quando a cultura é reduzida à função de curadora do passado; os cálculos técnicos substituem a imaginação moral ou política. É lúgubre o pio noturno da coruja”. Ainda em seu livro, Perry Anderson chama atenção para a incapacidade da lógica do mercado enfrentar os novos problemas mundiais como o ecológico e da representação democrática e da gerência social.

O aguçamento da crise do capitalismo e o acúmulo advindo da experiência histórica vão colocando a necessidade de se quebrar com a lógica do pensamento único neoliberal como condição para garantir a soberania das nações, acabar com a crescente exclusão social e garantir a democracia no âmbito dos direitos e da distribuição de renda.

Fico por aqui nesta minha introdução, refletindo sobre os novos temas instigantes da atualidade e contidos no debate do nosso Congresso, e que reforçam a opção comunista para ajudar a enfrentá-los e a engrossar a corrente do pensamento marxista-leninista que aponta o futuro socialista da história.

Ana Rocha é presidente estadual do PCdoB/RJ e membro da Comissão Política do Comitê Central.

A ciência como trabalho produtivo e o socialismo científico

RENATO GOMES DOS REIS

“Porque há homem cujo trabalho é feito com sabedoria, ciência e destreza; contudo deixará o seu ganho como porção a quem por ele não se esforçou; também isto é vaidade e grande mal.” (Eclesiastes 3-21)

Neste artigo iremos dentro dos preceitos científicos de O Capital refletir sobre algumas questões pertinentes a uma sentença contida no item de número 138, e versa o seguinte: “Talvez, em nenhum momento da história, como nesta fase de implantação do projeto neoliberal, tenha se dado uma ofensiva ideológica tão ampla e generalizada contra o proletariado e, especialmente, contra seu núcleo mais avançado: os operários fabris das grandes empresas. Procura-se negar a sua centralidade do processo produtivo divulgando-se a idéia de que seria a ciência a principal força produtiva”. Nesta sentença vemos a idéia da ciência como principal força produtiva, mas também podemos conjecturar sobre a afirmativa dos operários fabris como núcleo mais avançado – não vemos aí o mesmo fato em relação ao que muitos dizem em relação ao trabalho científico? É de conhecimento que quando da produção de O Capital, Marx observara o proletariado de sua época, do seu espaço e

do seu tempo. Estando na Inglaterra, o então crescente Império britânico assistia a uma revolução denominada Revolução Industrial, a partir deste momento se iniciava uma das maiores epopéias da história contemporânea, a luta entre o proletariado e a burguesia.

Marx, sabiamente estudou o fenômeno da luta de classes e implicações muito mais profundas no país capitalista que se encontrava mais adiantado em sua época – a Inglaterra. Naquele momento histórico a indústria têxtil desempenhou um papel central, ou em outras palavras, naquele tempo e espaço a sentença que versa sobre o centralismo cênico da indústria têxtil no anfiteatro universal fazia sentido. Hoje, em outro espaço e tempo, tal sentença não mais é completa. Não que as previsões de Marx sejam incompletas ou mesmo incorretas, pelo contrário, pois os próprios capitalistas fazem uso de suas previsões, as palavras de Marx continuam tão verdadeiras hoje quanto naquela manhã em que o mundo assistia estarrecido ao surgimento de O Capital. Da mesma forma não negamos Galileu, nem Kepler ou Newton com sua teoria da gravitação. Mesmo sabendo que temos a Teoria Geral da Relatividade de Einstein, as palavras desses sábios que edificaram a física moderna são tão verdadeiras e profundas como sempre foram e

sempre serão. Embora tenham surgido novas idéias e novos conceitos, a física continua edificada por Newton, Galileu e Kepler.

Observando a questão de outro ponto, não é a ciência o foco central da produção, consideramos que todos os processos que envolvam o ciclo M-D-M (Mercadoria-Dinheiro-Mercadoria), são equivalentes. Imaginemos para tanto uma analogia: tendo-se dois recipientes com duas substâncias químicas diferentes podemos medir sua massa, neste caso podemos ter uma igualdade de massa, portanto podemos concluir que ambos os frascos tem iguais massas, embora sejam de naturezas químicas diversas, não se dá o mesmo com as mercadorias e o trabalho? Dentro da intrínca natureza das mercadorias e do trabalho podemos então recorrer à obra de Marx (O Capital), e verificarmos o que o mestre considerava como produtivo: “Uma coisa pode ser valor-de-uso, sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho”, deste pequeno trecho verificamos que Marx não fez nenhuma referência à importância de uma classe do proletariado em detrimento da outra e dando continuidade ao seu raciocínio, cita exemplos: “o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva, etc”. Poderíamos então nos perguntar se o conheci-

mento seria qualificado como um ente que possua apenas o valor-de-uso, mais não o valor, mais isto é falso, pois o conhecimento decorre do trabalho cerebral para que possa materializar-se: teremos então: T-C=Mercadoria (Trabalho-Conhecimento=Mercadoria), teremos então M-D-M, neste caso considerando-se professores ou mesmo cientistas, por exemplo. Mas, sendo as mercadorias quantidades abstratas podemos considerar o ciclo para todo e qualquer caso. Concluindo Marx escreve: “Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social.” Como podemos perceber o trabalho de um cientista possui um valor-de-uso social, que dentro do processo de quantificação obedece às mesmas leis que qualquer outro tipo de trabalho em seu sentido lato. Devemos então considerar trabalhadores professores e cientistas como outros que produzam conhecimento, vendendo-o, fruto de sua força de trabalho.

Renato Gomes dos Reis é membro do Comitê Municipal de Birigui/SP.

A luta pela construção do Partido

VITAL NOLASCO

Uma importante conclusão de Marx ao analisar as revoluções anteriores foi a de que, na época revolucionária, uma das classes sociais aspira a tornar-se libertadora do conjunto da sociedade, partindo da sua situação específica e perseguindo seus próprios objetivos. Mas esse papel libertador só pode ser assumido por esta classe se suas reivindicações e direitos forem de fato as reivindicações e direitos do conjunto da sociedade. Concluiu de que a classe capaz de realizar a emancipação de toda a humanidade é justamente aquela que se encontra em oposição a toda a sociedade contemporânea, e, portanto, a classe que não pode libertar a si própria sem libertar toda a humanidade. Essa classe é justamente o proletariado.

A sociedade capitalista se desenvolve dentro de um permanente antagonismo entre a propriedade privada dos meios de produção e o proletariado, que possui somente a mercadoria força de trabalho, e é obrigado a vendê-la ao capitalista em troca do mínimo necessário para manter suas infames condições de existência. A manutenção dessa situação é de interesse do capitalista e, como seu contrário, o proletariado – que na sociedade atual reúne as condições de vida mais desumanas – tem todo interesse em eliminar tais condições.

Mas para cumprir seu papel histórico de coveiro do capitalismo e construtor da nova sociedade socialista, não basta ao proletariado ser somente uma classe em si, mas principalmente uma classe para si – ou seja, que tem consciência do lugar que ocupa na sociedade capitalista e também de seu papel revolucionário, a consciência de classe.

A consciência de classe não é algo espontâneo. Forma-se a partir da experiência da luta do proletariado, de sua experiência política e do conhecimento e domínio das leis objetivas do desenvolvimento da natureza e da sociedade humana.

O proletariado somente será uma classe para si e terá plena consciência de classe se contar com um partido de vanguarda que domine essas leis, seja capaz de conduzir a luta

política no sentido de acumular forças e conduzir o proletariado à tomada do poder para a construção do socialismo.

Este partido não é algo estranho ao proletariado ou afastado dele, mas intrinsecamente ligado a ele e que representa seus interesses imediatos e futuros. Por representar os interesses do proletariado, esse partido tem que ter unidade de pensamento e ação, pois é um partido de uma determinada classe. A unidade de pensamento e ação é fruto da elaboração e debate coletivos, onde a minoria se submete a maioria de forma consciente.

Em nosso país não tem sido tarefa fácil construir este Partido de vanguarda. Desde sua fundação que o Partido tem enfrentado desafios teóricos, políticos e organizativos. Tem procurado superar dificuldades e insuficiências para sua afirmação.

Neste momento histórico, particularmente quando ocorria a debacle do socialismo, com o fim da União Soviética e a liquidação de vários partidos comunistas que abandonaram o caminho revolucionário enveredando pelo oportunismo, nosso Partido deu uma inestimável contribuição à luta do proletariado pela superação do capitalismo. Realiza seu 8º Congresso, reafirmando o socialismo como necessidade histórica e apontando para a necessidade da elaboração de um programa socialista para o Brasil, que levassse em conta nossas particularidades e peculiaridades.

Nosso Partido, hoje, é um partido em expansão. Temos razoável inserção no movimento sindical e aumentamos nossa presença na CUT, dirigimos importantes sindicatos, dirigimos a segunda maior CUT estadual. A realização da primeira Conferência Sindical do Partido foi vitoriosa e sem dúvida ajudará a aprimorar nosso trabalho nesta frente prioritária. Mantemos nossa hegemonia no movimento estudantil, a UJS se fortalece enquanto corrente política no movimento juvenil. Estamos conseguindo implementar um novo rumo na nossa atuação no movimento comunitário, contribuindo para o fortalecimento político e orgânico da Conam e de entidades comunitárias nos diversos estados. Ressalto a vitória que foi a aprovação do Estatuto das Cidades, em que nosso Partido con-

tribuiu de forma decisiva, quer pela atuação de nossa bancada federal, de diversos parlamentares do Partido, em todos níveis, particularmente do camarada Inácio Arruda, bem como das entidades que dirigimos nesta frente. A UBM é reconhecida no movimento feminista e estamos avançando significativamente em nossa elaboração sobre a questão de gênero. Apesar das dificuldades por que passa o Movimento Negro temos conseguido afirmar nossa linha política de combate ao neoliberalismo em seu seio. Temos uma bancada de 10 deputados federais, 11 estaduais e mais de uma centena de vereadores em importantes municípios, além de participar de governos estaduais e municipais. Nossas bancadas, apesar de pequenas são combativas e defendem, no fundamental, os interesses do povo e da nação.

Todas essas conquistas e avanço são frutos do acerto de nossa linha política, de nossa unidade de ação e da dedicação de nossa militância, que não mede esforços para levar à prática nossa política, estruturar e fortalecer nosso Partido.

Mas a realidade está a exigir um salto de qualidade em nossa atuação. A par dos êxitos alcançados, temos de fazer uma avaliação autocrítica de nossas deficiências e enfrentar o desafio de enraizar o Partido no seio do proletariado. Está na ordem do dia a organização do Partido nos locais de trabalho e nas grandes empresas. Para sermos de fato um partido proletário, nosso projeto político tem de priorizar o conjunto dos trabalhadores. Os trabalhadores têm de ser objeto e causa de nossa ação política.

Será que nossa preocupação, muitas vezes, não tem sido somente em manter nossa hegemonia ou participação em determinada entidade? Depois de cumprido esse justo objetivo, elaboramos um plano para nossa gestão, que possibilite maior integração com as bases, possibilitando elevar seu nível de consciência e organização? Temos elaborado um plano de fortalecimento e organização do Partido? Por exemplo, no movimento juvenil, temos de levar em conta que mais da metade dos jovens estão desempregados e vivendo nas piores condições, sendo vítimas de

toda série de violência – será que não temos nos contentado em atingir somente a parcela mais “politizada” ou aquela que se mobiliza com maior facilidade? Temos nos preocupados em que nossos sindicatos organizem o conjunto dos trabalhadores ou somente nos preocupamos com aqueles que estão no trabalho formal? Nossa atuação nas entidades comunitárias e nos movimentos sociais tem nos ajudado a organizar o Partido nos locais de trabalho e nos bairros proletários? Nosso trabalho parlamentar tem nos ajudado a aumentar os vínculos com os trabalhadores, com a juventude e ajudado a organizar o Partido nos locais de trabalho?

Temos de conhecer o local onde atuamos, onde estão localizadas as empresas, onde moram os trabalhadores, qual é seu perfil. É preciso que nossas diversas frentes de trabalho, movimento comunitário, mulheres, jovens, movimento anti-racismo, debatam as questões que envolvem os trabalhadores os ajudem a se organizar. É preciso que nossos sindicalistas façam a justa ligação das lutas sindicais, com outras, como a luta pela implantação do SUS, por moradia, educação, em defesa da ecologia e do meio ambiente, etc.

Com certeza deslocar o eixo de atuação e o maior enraizamento do Partido no seio do proletariado não é uma tarefa fácil, que se possa cumprir em curto prazo, particularmente quando a luta institucional se sobressai e nosso Partido não pode ficar alheio, pois temos de atuar no curso dos acontecimentos. Como construir um partido ideologicamente forte num momento em que predomina a ideologia do mercado. Mais do que nunca se faz necessário o domínio da teoria revolucionária – mas somente isso não basta. É preciso ter convicção revolucionária, ser paciente e persistente, estar ligado às massas trabalhadoras, conhecer suas aspirações. Enfim, colocarmos a serviço do povo. Levar em conta que acima de qualquer projeto está o projeto do Partido, pois somente assim seremos capazes de construir o socialismo.

Vital Nolasco é membro do secretariado do Comitê Central.

Revolucionar a construção partidária

RICARDO ABREU (ALEMÃO)

A construção partidária se dá em três aspectos inseparáveis e dialeticamente relacionados: a construção política, a construção ideológica e a construção organizativa.

O Partido elaborou uma correta e atual política de organização, que vem sendo concretizada pelos planos de estruturação partidária. Esse planejamento da construção organizativa representa um grande avanço na compreensão coletiva da necessidade de fortalecer o Partido. Ainda não fazemos, porém, o planejamento realmente integral da construção partidária. Hoje somente fazemos o planejamento da estruturação. E, na verdade, a estruturação limita-se basicamente à construção organizativa.

A estruturação partidária deve ser dirigida consoante com nossa ação política e nosso trabalho ideológico.

A construção partidária deve ser planejada como um todo. Precisamos trabalhar um plano de construção partidária com três subplanos integrados: um plano de ação política, um plano de trabalho ideológico e um plano de estruturação.

Nossa ação política, nosso trabalho teórico-ideológico e a estruturação do Partido devem se dar de acordo com prioridades estratégicas de construção partidária envolvendo a classe operária e demais trabalhadores, os bairros populares, os jovens e os intelectuais.

Para isso é preciso elevar o nível do trabalho de direção do Partido. Essa necessidade remete à discussão da política de quadros. Portanto, as tarefas mais importantes, e mais valorizadas, devem ser as tarefas de direção do Partido. Os principais quadros do Partido, os mais experientes e preparados teórica e po-

liticamente, precisam estar disponíveis para se dedicar prioritariamente às tarefas de direção do Partido, que são mais importantes que as tarefas no movimento popular, no Parlamento e no governo. É a direção do Partido quem dirige toda essa atividade política. Em outras palavras, não é o rabo que balança o cachorro, e sim o contrário.

A construção política

O objetivo do trabalho político do Partido é a elevação da consciência política e socialista dos trabalhadores e a unificação, mobilização e organização do povo para, fortalecendo o Partido, conquistarmos o poder político e mudarmos a vida para melhor com a transição para o socialismo.

Nosso trabalho político deve ser pensado, planejado e realizado de forma integral, levando em conta todas as frentes de intervenção política.

A construção política compreende: 1) A elaboração coletiva de nosso pensamento político e de nossa linha política (a tática e a estratégia); 2) O trabalho político de massas, seja com mobilizações políticas próprias das bases militantes do Partido, seja com a participação política dos militantes comunistas nos movimentos e organizações populares e nas lutas populares; e 3) O trabalho político-eleitoral e no Estado, seja nos parlamentos, seja nos governos.

A construção política do Partido abrange todo o trabalho político da militância comunista e deve ser unificada e planejada em conjunto.

Toda a nossa ação política deve reforçar o movimento cívico de unidade popular para derrotar o neoliberalismo, nosso objetivo tático principal.



É preciso superar a compartimentação de nosso trabalho político nos movimentos e lutas populares, unificando e politizando esses movimentos (principalmente o movimento sindical, o estudantil e o comunitário); e superar também a compartimentação entre nosso trabalho político nestes movimentos e o trabalho parlamentar e governamental.

Não pode haver a subestimação do papel político estratégico dos movimentos populares na luta para concretizar nossos objetivos táticos e nossa estratégia socialista. De acordo com resolução do 9º Congresso do Partido, realizado em 1997, "a atuação nas esferas institucionais não pode ser considerada a atividade principal do Partido. Tem grande importância, seria um erro subestimá-la, mas há outras frentes de luta fundamentais à consecução dos objetivos maiores do PCdoB" (União do povo

contra o neoliberalismo: 9º Congresso do PCdoB, página 64).

Valorizar a ação parlamentar e governamental é uma exigência da fase atual, mas somos um Partido revolucionário, não somos um partido reformista, de ação meramente parlamentar. Compreender isso é importante para "enfrentar o desafio de fortalecer o Partido superando as ameaças de descaracterização partidária e, por outro lado, de sectarização e isolacionismo". (Artigo de Renato Rabelo em A Classe Operária, nº 198).

Em próximo artigo serão abordados o trabalho teórico-ideológico e a estruturação partidária.

Ricardo Abreu (Alemão), membro do Comitê Central e da OB da Vila Mariana (São Paulo/SP).

Propaganda: um imperativo do dia-a-dia

JOSÉ SOARES

Por ocasião do 10º Congresso, é imprescindível que haja uma reflexão conjunta de todo o coletivo a fim de que se superem, no menor espaço de tempo possível, as grandes deficiências do PCdoB na área de propaganda – debilidades essas que, de forma variada, atingem toda a esquerda –, tendo-se presente a influência massacrante da grande mídia pró-governamental e a necessidade correlata de se fazer um contraponto eficiente às suas "idéias", sobretudo no seio das camadas menos conscientes do povo.

As Teses para o 10º Congresso tocam o assunto de maneira correta, porém pouco aprofundada, não apresentando – salvo algumas idéias genéricas de reforço da imprensa partidária já existente e da utilização de outras mídias como a internet – proposições mais concretas a respeito, omitindo que, assim como a formação, também nesse setor é imensa a defasagem entre a estrutura colocada (de comunicação) e as necessidades decorrentes do mundo atual e do próprio curso das lutas políticas cotidianas.

Embora não se discuta que muitos já foram os esforços feitos pelos dirigentes responsáveis pelo setor visando melhorar a imprensa partidária e ampliar e atualizar os meios de comunicação (internet, vídeo, etc) usados para divulgar a política e a idéias comunistas, é visível e palpável o imenso e gritante atraso do PCdoB neste estratégico frente da luta política.

Um exemplo desse esforço é a inegável qualidade editorial da Princípios. Em suas duas décadas de existência, contribuiu muito – e mais contribuirá ainda no futuro – no debate de alternativas populares para a grave crise em que nos encontramos, consagrando-se como um espaço propício para o fértil debate sobre o socialismo, sobre as conseqüências ne-

fastas da aplicação do neoliberalismo em nosso país e sobre a necessidade de um projeto nacional de colocação do Brasil num outro rumo de desenvolvimento soberano e democracia com efetiva feição popular.

Contudo, diga-se a verdade, tudo isso ainda é muito insuficiente. A par de ser uma publicação indiscutivelmente vitoriosa no aspecto teórico, é ainda muito débil dada a sua periodicidade trimestral no seu aspecto informativo, no relato e na discussão das notícias relevantes do cotidiano – questão de suma importância e que não pode ser desprezada ou inferiorizada – sobretudo nesta época em que, ao menos aparentemente, as coisas acontecem cada vez mais com uma velocidade impressionante.

A Classe, por sua vez, por ser o órgão central do PCdoB, merece uma atenção especial. Com a sua alongada periodicidade, perdeu muito no acompanhamento dos fatos e tornou-se, desta feita, mais num mero divulgador das posições oficiais do Partido a respeito de tal ou qual tema, do que um jornal que esmiúça notícias e lhes dá uma interpretação progressista.

Neste quadro, as publicações do Partido precisam ser repensadas, ampliadas, mormente no aspecto da cobertura de um número maior de assuntos com um maior dinamismo e profundidade; outros meios precisam ser pensados para divulgar, com maior prestígio e eficiência, de forma criativa e atraente, a linha política defendida pelos comunistas.

Ninguém desconhece os tremendos entraves financeiros que dificultam a ampliação da atuação do Partido no setor de comunicação, mesmo porque, como é intuitivo, propaganda não rima muito bem com poucos recursos. Todavia, embora essa dificuldade financeira embarace, não pode inviabilizar esforços para que as notícias e as posições partidárias cheguem com mais a-

gilidade ao conhecimento de um número maior de pessoas.

Pouco adianta ser o PCdoB o partido com as melhores idéias, com as posições mais avançadas, com o espírito mais revolucionário e a tática política mais acertada e coerente, se as amplas massas populares – sobretudo os seus contingentes mais politizados – desconhecem quase por completo a sua ação no dia-a-dia, a sua luta cotidiana, as suas proposições.

A rigor, não há uma fórmula a ser dada que possa resolver, num passe de mágica, essa situação. Porém, faz-se necessário que haja uma ampla mobilização do Partido – principalmente dos camaradas que têm afinidade com o tema – a fim de repensar a propaganda partidária, dotando-a de mais recursos, com a utilização mais intensiva de instrumentos como a internet e de outros meios ágeis que consigam firmar o PCdoB como um partido conhecido e reconhecido pelas suas ações, palavras e idéias por um número crescente de pessoas, sobretudo nos setores mais progressistas.

E, naqueles meios onde deve haver maior dificuldade de penetração das idéias comunistas, como as pequenas cidades do interior e as periferias dos grandes aglomerados urbanos, é preciso que haja a formulação de uma política de propaganda alternativa e adequada, que consiga fazer face ao gigantesco desafio de se enfrentar o terrível atraso político que normalmente grassa nessas áreas de maior concentração de marginalizados, presas fáceis da demagogia da direita ou de seitas religiosas oportunistas.

De fato, investir em propaganda, em comunicação, mais do que uma contingência pontual deve se transformar num imperativo, numa verdadeira palavra de ordem a ser bradada por todo o coletivo, buscando-se superar, no menor espaço de tempo possível, o que res-

tar de amadorismo e de improviso neste importante setor da vida partidária.

Finalmente, o PCdoB – em decorrência desse próprio esforço para impulsionar a sua imprensa – deve ter o cuidado de trabalhar sempre, de forma eficiente, a sua imagem (isso é algo de suma importância), visando sobretudo rebater os preconceitos anticomunistas, muitos deles espalhados até por alguns aliados nos movimentos em que atuamos (sobretudo no movimento estudantil, em que os trotsquistas, tucanos et caterva fazem de tudo para solapar a direção consequente dada às entidades estudantis pela UJS-PCdoB, atacando-nos das maneiras mais baixas e desprezíveis).

Propõe-se, portanto, que nas Teses sejam contempladas concretamente as seguintes metas/proposições: 1) que haja um maior esforço do coletivo partidário a fim de melhorar e reforçar a propaganda e a imprensa do PCdoB, incrementando-a permanentemente; 2) que, correlatamente, haja a abertura de um vasto processo de discussão – aprofundada e sistematizada – buscando se encontrar as melhores alternativas e estratégias de propaganda e difusão das idéias, posições, ações e símbolos do PCdoB no seio da população, com o uso de meios criativos, eficientes e adequados de inserção nos diversos ambientes sociais; 3) que tais esforços também alcancem, de maneira adequada, os habitantes interioranos e os da periferia dos grandes centros urbanos; 4) que haja o imprescindível envolvimento de toda a militância, com a introjeção na consciência de cada membro do PCdoB de que um dos deveres primordiais do comunista é fazer essa difusão das idéias e publicações partidárias em qualquer oportunidade.

José Soares é membro da organização de base dos advogados (Fortaleza/CE).



Qual jornal de massas o Partido precisa?

CARLOS POMPE

No conjunto das discussões sobre as atividades e metas partidárias colocadas no 10º Congresso, surge a proposta da edição de um jornal nacional de massas pelo Partido. Durante a recente Conferência Sindical, camaradas de várias regiões do país levantaram a questão, levando em conta inclusive a necessidade da divulgação das diferenças de análises e propostas colocadas para os trabalhadores entre os sindicalistas classistas e demais cutistas e os de outras correntes de opinião que atuam entre os assalariados. Foi proposta por alguns participantes até mesmo o relançamento da Tribuna Operária, jornal de massas do Partido que circulou de 1979 a 1988.

O Partido necessita, realmente, multiplicar a divulgação de sua política, inclusive através de publicações que tenham como alvo setores mais amplos da população e que traduzam para uma linguagem mais simples e artigos curtos a complexidade de nossos posicionamentos e análises. Também precisamos de publicações ágeis, que influam no curso dos acontecimentos e das lutas mais imediatas do povo, registrando e influenciando no momento mesmo da ação como, por exemplo, a avaliação sobre uma determinada greve, ocupação de terras, a manifestação estudantil ou a luta no local de moradia.

Vários Estados publicam órgãos de seus comitês dirigentes para circulação nas fileiras partidárias. Em São Paulo, o Partido publica também o Alerta São Paulo, distribuído mensalmente em vários pontos da capital e interior, objetivando levar a análise e propostas comunistas para além dos militantes e ativistas. Também nossos parlamentares procuram contato com seus eleitores através de publicações próprias.

As múltiplas realidades vividas pelo movimento sindical, pelos estudantes universitários

e secundaristas das escolas particulares e públicas, pela luta contra as discriminações raciais e de gênero, pelas mobilizações pela reforma agrária e pelo movimento de moradia merecem tratamento diferenciado nas várias regiões em que o Partido atua.

Um jornal de massas é um veículo precioso para isso. Mas, com a diversidade das realidades no país e para buscar a eficiência máxima, o caminho seria a edição de jornais com uma base territorial mais precisa, que conseguisse flagrar os acontecimentos locais e que propagasse, ao mesmo tempo, a linha política nacional dos comunistas. Um jornal de massas, nacional, não teria condições de servir satisfatoriamente a São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Manaus, Fortaleza, Porto Alegre, Teresina... Até em seus melhores momentos, quando chegou a 60 mil exemplares, a Tribuna Operária não conseguiu essa proeza. E, quando o jornal deixou de circular, não dava conta de apresentar uma cobertura diferenciada e rica de dados, pois já então a imprensa local, e mesmo emissoras de rádio e TV, noticiavam ostensivamente o movimento operário e popular (o que não acontecia quando a Tribuna surgiu), embora com uma cobertura contrária aos interesses dos trabalhadores e francamente favorável aos patrões na quase totalidade das vezes.

No período de legalidade e semilegalidade dos anos 1940-50, o Partido montou extensa rede de comunicação e publicou nas capitais a Tribuna Popular (depois Imprensa Popular), no Rio de Janeiro, capital federal; Hoje (- São Paulo); O Momento (Salvador); Tribuna Gaúcha (Porto Alegre); Folha do Povo (Recife); Jornal do Povo (João Pessoa), além de semanários em várias outras cidades populosas. Ao mesmo tempo, mantinha A Classe Operária como órgão central.

Em tempos de Internet, quando o Partido prepara o seu Portal, a troca de matérias e fotos nacionais e locais pode ser realizada rapi-

damente, municiando os jornais de massa locais (ou regionais) com opiniões e informações, dando-lhes uma unicidade política e editorial impensável em meados do século passado e garantindo, mesmo nessas publicações, notícias das várias frentes e regiões em que os comunistas atuam, editadas de acordo com os interesses do público alvo local.

Antes mesmo dessas iniciativas, e ao lado delas, temos que melhorar a produção e distribuição de A Classe Operária, que deve manter-se como o órgão central do Partido, elo de ligação direta do Comitê Central com o militante de base. Reforçar sua equipe central e ampliar o número de redatores e analistas. Tornar o jornal mais eficaz e necessário para as várias secretarias e frentes de trabalho nacionais do Partido. Aperfeiçoá-lo em sua forma e seu conteúdo. Diversificar mais sua pauta e dar um tratamento mais apropriado à atuação partidária.

A Classe Operária continua inspirada no projeto de Lenin de um periódico político para todo o país que realize "de maneira sistemática um trabalho de propaganda e agitação múltiplo, baseado em sólidos princípios". Que transforme os diversos movimentos locais em um só movimento nacional.



Um órgão que "seja indefectivelmente um órgão político", instrumento para "concentrar todos os elementos de descontentamento político e de protesto, de fecundar com eles o movimento revolucionário do proletariado", unificando e ampliando o alcance da atuação partidária.

Carlos Pompe, da Comissão Nacional de Propaganda.

Assine a revista

que há mais de duas décadas e 60 edições defende o Brasil e o socialismo

"A revista Princípios tem uma qualidade de excelência. Devemos divulgá-la mais."

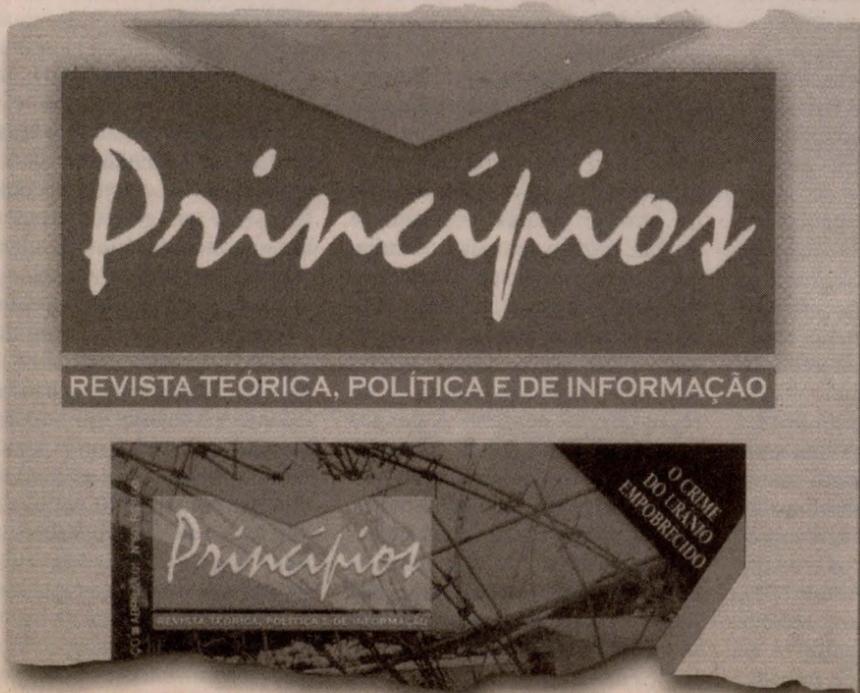
Aziz Ab'Saber (Presidente de honra da SBPC)

"A revista Princípios, nesse período de duas décadas de existência, enfrentou desafios e conseguiu desenvolver uma importante contribuição ao debate de idéias avançadas em nosso país."

Renato Rabelo (Vice-presidente do PCdoB)

"A revista Princípios, que comemora os 20 anos, tem dado importante contribuição para o debate teórico e político no Brasil - o qual ainda nos faz falta, devido à certa tendência ao normativismo e ao autoritarismo acadêmicos existentes em nossa cultura política e história ideológica."

Tarso Genro (Prefeito de Porto Alegre e coordenador do Conselho Político da Frente de Oposição)



CUPOM DE ASSINATURA

Opção:

- () Revista Princípios (4 edições) a partir do númeroR\$ 30,00
- () Assinatura especial (9 edições: 5 passadas e 4 próximas) a partir do número..... R\$ 45,00

Nome

Endereço

Bairro

CEP

CidadeEstado

Fone

Profissão

E-mail

Forma de pagamento

- () Cheque nominal à Editora e Livraria Anita Garibaldi. Valor R\$.....
- () Depósito em conta: Banco Itaú, agência 0251, conta corrente 48.678-3 (favor enviar comprovante do depósito)
- () Cartão Credicard ou Visa n.º..... validade/...../.....

R. Monsenhor Passalacqua, 158 - Bela Vista - CEP 01323-010 - São Paulo/SP
 Telefax: (0.....11) 3266-4312 Correo eletrônico: anita.garibaldi@uol.com.br

CDM
 Centro de Documentação e Memória
 Fundação Maurício Grabois

Intervenção do Partido nos movimentos sociais

ALTAMIRO BORGES*

Em primeiro lugar, é preciso realçar a importância decisiva da intervenção dos comunistas nas chamadas frentes de massas – ou nas lutas e movimentos sociais. Para um partido que se propõe à transformação radical da sociedade e à conquista do poder político – que tem um projeto de ruptura revolucionária e não acredita nas soluções reformistas ou na via meramente institucional –, o vínculo permanente com as massas, a mediação da consciência socialista com as suas ações imediatas e o incentivo às suas lutas e organização são questões estratégicas, razões da sua própria existência.

Como alertava Lênin, “não cabe falar em papel dos comunistas como vanguarda da revolução quando nem sequer conhecemos a fundo o estado de espírito das massas, nem sabemos fundir-nos com as massas, pôr em movimento as massas. É preciso aprofundar e ampliar continuamente o nosso trabalho e influência entre as massas. Sem isso, deixa-se de ser comunista”.

Movimentos sociais

Em segundo lugar, é preciso reconhecer que nem sempre é fácil desenvolver estes vínculos e que novos desafios surgem com o tempo – fruto das mudanças na estrutura das classes sociais, da evolução da correlação de forças, etc. Hoje, num contexto de prolongada defensiva estratégica da ação revolucionária, de “calmaria democrática”, as lutas sociais esbarram em obstáculos e armadilhas. Mesmo com a retomada de várias mobilizações, decorrente do avanço mundial da resistência ao neoliberalismo, ainda predominam a dispersão, as escaramuças localizadas e corporativas, o particularismo, a ausência de bandeiras mobilizadoras e unificadoras, etc.

No reino do mercado e da ideologia neoliberal-individualista, a luta política é menosprezada; o ceticismo é difundido. Algumas destas mobilizações, que até repercutem na mídia e na sociedade – tipo as ações diretas contra ícones da globalização (as manifestações de Seattle, Praga, Nice e Buenos Aires contra o FMI, a OMC, a Alca), o movimento zapatista no México e o MST no Brasil e mesmo fóruns internacionais destes movimentos (como o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre) – muitas vezes rejeitam a luta pelo poder político, negam a perspectiva socialista e priorizam o viés movimentista.

Além disso, e o que é mais preocupante, estas dificuldades inclusive atingem com vigor todas as formas tradicionais de organização dos movimentos sociais. Por inúmeras razões, muitos destes movimentos e suas entidades (sindicais, comunitárias, estudantis) passam por um processo de burocratização e de institucionalização. Sua capacidade de dirigir as lutas diretas, de massas, diminui. Na crise de representação e legitimidade, eles se voltam para

dentro. De meios, viram fins em si mesmos. Deformações próprias de movimentos particularistas, que só atuam sobre o imediato e não adotam perspectivas mais ampla, multiplicam-se.

No movimento sindical, por exemplo, dirigentes gastam tempo e energia em brigas fratricidas por liberações, carros, celulares. Nos outros movimentos também surgem sintomas de acomodação, de institucionalização – inclusive de perda de autonomia diante do poder público. Forma-se um caldo de cultura para degenerações ainda mais graves, como a corrupção, a busca de saídas e da sobrevivência individual. Os valores ideológicos mais avançados, o espírito coletivo e a ação transformadora, entram em declínio.

Aqui vale um parêntese –, que, penso, não deve ser o centro deste debate, até porque exige maior estudo e elaboração. Esta crise dos movimentos sociais organizados e dos partidos de militância, decorrente do tal período de “calmaria” e das suas próprias limitações, talvez explique o florescimento de formas diferentes de organização societal – como os movimentos de ação direta citados e, principalmente, as famosas ONGs. No Brasil, já existem 150 mil organizações não governamentais – filantrópicas, ambientalistas, de direitos humanos. Segundo estudo recente, intitulado “Guia da Filantropia 2001”, elas envolvem mais de 258 mil voluntários, que atingem diretamente um contingente de 12 milhões de brasileiros.

No restante do mundo, com a ofensiva neoliberal de negação do papel do Estado, este movimento – também batizado de “terceiro setor”, porque não faz parte do poder público e não tem vínculos com as entidades tradicionais – germinou a partir da década de 70. A maior parte destas ONGs recebe incentivos financeiros de empresas, principalmente das multinacionais, e recursos do Estado. Nos EUA, por exemplo, o terceiro setor já envolve recursos superiores a 7% do PIB. Ele controla 56% dos serviços de assistência social financiados pelo governo, 44% dos serviços de saúde e 48% dos empregos em cursos de formação profissional. Na Europa, com a crise do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), vários serviços públicos essenciais, que eram universais devido às lutas dos trabalhadores, já foram repassados às ONGs.

É preciso estudar melhor este fenômeno – dos novos movimentos sociais e das ONGs – para evitar leituras unilaterais. Por um lado, eles pode representar uma maior vitalidade da sociedade civil na luta pela “cidadania”; por outro, são estimulados com o objetivo da privatização da política, da negação da luta pela transformação social, pela valorização das limitadas ações assistenciais. Seja qual for o objetivo de fundo, entretanto, eles podem evidenciar a crise dos movimentos sociais organizados. Segundo Sérgio Haddad, presidente da Abong e mentor desta visão

movimentista, “nosso avanço respondeu à crise do Estado, mas também ao abalo das formas tradicionais de representação, como os partidos e os sindicatos. As ONGs estimulam uma outra relação entre o poder público e a sociedade civil, dando uma nova noção à política – menos hierarquizada e corporativa” – menos burocratizada e mais eficiente.

É interessante observar que eles têm absorvido o esforço militante de muitas lideranças partidárias e de movimentos organizados. Segundo pesquisa da Abong, que tem apenas 270 entidades filiadas, 89% dos que admitiram ter identidade partidária confessaram ser simpáticos ao PT. “São pessoas cansadas dos impasses vividos pelo movimento sindical e partidos políticos em função de seu culto ao Estado”, explica Luiz Antonio de Carvalho, diretor da Fase – uma ONG católica.

Balanco do Partido

Em terceiro lugar, é necessário realizar uma avaliação crítica e autocrítica da própria intervenção do partido nestas frentes de massas. Recorrendo novamente às idéias de Lênin, ele era taxativo: “A atitude de um partido político ante seus erros é um dos critérios mais importantes e seguros para se julgar a seriedade desse partido e do cumprimento efetivo de seus deveres para com a sua classe e para com as massas trabalhadoras. Reconhecer abertamente os erros, por a nu as suas causas, analisar a situação que os originou e discutir atentamente os meios de corrigilos: isso é o que caracteriza um partido sério; isso é educar e instruir a classe e, depois, as massas”.

É visível que o partido avançou em seu trabalho junto às massas, na sua intervenção nas lutas sociais, na conquista de espaços de disputa de hegemonia na sociedade. É só lembrar que com a cisão do movimento comunista, imposta pelo revisionismo nas décadas de 50 e 60, e com a repressão do regime militar, o partido sofreu um corte na sua vinculação de massas. Com o tempo, em função da sua linha política ajustada, do seu projeto revolucionário e da forma leninista de organização, o partido cresceu.

Depois do PT, é indiscutivelmente o partido que tem hoje maior presença nos movimentos sociais. É a principal força no movimento universitário e secundarista; conta com uma organização reconhecida no trabalho juvenil; ampliou seus espaços, ainda que timidamente, no movimento sindical; desenvolve inúmeras experiências de trabalho comunitário; tem uma política definida na luta emancipacionista das mulheres; procura se estruturar na luta antirracista; e passa a atuar em outras frentes, como nos conselhos da criança e adolescente e nos conselhos de saúde. Ou seja: não dá para negar o avanço do Partido!

No entanto, na fase recente observam-se maiores entraves ao reforço e à renovação do trabalho partidário junto aos trabalhadores

e as massas. Os 15 anos de atividade legal do partido, que representaram um saldo altamente positivo no que se refere à afirmação da sua identidade, à ampliação da sua influência política e à formação de novos quadros, também fomentaram novas contradições. Como já foi diagnosticado, há um descompasso crescente entre o aumento da nossa influência política e a capacidade organizativa e ideológica do partido. Isto se reflete nas dificuldades para elevar os seus vínculos com as massas, em estimulá-las à luta e organizá-las, em desenvolver a mediação entre a consciência socialista e as lutas imediatas.

Nesta fase “legal”, o partido disputou oito eleições parlamentares. De maneira acertada, concentrou suas energias para obter êxito neste terreno indispensável à disputa de hegemonia numa sociedade complexa como o brasileira. Mas, por outro lado, tem discutido pouco a intervenção nos movimentos sociais, as mudanças que ocorrem nestas frentes e os novos desafios. Tem investido pouco na estruturação do trabalho nestas frentes. As direções do partido pouco pautam esta discussão. Os próprios êxitos obtidos na frente institucional criaram novos problemas. As pressões pela atuação na esfera parlamentar e de governo reduzem, por vezes, a atenção e esforço dedicados à luta dos movimentos sociais. Às vezes, inclusive, as direções adotam uma postura utilitarista, acionando os militantes destas frentes somente nos períodos eleitorais.

É frágil nossa capacidade de formular bandeiras mobilizadoras e unificadoras, de dar diretivas concretas para as ações diretas, de dirigir as lutas em curso. Muitas vezes, o partido “apoia” as lutas existentes; o que já é um fato positivo, mas pode indicar uma postura passiva – que questiona o seu próprio papel de vanguarda. O partido não consegue unificar as lutas, dar uma direção política efetiva aos movimentos existentes. Desta forma, agrava-se a compartimentação destas frentes. Elas ficam sob a responsabilidade de alguns quadros partidários ou comissões, que cuidam especificamente de suas áreas, sem uma visão totalizante.

Na outra ponta, os militantes que passam a atuar nas frentes de massas, em especial os com cargos eletivos, tendem a menosprezar o papel do partido. No caso do movimento sindical, costuma-se brincar, tornam-se mais sindicalistas do que comunistas. Mas a ironia serve aos militantes das várias frentes. Eles acabam sendo absorvidos pelas urgências do cotidiano, pelas responsabilidades de direção de seus aparatos – que são reais, mas devem ser devidamente calibradas. Desta forma, não percebem as reais potencialidades, mas também os limites destes movimentos, que lutam contra os efeitos da exploração e da alienação, mas não atacam suas causas – que decorrem da lógica capitalista.

Sem visão totalizante, sem a perspectiva da transformação so-

cial, diminuem as defesas imunológicas dos militantes que atuam nestas frentes. Eles ficam mais vulneráveis às deformações endógenas destes movimentos – como corporativismo, economicismo, localismo, aparelhismo e outros *ismos* que, em síntese, conduzem ao puro reformismo. Valores ideológicos burgueses, individualistas e mesquinhos, passam a contaminar a nossa atuação. A instituição, seja sindical ou outra qualquer, passa a ser um fim em si mesmo; não um meio, um instrumento, para intervenção organizada do partido visando a elevação da consciência socialista. A sobrevivência nas estruturas (com os privilégios próprios de uma certa elite) passa a nortear, mesmo que de forma inconsciente, a sua atuação.

A preocupação com a construção do partido, a valorização da elaboração coletiva e do funcionamento democrático de suas instâncias, cai no vazio. Esta visão limitada acaba reforçando ainda mais a compartimentação dos vários movimentos. Cada sindicato cuida da sua base, rebaixando a cultura intersindical, classista; o mesmo ocorre com os outros movimentos. Para piorar, estes movimentos quase que não se relacionam, tornam-se estanques, o que dificulta a construção de uma maior unidade popular. Com o avanço da exclusão social, eles se afastam das grandes massas, não apresentam um discurso para a sociedade em seu conjunto.

Em resumo: os problemas são sérios e preocupantes. Ocorrem numa via de mão-dupla, sendo de responsabilidade maior das direções do partido e, na seqüência, dos próprios comunistas que atuam nestas frentes. Exigem uma revolucionarização da nossa prática, um repensar da nossa intervenção nestes movimentos. Uma coisa é certa, comprovada pela experiência histórica da luta do proletariado: sem a existência de um partido forte, de vanguarda e de massas, não existe movimento social transformador. Neste rumo, é preciso apostar todas as fichas no fortalecimento deste instrumento indispensável à transformação social – construindo um partido ajustado politicamente, sadio ideologicamente e estruturando organicamente.

Polêmicas atuais

Em quarto lugar, é necessário abordar, de forma rápida, duas polêmicas que afloraram nos últimos tempos e que estão presentes no nosso cotidiano. Elas envolvem a relação partido/movimentos sociais; e a relação luta institucional/luta de massas. Atualmente, existe uma violenta ofensiva ideológica para desmoralizar a ação política – viveríamos no reinado do mercado, na qual a visão tecnocrática determina tudo – e para desacreditar a instituição partido. Este não teria mais função, a disputa esquerda *versus* direita teria sido superada. A tese da negação dos partidos acabou encontrando eco em setores da própria esquerda. Dian-

MOVIMENTO

te das dificuldades da ação partidária, dos problemas que são reais, passaram a defender a pureza dos movimentos, "mais democráticos", menos burocratizados, mais voltados à ação direta. No Fórum Social Mundial esta visão surgiu com ímpeto. Algumas ONGs, responsáveis pelo evento, chegaram a criticar a presença dos partidos; insistiram em mudar o local do próximo fórum, retirando-o de Porto Alegre, para evitar a identificação partidária; e rejeitaram qualquer documento que apresentasse a alternativa socialista.

É preciso enfrentar este debate, mostrar a quem serve esta posição. Ela alimenta posturas de negação da luta pela conquista do poder político, aposta toda a energia nos próprios movimentos — que, muitas vezes, encontram guarita e apoio financeiro entre os grupos capitalistas. Bernstein, pai da social-democracia, já dizia que "o movimento é tudo, o objetivo final não é nada". Sem uma visão totalizante, um projeto de transformação da sociedade, os movimentos sociais por si só não conduzem a mudanças do sistema de exploração. As ações moleculares, o particularismo dos movimentos, estarão sempre condenados à esterilidade. Neste sentido, o partido é um instrumento indispensável na luta pelo poder político, na elaboração de táticas e estratégias que conduzam à ruptura. Ele é o protagonista principal desta luta.

Os chamados "novos" movimentos sociais e as ONGs podem até servir para colocar em ação contingentes que estavam apartados, sem voz, para denunciar as mazelas do capitalismo e defender os direitos da "cidadania". Mas são insuficientes enquanto projeto político para transformar a sociedade. Em muitos casos, servem como terapia de consciências, com as suas ações filantrópicas, que canalizam a ação humanista no combate aos efeitos, mas não às causas da miséria. Este debate deve ser encarado pelo partido, com firmeza de princípios e habilidade no trato.

Já na discussão sobre luta institucional e luta de massas, primeiro é preciso superar uma falsa dicotomia. Elas não podem ser encaradas como frentes de ação em disputa, mas sim como frentes que se inter-relacionam e se retroalimentam. No geral, o avanço das lutas sociais pavimentam o terreno para as vitórias institucionais. Os exemplos são vários — desde o caso recente, tornado clássico, da vitória da esquerda na França, alavancada pela greve geral no país; até a vitória das oposições em outubro, que dependeu em muito das crescentes mobilizações populares contra FHC.

Já a ocupação dos espaços institucionais, no parlamento e no executivo, pode resultar no reforço dos movimentos populares. Na ação parlamentar, com a denúncia permanente das injustiças, a presença constante nas lutas e as iniciativas legislativas em defesa dos trabalhadores, a ligação é mais visível. Já na ação dos executivos, em que o partido passa a atuar num novo patamar, as vezes ela é menos palpável. Mas, ao democratizar as relações de poder e ao alterar o destino dos recursos públicos, esta presença alavanca as lutas sociais. O governo Olívio Dutra, por exemplo, ao destinar recursos para o Fórum Social Mundial é prova desta relação de ajuda mútua.

Por outro lado, no entanto, é indiscutível que há problemas nesta relação. Muitas vezes, no partido, não há uma justa combinação entre a ação nos espaços institucionais e a presença nas lutas sociais. Como foi dito acima, ele concentra todos os esforços físicos e materiais nas disputas institucionais em detrimento de uma ação mais planejada no movimento social. Para um partido revolucionário, esta distorção é fatal. Ela inclusive fragiliza a possibilidade de novos êxitos na frente institucional. Para o partido, não pode haver dúvida: a ação institucional só tem sentido estratégico se levar à acumulação de forças, se ajudar a impulsionar as lutas políticas de massa; se servir à elevação da consciência socialista dos trabalhadores; se ajudar, de fato, na construção e estruturação partidária.

Mais uma e pela última vez, vale a pena citar Lênin: "O que nos importa não é assegurar um lugar na Duma (no parlamento). Ao contrário, estes lugares somente são importantes na medida em que possam contribuir para desenvolver a consciência das massas, elevar o seu nível político, organizá-las, não em nome da placidez filistéia, da 'tranquilidade', da 'ordem' e da prosperidade pacífica".

Desafios concretos

Em quinto e último lugar, é preciso apontar alguns desafios concretos da atualidade na intervenção do partido nas frentes de massas. Um primeiro diz respeito à urgência da maior elaboração teórica e política sobre os movimentos sociais. A prática ilumina a teoria; mas sem teoria a prática torna-se cega. O processo congressual do partido deve contribuir em muito nesta elaboração, concentrando energias intelectuais no enfrentamento deste desafio.

Um segundo refere-se à necessidade de um acompanhamento mais direto e permanente da atuação nestas frentes, superando a compartimentação atual e ajudando na formulação de bandeiras e planos de ação. Torna-se necessário a constituição de uma secretaria dos movimentos sociais ou, no estágio atual, a indicação de um responsável. O terceiro visa dar foco político à nossa ação nos movimentos sociais, à construção de bandeiras mobilizadoras e unificadoras referenciadas na política. A luta pelo "Fora FHC e o FMI" mantém-se na ordem do dia como palavra de ordem de agitação, devendo ser o corolário de toda as ações nas frentes de massa.

Ainda neste ponto, é preciso repensar nossa relação política com o PT, que disputa conosco espaços nos movimentos sociais. É preciso exercitar melhor a relação dialética da unidade e luta. O PT é o principal aliado na luta contra o governo FHC; interessa à luta dos trabalhadores que as prefeituras de esquerda sejam bem sucedidas, como forma de construir um projeto contra-hegemônico no país. Ao mesmo tempo, é preciso disputar a hegemonia nos movimentos sociais, inclusive sabendo ocupar os espaços vazios deixados pelo PT — que tende a ser mais absorvido pelas experiências administrativas.

*secretário sindical do Comitê Estadual de SP



Protesto secundarista contra FHC no Rio de Janeiro

Ubes realizará 7º Coneg

Depois de terem sido destaque nas mobilizações populares do primeiro semestre, os secundaristas vão reunir-se para discutir o futuro do Brasil e do movimento estudantil.

Dias 17, 18 e 19 de agosto será realizado, em São Paulo-SP, o 7º Conselho Nacional de Entidades Gerais da União Brasileira de Estudantes Secundaristas — Ubes. Devem participar do Coneg centenas de lideranças representando, entidades estaduais e municipais de todo o Brasil.

O Conselho convocará e aprovará as regras do 34º Congresso da Ubes. Desde o último Congresso são feitas etapas estaduais que antecedem a etapa nacional, que provavelmente será em novembro.

Os secundaristas discutirão no 7º Coneg a implementação do

projeto neoliberal na América Latina, um balanço do governo FHC e de sua política para a educação básica pública, propostas para qualificar e regulamentar o ensino privado, os rumos da educação profissional no Brasil, a democratização do acesso ao ensino superior e a luta contra a redução da maioria penal.

O principal tema a ser debatido neste Conselho será o movimento estudantil secundarista. Estão programadas mesas redondas e grupos de discussão sobre o perfil dos estudantes secundaristas brasileiros, o chamado protagonismo juvenil, o papel e a organização do movimento estudantil no Brasil de hoje, a democracia e a pluralidade no movimento, a legalização das entidades estudantis, a meia entrada, a diversificação das atividades e o financiamento do

movimento, o movimento estudantil internacional e os festivais mundiais e a história do movimento estudantil secundarista.

A Ubes está convidando intelectuais, professores, dirigentes partidários, parlamentares, dirigentes sindicais e artistas para expor e debater suas opiniões com as lideranças secundaristas.

E ainda haverá o que não poderia faltar em uma atividade da UBES: arte e festa. Os secundaristas vão comemorar os 53 anos de sua entidade nacional com apresentações teatrais e musicais.

A União da Juventude Socialista-UJS fará o seu Encontro Nacional de Estudantes Secundaristas logo após o Coneg da UBES, nos dias 20 e 21 de agosto, segunda e terça, para discutir a política dos jovens socialistas para o movimento estudantil secundarista.

O impacto da globalização no direito

De 6 a 9 de setembro será realizado em São Paulo o segundo Seminário Nacional do Opinio Iuris Instituto de Pesquisas Jurídicas, tendo como temática geral "O impacto da globalização no direito". Nos subtemas serão debatidas questões referentes à "globalização e o princípio da autodeterminação dos povos — questões atuais de direito internacional público"; "economia globalizada versus soberania política — a atuação dos oligopólios frente ao Estado nacional"; "o impacto da globalização nos direitos humanos"; "globalização e os direitos difusos e coletivos — meio ambiente, direitos do consumidor, direitos sociais"; "impacto da globalização no direito do trabalho" e "globalização e organização sindical".

Além dos painéis, serão apresentadas teses abordando os vá-

rios temas em debate, que deverão ser inscritas até o dia 14 de agosto.

Dentre os palestrantes está Luis Sola Vila, vice-presidente da Sociedad Cubana de Derecho Internacional, que estará representando a Unión Nacional de Juristas de Cuba e será expositor no painel "Globalização e o princípio da autodeterminação dos povos". Os demais conferencistas neste painel serão o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães e Luis Fernandes, Professor do IRI da PUC/Rio. Nos demais painéis estarão juizes, economistas, advogados, procuradores e sindicalistas.

Durante o evento estão previstos o lançamento dos CD-ROM "Enciclopédia digital de direitos humanos" e "Oficinas jurídicas do Fórum Social Mundial" e sessões de autógrafos do livro "O Trabalho no Século XXI" e da segunda

edição do livro "Lei Trabalhista da República Popular da China."

No mesmo período será realizada a Assembléia Geral do Opinio Iuris, quando serão eleitos os seus próximos dirigentes, para o biênio 2001/2003. A atual Executiva Nacional está composta por Augusto Madeira (SP), Jéferson Braga (BA), Leonor Poço (SP), Mara Loguércio (RS) e Rode Anélia (SC).

O Opinio Iuris é uma entidade apartidária, sem fins lucrativos, cujos objetivos e posicionamento se contrapõem às teses neoliberais, pautando-se pela busca de uma sociedade mais justa e democrática.

As informações sobre o Seminário poderão ser obtidas pelos endereços eletrônicos: opinioseminario@bol.com.br e opinioiuris@bol.com.br.

INTERNACIONAL

A construção ideológica do socialismo na China

HAROLDO LIMA*

Onde não existe a propriedade privada da terra nem dos meios de produção não existe a base objetiva da formação da burguesia. A socialização dos meios de produção é assim a base para o desaparecimento da burguesia como classe. Isso é o pressuposto da construção socialista, embora, por si só, não garanta o socialismo. Em suas formas de transição, o socialismo terá ainda de conviver com diferentes tipos de propriedade, inclusive a pequena propriedade e joint-ventures, razão pela qual, nessa fase de transição, o primado da propriedade social é decisivo.

O socialismo, em qualquer de suas etapas, precisa ser construído e institucionalizado no nível ideológico, para a criação de uma mentalidade nova, abnegada, respeitadora do povo, do trabalho, da ciência e do próprio socialismo; e no nível político, para que se instaure um sistema próprio de poder democrático e popular e de legislação universal, libertária e consagrada. Faremos aqui algumas considerações sobre a construção ideológica na China de hoje.

Quando o PC da China compreendeu estar numa etapa primária de construção do socialismo o fez, principalmente, pelo atraso das condições internas do país, mas não só, também pela situação em que se encontrava o socialismo em plano mundial, em crise, circunscrito a experiências que não iam bem, e que depois em grande parte desapareceram. O conteúdo dessa etapa primária terminou sendo a construção de uma economia socialista de mercado.

No nível tecnológico a que o mundo chegou, mormente nos setores de informação, telecomunicação e transporte, não tinha cabimento pensar-se em economias autárquicas. A política de "abertura e reforma" feita na China, partiu da constatação de que, hoje, a construção do socialismo dá-se em contato com o mundo exterior capitalista e de que, na etapa atual na China, formas de propriedade privada coexistem com a propriedade social. Nessa situação, é grande, e de certa maneira inevitável, o assédio à China socialista das idéias capitalistas, com todo seu acervo de egoísmo e costumes decadentes e promíscuos.

Deng Xiaoping, o formulador principal do atual caminho do socialismo chinês, já advertira para o fato de que quando se abre uma janela para entrar oxigênio também os mosquitos penetram. E alertara para a garantia fundamental que o socialismo na China teria, a de que "não surgirá em nosso país uma nova burguesia ... porque os bens básicos são propriedade do Estado, do povo...".

Mas essa garantia fundamental não retira a necessidade da luta ideológica constante, profunda e programada contra a "poluição espiritual", para usar uma expressão de Deng, e a favor da formação da consciência nova, socialista. Essa luta, na China, dá-se em graus diferentes, para o nível de massa e o

nível de partido, e utiliza intensamente a educação, a cultura, reuniões, atividade artística, esportiva, imprensa escrita, rádio e televisão.

Harmonizando tudo, há orientações gerais e controle, como a "Resolução do Comitê Central do PC da China sobre Importantes Problemas da Promoção do Progresso Ético e Cultural Socialista" (1996).

A referida resolução começa acentuando ser a promoção da ética e da cultura socialistas "tarefa de importância estratégica", que, "se não bem cumprida, pode prejudicar o progresso material da sociedade e inclusive mudar sua natureza." Em seguida registra "importantes problemas que continuam existindo na vida social, ética e cultural", "alguns bastante sérios", outros "ressurgidos", entre os quais "a prática de render culto ao dinheiro", "o individualismo", "as superstições feudais", "a pornografia", "o hedonismo", "os jogos de azar", "as drogas" e "a corrupção". A corrupção, diz a resolução, tem feito pessoas "rebaixar o conceito do Estado, vacilar e até duvidar do socialismo". Como se sabe, na China, há severas penas para a corrupção, inclusive a pena de morte.

A resolução relembra a importância da "manutenção do primado da propriedade pública como corpo principal de nosso sistema econômico", para prevenir problemas maiores e traçar diretrizes específicas para setores e atividades.

Para a educação, salienta a "ênfase na adesão ao marxismo, nossa força ideológica motivadora", no "pensamento de Mao Zedong e na teoria de Deng Xiaoping", "nos quatro princípios cardiais" e na "luta contra o liberalismo burguês". A "educação no patriotismo" deve "fortalecer em toda a sociedade a dignidade nacional ... que considera a construção e defesa da pátria socialista como a maior glória e qualquer coisa que prejudique esses objetivos como a maior vergonha".

Para a cultura, acentua que há de se "proibir, resolutamente, qualquer ação que crie ou difunda "baixaria cultural" e promover a produção massiva de produtos ideológicos de alta qualidade..."; "há que se levar adiante o princípio de que 100 flores se desabrochem e 100 escolas de pensamento concorram" e "por nenhum motivo deve-se permitir que o mercado cultural se converta em terreno de geração de difusão de ideologias decadentes".

Para os meios de comunicação, indica que "a imprensa deve orientar-se pelo princípio de buscar a verdade nos fatos", "persistir na publicidade positiva em favor da unidade, da estabilidade e da elevação moral do povo"; que "o rádio e a televisão devem aumentar o número de programas que destacam feitos da China e não devem permitir transmissões de mau gosto ou de conteúdo pernicioso".

Para a literatura e arte, observa que o "o povo precisa da litera-



Um vendedor de bananas é criticado por enganar clientes

tura e da arte, da mesma maneira que a literatura e a arte precisam do povo"; "os escritores e os artistas devem nutrir-se nas massas"; no terreno da literatura e da arte "devemos evitar tanto a interferência direta quanto a negligência na orientação"; "devemos respeitar a criatividade artística e literária e deixar desenvolver livremente estilos e formas de expressão", ao tempo em que "devemos nos opor firmemente às tendências errôneas que desconsideram o objetivo de servir ao povo e ao socialismo, que se afastam das massas, que fazem o jogo do mau gosto, que apenas buscam benefícios

próprios ou que desprezam as tradições revolucionárias da arte e literatura chinesas...".

A coordenação e fiscalização da prática dessas orientações é feita por uma comissão nomeada pelo Comitê Central, tendo as províncias, regiões autônomas e municipalidades suas próprias comissões correspondentes.

Além dessas recomendações, válidas para todo o povo, os membros do Partido Comunista da China observam mais alguns preceitos. De saída, deles é que se espera "o papel dirigente na promoção do progresso ético e cultural" e "a chave para isto é o estilo de

trabalho e o exemplo". Por outro lado, nem tudo que é permitido na sociedade como conjunto é permitido aos comunistas. Por exemplo, "deve-se estritamente impedir que as regras do intercâmbio mercantil se introduzam na vida do Partido", diz a resolução, que admite "fenômenos de passividade e corrupção nos departamentos do Partido e do Governo".

Da mesma maneira, enquanto "na sociedade é possível ficar-se rico, no Partido não; no Partido pode suceder a existência de pessoas que ganham bem, mas que pagam por isso mais impostos, e que permanecem em um patamar médio". Há uma resolução "do que não se pode fazer", que relaciona 33 procedimentos vedados a membros do Partido, entre os quais ter ações em Bolsa, aceitar presentes de alto valor, ir a cabarés, havendo ainda limitações quanto a habitações, uso de automóveis etc. Uma ou duas reuniões podem ocorrer por ano para verificar se os quadros do Partido estão respeitando os 33 pontos vedados. Em 1999, 69 mil membros foram expulsos.

O sentido dessas exclusões é não permitir que desvios ideológicos sérios possam contaminar o contingente partidário de 63 milhões de comunistas, organizados em cerca de 3,3 milhões de organizações de base. A defesa ideológica desse contingente é a garantia básica da manutenção do socialismo na China. Um alto dirigente afirmou: "frente aos riscos da abertura, nossa linha de defesa principal está na cabeça". E a cabeça é o Partido.

*deputado federal PCdoB/BA, vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal

Mensagem do PCdoB ao PC da China

O presidente do PCdoB, João Amazonas, e o secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo de Carvalho, enviaram ao PC da China a seguinte mensagem:

"É com grande alegria que nós do Partido Comunista do Brasil saudamos o 80º aniversário de fundação do Partido Comunista da China.

O surgimento do Partido Comunista da China, em 1921, refletindo os anseios de libertação nacional e social dos trabalhadores chineses, e inspirado nos ensinamentos da Grande Revolução de Outubro, na Rússia, foi dos acontecimentos mais importantes do século XX.

A China debatia-se com grandes problemas de atraso e de opressão nacional até o início da segunda década do século passado. Seu futuro era incerto. A fundação do Partido Comunista da China mudou radicalmente o panorama geral do grande país asiático. Sua hábil e firme direção conduziu desde então o povo chinês à vitória na Guerra de Resistência contra o Japão, em 1945; à



Jiang Zemin, dirigente chinês

proclamação da República Popular, em 1949; ao lançamento das bases socialistas, efetivado em 1956. Daí por diante, o Partido Comunista da China procurou caminhos próprios para construir o socialismo, percorrendo trilhas sinuosas, mas sempre conseguindo importantes vitórias. No pe-

ríodo mais recente, desde 1978, o Partido Comunista da China aprofundou a compreensão das peculiaridades de seu país e do mundo, manteve seus princípios e o rumo socialista, e vem desbravando os caminhos originais que estão garantindo êxitos estu-

pendidos à China Popular. Estamos certos de que o Partido conseguiu essas vitórias na medida em que aplicou corretamente o marxismo-leninismo à realidade da China, produzindo as doutrinas orientadoras do pensamento de Mao Tsetung e da teoria de Deng Xiaoping.

Aproveitamos a oportunidade para nos solidarizarmos fraternalmente com os camaradas, face às pérfidas manobras de que têm sido recentemente alvo, perpetradas particularmente pelo imperialismo norte-americano.

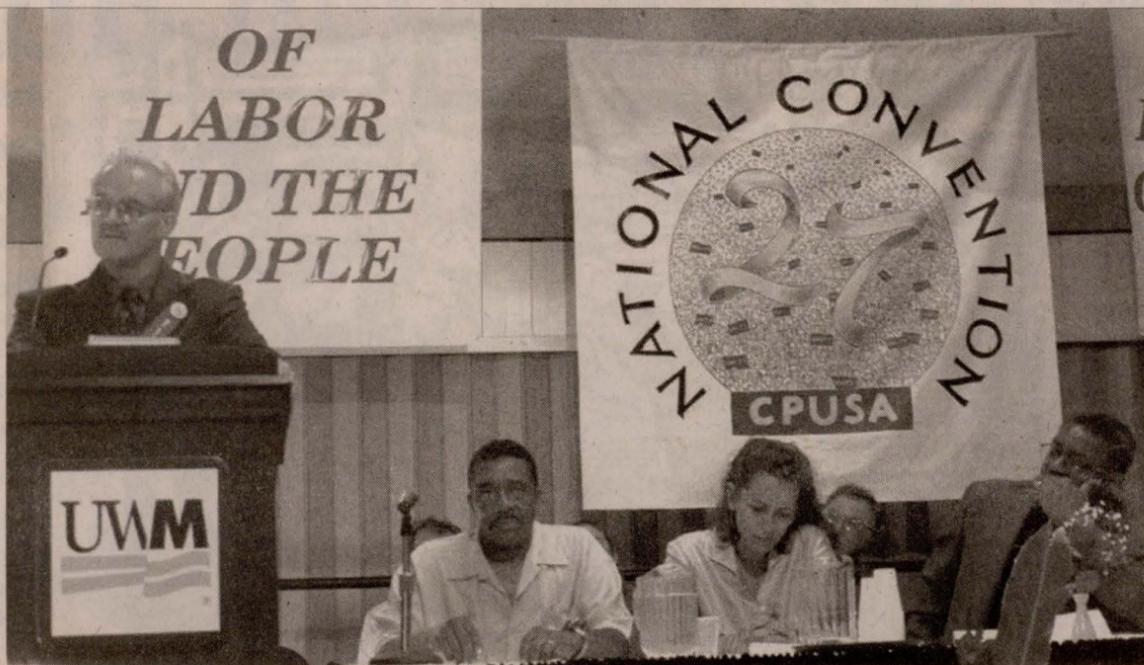
Ao tempo em que nos rejubilamos com a história de lutas e vitórias do PC da China, queremos agradecer seus amigos e membros, superando eufusivamente o estimado camarada Jiang Zemin".

INTERNACIONAL

Comunistas querem fortalecer partido nos Estados Unidos

O Partido Comunista dos Estados Unidos realizou de 6 a 8 de julho o seu 27º Congresso. Cerca de 400 delegados e mais de cem convidados deslocaram-se de 35 Estados para a cidade de Millwaukee, à beira do lago Michigan, Estado de Winsconsin, e participaram de um concorrido e animado conclave em que não faltaram intervenções de alto nível político e ideológico, belíssimos números musicais e um ato internacionalista no qual tomaram a palavra os representantes de 20 partidos comunistas e revolucionários de todos os continentes. O Partido Comunista do Brasil participou da convenção dos comunistas estadunidenses através do seu secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho.

Na abertura dos trabalhos, os congressistas receberam uma delegação da prefeitura da cidade, que entregou um diploma a Sam Web, presidente do Partido, ressaltando a dedicação e os esforços do PC dos EUA na luta contra a pobreza, o desemprego, a discriminação e a desigualdade. A delegação da prefeitura referiu-se à tradição de luta socialista em Millwaukee, que remonta ao século XIX, e por uma vida melhor pa-



Mesa que dirigiu o 27º Congresso Nacional do PC dos Estados Unidos

ra os trabalhadores. Encontravam-se presentes também representantes do Partido Socialista, de movimentos sociais, de movimentos de solidariedade e de sindicatos.

O Congresso teve como marca principal a luta contra a ultradireita, representada pela nova administração de George Bush. "Contra a agenda Bush", dizia uma das

faixas que dominava o grande salão da Universidade de Millwaukee-Winsconsin, onde transcorreu a convenção. Entre as palavras de ordem destacavam-se também as que diziam respeito à defesa ideológica do movimento operário e do socialismo: "Trabalhadores do mundo, uni-vos!" e "Socialismo – ainda é uma boa idéia".

Em seu informe político – um alentado documento de 41 páginas –, o presidente do Partido destacou a feliz coincidência da realização do congresso dos comunistas dois dias depois do 4 de Julho, data que assinala o 225º aniversário da Declaração da Independência dos EUA, fruto de uma revolução que foi "a vanguarda das revoluções burguesas". O presidente do PC estadunidense evocou também a cultura e a herança de luta política progressista do povo norte-americano, de que as atuais gerações de lutadores das causas progressistas devem apropriar-se. Citou na abertura de seu informe frases de figuras de vulto que representam essa herança, entre ou-

tros Tom Paine, Paul Robeson, Cesar Chaves, Gus Hall e Martin Luther King.

Depois de afirmar que, vivendo no centro do imperialismo, os comunistas estadunidenses devem ser vigilantes em face das expressões de arrogância de grande nação, Sam Web, apoiando-se em conceitos emitidos por George Dimitrov, afirmou ser necessário combater tanto o nacionalismo burguês como o niilismo nacional.

Crise econômica

O informe do presidente do PC dos EUA submete a contundente crítica as chamadas nova economia e economia global. "Não faz muito tempo, os apologistas do capitalismo proclamaram com o zelo de um pastor evangélico, as boas novas da 'nova economia'".

"Diziam-nos que graças à revolução na informática, nas comunicações e nos transportes, os dias de preços altos, crescimento vagaroso e reviravoltas cíclicas seriam coisa do passado". Mas, destaca Sam Web, "logo a realidade se impôs, as leis econômicas descobertas por Marx se precipitaram sobre o desfile da nova economia e sobre a multidão 'ponto com'. O boom foi diminuindo, os investimentos em alta tecnologia foram reduzidos, as expectativas de lucros diminuíram, o desemprego começou a crescer e o índice de preços ao consumidor, que mede a inflação, subiu, enquanto o merca-

do de ações despencou... O mercado chegou a tal desequilíbrio que os prejuízos montam a 1 trilhão de dólares". Sobre a globalização, o informe destaca que é fenômeno que se faz acompanhar por crise e pobreza, pois a economia global não é o lugar da igualdade mas da opressão e do poder das grandes transnacionais.

Segundo os comunistas norte-americanos, a crise econômica se entrelaça com a ofensiva antidemocrática da ultradireita cuja expressão é o governo antidemocrático e antipopular de George Bush. O informe destaca também o caráter militarista, intervencionista e agressivo da política externa do imperialismo norte-americano, o que implica para o povo dos EUA uma elevada responsabilidade na luta contra tal política, no desmascaramento dos pretextos "humanitários" do intervencionismo norte-americano e no soerguimento do movimento pela paz e de solidariedade com os povos.

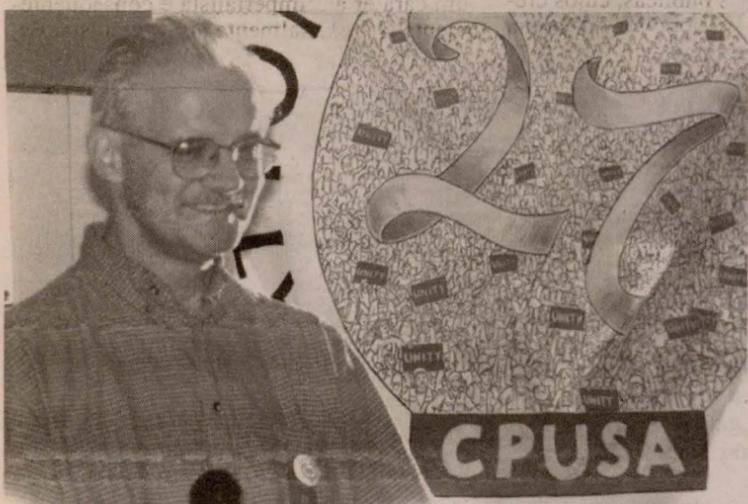
Um PC aberto às massas

O informe político dedicou amplo espaço à discussão das tarefas do Partido. No plano político, lutar contra a direita, realizando para isso alianças políticas, lutar contra a camisa de força do bipartidarismo e pelo voto proporcional, fomentar a luta operária e sindical, assim como a luta feminina, a luta anti-racista, pelos direitos dos imigrantes e de todas as minorias. No plano da construção partidária, a ênfase é dada ao esforço para abrir o Partido às grandes massas, atuar à luz do dia, recrutar novos militantes no curso da luta política de massas.

No informe ao 27º Congresso do PC dos EUA, Sam Web, depois de reafirmar a adesão do Partido aos princípios do socialismo científico, destaca que cada país tem que encontrar seu próprio caminho para o socialismo, de acordo com as peculiaridades nacionais.

O 27º Congresso abriu um novo caminho para a construção e consolidação de um partido comunista nas condições tão complexas da sociedade estadunidense.

A íntegra da intervenção do secretário geral do PC dos EUA, Sam Web, estará disponível em breve na página do PCdoB na Internet. www.pcdob.org.br



Sam Web, presidente do PC norte-americano

Saudação aos comunistas dos EUA

O presidente do PCdoB, João Amazonas, e o secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho, enviaram à 27ª Convenção do Partido Comunista dos Estados Unidos a seguinte mensagem:

"Em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, saudamos calorosamente a todos vocês delegados e por seu intermédio a todos os militantes do Partido, fazendo votos para que as resoluções adotadas nesta Convenção reforcem ainda mais a sua luta democrática e pelo progresso social.

Esta Convenção realiza-se num momento em que se intensifica no mundo a ofensiva contra a democracia, a soberania das nações e os direitos sociais dos trabalhadores. Vivemos sob uma ordem mundial imperialista marcada por desenfreada espoliação dos povos e nações, pela acentuação da polarização social e o aumento da distância entre países

ricos e pobres. O desenvolvimento da situação internacional está carregado de graves ameaças aos povos.

Na América Latina, espoliada pela política neoliberal, o imperialismo aumenta sua política intervencionista, principalmente com o chamado Plano Colômbia. Sob o falso pretexto de combater o narcotráfico, aumenta a presença militar norte-americana em toda a América Latina, destacando-se as bases militares de Puntumayo (Colômbia), Manta (Equador), Iquitos (Perú), além de tropas no Suriname e no Panamá. Essa presença militar atinge indistintamente todos os povos da região e merece a mais viva condenação das forças progressistas. Simultaneamente, intensificam-se as pressões para a implantação da ALCA.

Diante desses fatos, cresce na América Latina o movimento democrático e antiimperialista do que são exemplo as transforma-

ções em curso na Venezuela, o avanço do movimento insurgente na Colômbia, o fim da ditadura de Fujimori no Peru, o crescente descontentamento popular na Argentina, a ampliação do movimento social e o fortalecimento das forças de esquerda no Brasil. Todos esses auspiciosos fatos demonstram que há boas razões para seguir confiando nas potencialidades do movimento revolucionário e antiimperialista.

Temos a certeza de que a 27ª Convenção do Partido Comunista dos Estados Unidos constituirá um passo importante na luta dos trabalhadores em seu país, o que representará um êxito para o movimento progressista também para os povos latino-americanos.

Viva a 27ª Convenção do Partido Comunista dos Estados Unidos!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o Socialismo!



Delegadas presentes à reunião dos comunistas americanos

Romanceiro popular nordestino revitalizado

ARIEVALDO VIANA*

O Romanceiro Popular Nordestino, também denominado Literatura de Cordel é a mais legítima manifestação cultural do povo nordestino. Este singular meio de comunicação de massas surgido na Península Ibérica e, trazido para o Nordeste do Brasil, floresceu aqui, segundo os pesquisadores mais autorizados, em fins do século XIX, através dos pioneiros Silvino Pirauá de Lima e Leandro Gomes de Barros, este último responsável pela sua projeção comercial nas primeiras décadas do século XX. Essa influência ibérica trouxe consigo traços da cultura árabe, presente nas estórias da Donzela Teodora, João Grilo e Pavão Misterioso, visivelmente inspiradas nos contos das Mil e Uma Noites. Carlos Magno e os 12 Pares de França é outro tema frequentemente visitado pelos poetas de bancada.

Durante muito tempo, os folhetos e romances foram o único veículo de comunicação de que dispunham as populações rurais, antes do surgimento do rádio e da televisão. Chama-se Literatura de Cordel



Ilustrações: Reprodução do catálogo do SESC

*O Reino do Barro Branco
É defronte uma colina
Cortado por quatro rios
De água potável e fina
Fica nos confins da Ásia
Bem perto da Palestina*

*No píncaro dessa colina
O príncipe fez residência
Onde a relva oferecia
O olor de sua essência
E a lua derramava
Seus raios de refulgência*

*O PRÍNCIPE DO
BARRO BRANCO
E A PRINCESA DO REINO
DO VAI-NÃO-TORNA
Severino Milanês da Silva.*



*Eu vou contar uma história
Dum pavão misterioso,
Que levantou vôo da Grécia,
Com um rapaz corajoso,
Raptando uma condessa,
Filha dum com orgulhoso.*

*Residia na Turquia
Um viúvo capitalista,
Pai de dois filhos solteiros
O mais velho João Batista,
Então o filho mais moço
Se chamava Evangelista.*

ROMANCE DO
PAVÃO MISTERIOSO
José Camelo de Melo Resende.

vendedor na feira

porque, ainda hoje, alguns vendedores costumam pendurar os folhetos em barbantes (cordéis), nas feiras nordestinas. Aliás, esta denominação já vem de Portugal, onde os folhetos dos trovadores também eram vendidos à cavalo no cordão. Segundo o grande folclorista Câmara Cascudo, os primeiros folhetos de cordel editados no Brasil foram impressos em Recife, por volta de 1873.

Causou certa estranheza, portanto, o evento promovido recentemente pelo SESC Pompéia de São Paulo denominado "100 ANOS DE CORDEL". Como já dissemos, os pesquisadores mais autorizados atestam que os primeiros folhetos foram impressos na segunda metade do século XIX. Entretanto, dada a fragilidade dos impressos, o cordel mais antigo conservado em poder de colecionadores data de 1901, por isso o SESC Pompéia resolveu realizar esse mega evento agora em 2001, comemorativo dos "100 Anos", reunindo poetas, xilógrafos, editores, pesquisadores e repentistas de diversos estados.

O cordel no Ceará

No Ceará, o cordel desenvolveu-se extraordinariamente em Juazeiro do Norte e Fortaleza, desde as primeiras décadas do século passado. Durante três décadas e meia (de 1945 a 1980) o Ceará foi o maior pólo produtor de folhetos e romances, com duas grandes editoras de cordel em Juazeiro do Norte (Tipografia São Francisco e Folheteria de Manoel Caboclo e Silva), enquanto Luiz da Costa Pinheiro, Moisés Matias de

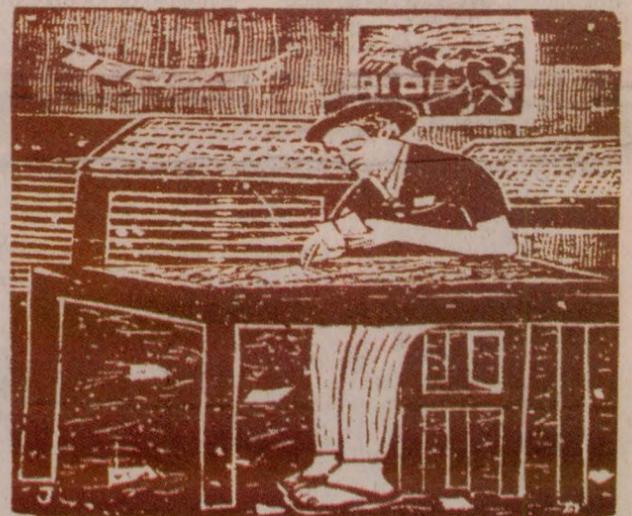
Moura e Joaquim Batista de Sena atuavam na capital.

Na década de 30 do século passado veio fixar-se em Juazeiro do Norte o poeta alagoano José Bernardo da Silva, que viria a fundar a famosa Tipografia São Francisco, responsável, até o início da década de 80, por quase toda a produção de folhetos vendidos no Ceará e demais Estados nordestinos. Em 1949, Zé Bernardo adquiriu os direitos autorais das obras editadas por João Martins de Athayde, à época o maior editor do gênero, que resolvera encerrar suas atividades no Recife.

Athayde detinha, mediante compra, os direitos sobre a vasta obra do paraibano Leandro Gomes de Barros, o maior poeta popular de todos os tempos, autor de dezenas de clássicos da Literatura de Cordel.

A retomada

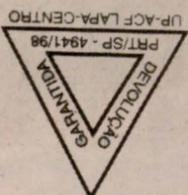
De 1998 para cá, duas editoras voltaram a investir firme na produção de folhetos no Nordeste. A Editora Coqueiro, em Recife, e a Tupynanquim Editora, de Fortaleza, estão publicando o trabalho de novos poetas e reeditando os maiores clássicos do gênero no seu formato tradicional: 16 x 11,5 cm, que corresponde a um ofício dobrado em quatro partes. Essa foi a forma criada por



Poeta escrevendo

Leandro, que persiste até os dias de hoje. Poderia se dizer que o novo cordel também readquiriu a sua característica de instrumento de conscientização e denúncia junto às massas. No impeachment de Collor, por exemplo, foram lançados dezenas de folheto alusivos à derrocada do "Caçador de Marajás". Atualmente, têm aparecido diversos títulos contendo pesadas críticas ao governo FHC. É digno de registro o interesse da classe estudantil, principalmente universitários, por esse singelo meio de comunicação de massas.

*cordelista, membro da Academia Brasileira de Literatura de Cordel - ABLC



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A CLASSE OPERÁRIA

IMPRESSO